



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG**

IRAN BARROSO

**TERRITÓRIO, MICROCRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS MICRORREGIÕES DE MOSSORÓ E CHAPADA DO APODI**

MOSSORÓ-RN

2021

IRAN BARROSO

TERRITÓRIO, MICROCRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS MICRORREGIÕES DE MOSSORÓ E CHAPADA DO APODI

Dissertação apresentada à banca examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGEO da Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte - UERN. Para obtenção do
título de Mestre em Geografia. Área de
concentração: Paisagens Naturais e Meio
Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ricardo Silva
Beserra

MOSSORÓ-RN

2021

2021© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

B277t Barroso, Iran

Território, microcrédito e políticas públicas: uma análise a partir das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi. / Iran Barroso. - Mossoró, 2021.

163p.

Orientador(a): Prof. Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Globalização. 2. Territorialização do mercado de crédito no Brasil. 3. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). I. Ricardo Silva Beserra, Fábio. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

IRAN BARROSO

TERRITÓRIO, MICROCRÉDITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DAS MICRORREGIÕES DE MOSSORÓ E CHAPADA DO APODI

Dissertação apresentada à banca examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGEO da Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte - UERN. Para obtenção do
título de Mestre em Geografia. Área de
concentração: Paisagens Naturais e Meio
Ambiente

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Fábio Ricardo Silva Beserra
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Rodrigues Lopes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Dr. Edilson Alves Pereira Júnior
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. José Alexandre Berto de Almada
Suplente Interno-UERN/PPGEO

Prof. Dr. Cláudio Smalley Soares Pereira
Suplente Externo – (UECE)

À minha companheira Maria. Ao meu filho e
companheiro Pedro. Às minhas filhas Isabela e
Maria Ismênia e à Nicole, minha filha também.
Ao meu afilhado, aos meus irmãos e às
sobrinhas e sobrinho que tenho. Aos meus pais,
sem os quais eu não teria sido dissertado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a tudo de bem e de bom que Deus inspira.

Agradeço ao povo brasileiro pela oportunidade de estudar em escolas e universidades públicas, lugares da minha formação acadêmica.

Agradeço ao Professor Doutor Fábio Ricardo Silva Beserra, a quem respeito e admiro, pelo apoio, correção de rumos encorajamento e autonomia. Sou testemunha da sua dedicação à educação e à ciência, especialmente no período que dirigiu o Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no campus central.

Um agradecimento especial às Professoras Doutoras Larissa da Silva Ferreira e Rosa Maria Rodrigues Lopes, pelas contribuições quando da qualificação da pesquisa. As senhoras foram especialmente generosas.

Ao Professor Doutor Edilson Alves Pereira Júnior, da Universidade Estadual do Ceará, que dedicando precioso conhecimento e tempo, generosamente aceitou o convite para participar da Banca Examinadora.

Aos Professores e Professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte pelas contribuições, através do Professor Doutor Marco Lunardi Escobar, sempre preciso e atencioso.

Aos Professores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, através da Professora Doutora Eulália Raquel Gusmão de Carvalho Neto e do Professor Doutor João Correia Saraiva Júnior, Lentes queridos que personificaram o amor no ato de educar e fazer ciência.

A Diego Esaú Pereira de Araújo, um exemplo a ser seguido, especialmente por quem integra ou pretende integrar o serviço público. Amigo, você é muito querido.

Aos meus e minhas colegas de turma, através de Pedro Balduino de Souza Neto e Larissa Silva Queiroz, sempre atenciosos e especialmente carinhosos. Vocês são pessoas extraordinárias.

Agradeço aos meus erros, aprendo com eles.

“O que para uns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel.” (BAUMAN, 1999, p. 8).

RESUMO

No mundo unificado, caracterizado pela técnica da informação, são poucas as atividades econômicas que se fazem sem o acesso a algum tipo de instrumento financeiro. As finanças adquiriram na atualidade importância jamais observada e dessa forma criam novas territorialidades em função das atividades financeiras espelhadas no papel desempenhado pelos bancos, especialmente na concessão de crédito. O trabalho pesquisou o mercado de crédito no Brasil entre os anos de 2003 e 2018, discutindo a reprodução espacial do mercado de crédito no território brasileiro a partir do papel dos bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas, objetivando compreender em que medida o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) influencia a criação de novas territorialidades nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi; identificar como as variáveis consideradas pelos bancos na composição de suas carteiras de microcrédito se apresentam na configuração do território; e, por fim, pesquisar, na visão dos beneficiados/tomadores, as alterações promovidas pelo PNMPO no território enquanto política pública de desenvolvimento. Para tanto, realizou pesquisa bibliográfica e documental, entrevistou representantes de instituição bancária e aplicou questionários em beneficiados/tomadores do PNMPO. A pesquisa compreende o espaço como o *locus* das manifestações materiais resultantes da dinâmica econômica, populacional e política e, ao mesmo tempo, agente cujo papel ativo é fundamental para a realização de tais manifestações, conclui pela dicotomia entre o município de Mossoró e os demais municípios estudados, no tocante à inclusão financeira, notadamente pela centralidade de Mossoró.

Palavras chave: globalização; territorialização do mercado de crédito no Brasil; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

ABSTRACT

In a unified world, characterized by the information technique, few economic activities are carried out without access to some type of financial instrument. Currently, finance has acquired an importance never seen before and, in this way, it creates new territoriality due to the financial activities reflected in the role played by banks, especially in granting credit. The work researched the credit market in Brazil between the years 2003 and 2018, discussing the spatial reproduction of the credit market in the Brazilian territory from the role of commercial banks, multiples and savings banks, aiming to understand to what extent the National Program of Oriented Productive Microcredit (PNMPO) influences the creation of new territorialities in the microregions of Mossoró and Chapada do Apodi; identify how the variables considered by banks in the composition of their microcredit portfolios are presented in the configuration of the territory; and, finally, researching, in the view of beneficiaries/borrowers, the changes promoted by the PNMPO in the territory as a public policy for development. Therefore, it carried out a bibliographic and documentary research, interviewed representatives of a banking institution and applied questionnaires to beneficiaries/takers of the PNMPO. The research understands space as the *locus* of material manifestations resulting from economic, population and political dynamics and, at the same time, an agent whose active role is fundamental for the realization of such manifestations concludes by the dichotomy between the municipality of Mossoró and the other municipalities studied, with regard to financial inclusion, notably due to the centrality of Mossoró.

Keywords: globalization; territorialization of the credit market in Brazil; National Oriented Productive Microcredit Program (PNMPO).

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi (RN) na Mesorregião do Oeste Potiguar.....	19
Mapa 2 - Distribuição territorial do crédito em janeiro de 2003 por estados	36
Mapa 3 - Distribuição territorial do crédito em 2010, por estados	37
Mapa 4 - Distribuição territorial do crédito em 2016, por estados	54
Mapa 5 - Distribuição territorial do crédito em 2018, por estados	62
Mapa 6 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2003.....	76
Mapa 7 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2010	76
Mapa 8 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2018.....	77
Mapa 9 - Distribuição do crédito pelas microrregiões do Rio Grande do Norte em 2018	82
Mapa 10 - Distribuição das agências bancárias nos municípios das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi	89

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Fachada de fábrica de pré-moldados em Apodi-RN

119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mesorregiões de Microrregiões do Rio Grande do Norte	80
Quadro 2 - Distribuição dos questionários por municípios das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi	120
Quadro 3 - Dados consolidadas dos questionários aplicados aos beneficiados/tomadores do PNMPO nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Expansão absoluta e relativa do crédito livre por categoria física e jurídica entre os anos de 2003 e 2006 (R\$1 bi)	41
Tabela 2 - Evolução do crédito total (livre e direcionado) entre 2003 e 2006 e participação relativa no PIB (R\$ bilhão)	42
Tabela 3 - Evolução da relação do crédito com o PIB 2007/2010 (em %)	44
Tabela 4 - Taxa de evolução e de participação dos bancos no mercado de crédito quanto o seu controle de capital (em %)	44
Tabela 5 - Evolução da carteira de crédito por setor da economia entre 2007 e 2010 (%)	45
Tabela 6 - PIB nacional entre os anos de 2011 e 2016	52
Tabela 7 - Evolução do crédito total, livre e direcionado de 2011 a agosto/2016 (em trilhões de Reais)	58
Tabela 8 - Evolução do crédito total, livre e direcionado Set 2016 – 2018 (em trilhões de Reais)	61
Tabela 9 - Quantidade de agências (Un), e volume do crédito (R\$1bilhão) e percentual da evolução do crédito e do número de agências por região	74
Tabela 10 - PIB dos estados do Nordeste do brasileiro em 2017	81
Tabela 11 - Evolução do crédito total e número de agências no RN e variação percentual da evolução do número de agências e do volume de crédito no RN, NE e BR entre 2003 e 2018	83
Tabela 12 - Classe de centralidade financeira	88
Tabela 13 - Distribuição quantitativa dos bancos públicos e privado nas microrregiões 2003-2018	91
Tabela 14 - Quantidade de instituições autorizadas a operacionalizar o PNMPO no período entre 2005 e 2018 no território nacional, por tipos de instituições (Un)	102
Tabela 15 - Quantidade de tomadores, saldo de operações, quantidade de operações e valor médio das operações por porte entre os anos de 2012 e 2018	105
Tabela 16 - Distribuição do público do PNMPO por formalidade, gênero, utilização e setor econômico (em %)	107
Tabela 17 - Evolução da distribuição do microcrédito pelas cinco regiões brasileiras no período de 2009 a 2018	108

Tabela 18 - Distribuição geográfica do microcrédito nos estados da região Nordeste tendo como base os quartos trimestres dos anos 2009 a 2018 (R\$1000)	110
Tabela 19 - Saldo total e demonstrativo da participação das instituições (2018)	111
Tabela 20 - Saldo das carteiras de microcrédito dos bancos públicos entre os anos de 2012 e 2018 em R\$1000	112
Tabela 21 - Quantidade de operações e de clientes, volume de crédito nas unidades Mossoró e Apodi do INEC/BNB	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do crédito entre 2003 e 2018 em trilhões de R\$	34
Gráfico 2 - Comportamento da carteira de crédito rural entre 2003 e 2010 (R\$ bilhão)	46
Gráfico 3 - Volume das operações de crédito dos bancos por controle de capital 2011/2016 (R\$ milhões)	55
Gráfico 4 - Evolução das taxas do crédito total, livre e direcionado no período de 2011 a 2016	60
Gráfico 5 - Volume das operações de crédito dos bancos por controle de capital – 2008/2017 (milhões R\$)	63
Gráfico 6 - Volume do PIB das microrregiões de Mossoró e Chapada de Apodi e dos seus municípios	86
Gráfico 7 - VAB por setores da economia na microrregião da Chapada do Apodi e municípios	86
Gráfico 8 - VAB por setores da economia na microrregião de Mossoró e municípios.	87
Gráfico 9 - Comparativo do crédito total no Rio Grande do Norte por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)	92
Gráfico 10 - Comparativo do crédito total na microrregião de Mossoró (RN) por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)	92
Gráfico 11 - Comparativo do crédito total na microrregião de Apodi (RN) por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)	93
Gráfico 12 - Quantidade e valor acumulado de operações entre 2005 e 2018	103

LISTA DE ABRVIATURAS E SIGLAS

ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BASA	Banco da Amazônia AS
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Bancos Privados
BO	Bancos Públicos
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
COPOM	Comitê de Política Monetária
COSIF	Plano Contábil das Instituições Financeiras
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESTBAN	Estatística Bancária
FGTS	Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Fator de Ponderação de Risco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IGMPO	Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
INOVAGRO	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
MODERFROTA	Programa da Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCA	Programa para Construção e Ampliação de Armazém

PCPP	Programa Nacional de Crédito Produtivo Popular
PETI	Programa de Erradicação de Trabalho Infantil
PF	Pessoa física
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa jurídica
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RN	Rio Grande do Norte
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

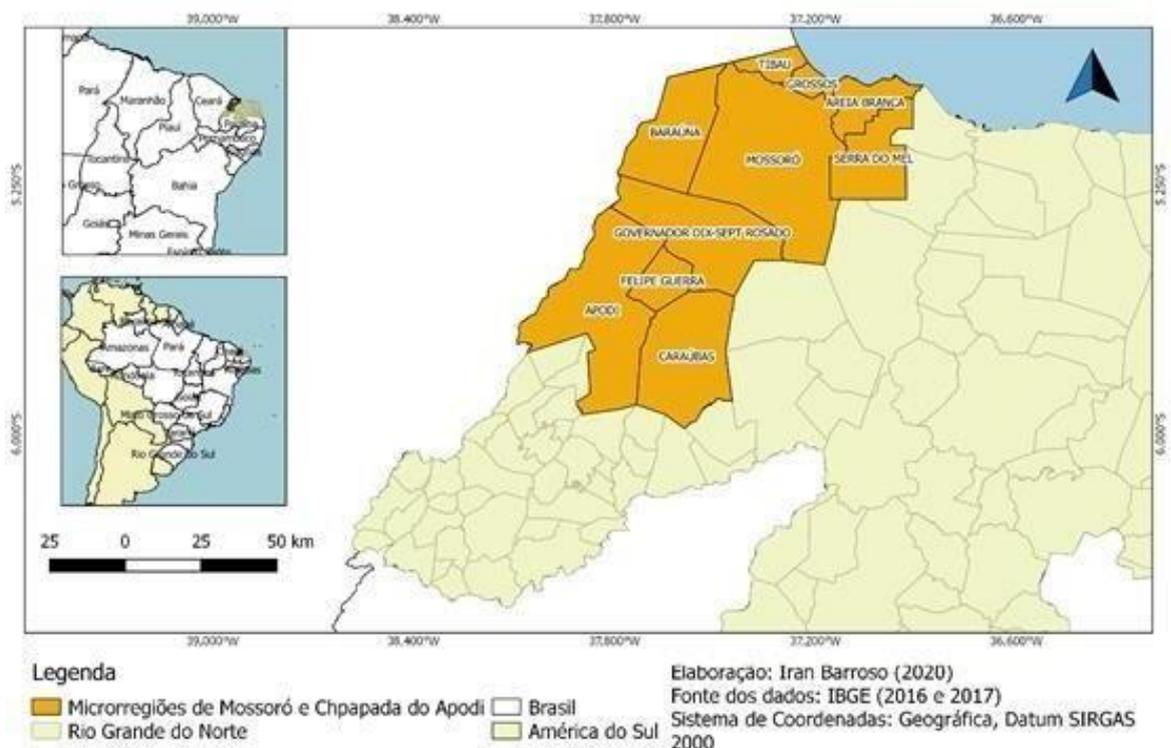
1 INTRODUÇÃO	19
2 O MERCADO DO CRÉDITO NO BRASIL DE 2003 A 2018.....	29
2.1 O crédito no Brasil entre 2003 e 2010: o período do consumo até 2006 e dos investimentos a partir de 2007.	35
2.2 O mercado de crédito nos governos Dilma Rousseff	51
2.3 O crédito entre setembro de 2016 e dezembro de 2018: o governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia.....	60
3 A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DOS BANCOS	65
3.1 De como o volume de crédito e a localização das agências atuam na financeirização do território	71
3.2 A espacialização do crédito no Rio Grande do Norte e nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi.....	80
4 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: POLÍTICA PÚBLICA DE FINACEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NAS MICRORREGIÕES DA CHAPADA DO APODI E MOSSORÓ NO OESTE POTIGUAR	96
4.1 A evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	99
4.2 O que nos revelam as entrevistas com os representantes das unidades do INEC/BNB em Mossoró e Apodi?	114
4.3 O que nos revelam os contatos realizados com os beneficiados/tomadores de empréstimo no Crediamigo?	118
5 CONSIDERAÇÕES	123
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO	145
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM BENEFICIADOS/TOMADORES DO CREDIAMIGO	147

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM COORDENADOR DA UNIDADE INEC/BNB DE APODI.....	149
APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM COORDENADOR DA UNIDADE INEC/BNB DE MOSSORÓ	156

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se desenvolve com o objetivo de compreender em que medida o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) influencia a criação de novas territorialidades nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, identificar como as variáveis consideradas pelos bancos na composição de suas carteiras de microcrédito se apresentam na configuração do território; e, por fim, pesquisar, na visão dos beneficiados/tomadores, as alterações promovidas pelo PNMPO no território enquanto política pública de desenvolvimento. Além dos municípios das Microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi (Mapa 1), segundo anotou Pequeno e Elias (2010, p. 464), “Estudos do IBGE para definição das regiões de influência de cidades apontam, desde 1993, que municípios do oeste paraibano, do litoral leste e do baixo Jaguaribe no Ceará encontram-se sob influência de Mossoró”.

Mapa 1- Localização das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi (RN) na Mesorregião do Oeste Potiguar.



Fonte: Elaborado pelo autor

A economia da cidade de Mossoró está baseada nas atividades da salicultura, da exploração do petróleo, do desenvolvimento da fruticultura irrigada e das atividades terciárias. Mossoró, historicamente, apresenta o segundo maior PIB do estado.

Apodi, cuja atividade econômica está mais voltada para o comércio local e serviços bancários, a agricultura, a pecuária e indústria extrativista (BNB, 2015, p. 139), era em 2018 a 20ª economia do estado quando o setor de serviços contribuiu com R\$ 155 milhões dos R\$ 461 milhões do PIB, sendo superado apenas pelos gastos públicos com saúde, defesa, educação e seguridade social numa contribuição de R\$ 170 milhões (IBGE, 2020) e, especialmente Mossoró, classificada como “Capital Regional C” (REGIG, 2018), são as principais cidades dessas regiões geográficas imediatas. A relevância da influência regional de Mossoró motivou a pesquisa nas regiões.

Sobre Mossoró, Silva (2019) salienta que a diversidade comercial e industrial, especialmente a indústria extrativista e a agroindústria, elevam a cidade a uma posição destacada no cenário regional. Essa dinâmica econômica, influenciada pela localização privilegiada - uma vez que se encontra numa posição equidistante entre duas regiões metropolitanas, Fortaleza (CE) e Natal (RN) - e por abrigar atividades econômicas competitivas num contexto da globalização, mesmo que nem sempre voltadas à exportação, que nas palavras de Silveira (2011, p. 6) apresenta “uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas”, encontra eco no mercado de crédito e na distribuição espacial das agências bancárias nos municípios que compõem as microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, na mesorregião do Oeste Potiguar.

São dez os municípios que compõem o espaço a que se dedicou o trabalho: Apodi, Caraúbas, Governador Dix-sept Rosado e Felipe Guerra, na microrregião da Chapada do Apodi e, Mossoró, Baraúna, Areia Branca, Serra do Mel, Grossos e Tibau. Exceto Mossoró, classificada como “capital regional”, todas são igualmente classificadas pela Região de Influência das Cidades (REGIC), como “centros locais” (REGIC, 2018). Esses municípios somam uma população de 447.621 habitantes. Mossoró, com 290.076 habitantes, concentra aproximadamente 65% dessa população e, considerando apenas a microrregião que leva o nome do município, essa concentração é superior a 77% (IBGE, 2020).

Pesquisar a territorialização do mercado de crédito tornam-se relevante na medida em que no mundo “unificado”, caracterizado pela técnica da informação (Santos, 1996), são poucas as atividades ditas “econômicas” que se fazem sem o acesso a algum tipo de instrumento

financeiro. Para Contel (2011, p. 2) a importância da influência das finanças na civilização contemporânea também está espelhada “nos empréstimos internacionais, realizados entre grandes empresas e estados, até uma operação empréstimo consignado, demandado por um aposentado de uma pequena cidade do interior do território brasileiro.

Ensina Silveira (2011, p. 4 - 5), para quem o território usado é uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações, que “a cada momento histórico, o território de um país pode ser visto como um campo de forças que operam sobre formas “naturais” e artificiais. Mas estas formas têm um papel dinâmico, participando na produção de maiores densidades técnicas, informacionais e normativas”. Para Dias (2009, p. 10), ao discorrer sobre finanças, política e território, “globalização financeira e financeirização global designam um conjunto de mudanças que, nas últimas décadas, configuram um mundo no qual a lógica das finanças tem marcado praticamente todos os campos da vida social”. A busca intensa da sociedade de consumo por bens materiais evoluiu para a busca, também, por bens intangíveis, como os de serviços e produtos financeiros, revelando-se uma variável relevante no presente estágio do sistema econômico hegemônico. Nesse contexto, surgem mecanismos essenciais que visam garantir a circulação de novas formas de dinheiro no território brasileiro ao incorporar “novos instrumentos financeiros ao território” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 195).

Santos (2002) aponta que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica e que elas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. A evolução das técnicas de informação, também determinaram alteração substanciais na forma de atendimento dos bancos, outrora baseada na rede de agências, fizeram surgir novos fixos geográficos na figura dos correspondentes bancário e de crédito, ora desempenhado por empresas subsidiárias de grandes conglomerados financeiros, como foi o caso do Banco Popular do Brasil, vinculado ao Banco do Brasil, e outros como FINASA, FININVEST e Itaú Investimentos, vinculados ao Bradesco, Unibanco, e Banco Itaú, respectivamente. Nesse contexto o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criou o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), uma “Organização da Sociedade Civil (OSC), qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI) desde 2003, com” foco principal no desenvolvimento sustentável de comunidades na região Nordeste do Brasil” (INEC, 2020), responsável pela operacionalização do microcrédito da instituição bancária, o Crediamigo.

Não descartando outros modelos teóricos e metodológicos, Santos (2002) apresenta em sua análise um dual sentido ao conceito de meio, que pode ser compreendido como entorno e como recurso (GERALDINO, 2013, p.6). A subjetividade e objetividade relacionadas ao meio recebem de Santos (2004, p. 256) duas denominações, psicoesfera e tecnoesfera, respectivamente, “reduzíveis uma à outra, onde a tecnoesfera responde pela materialidade do meio, sendo o resultado nunca acabado dos processos de territorialização das técnicas, aderindo-se ao meio natural”. A relação dessa técnica com os territórios, produzem nas palavras de Santos (2002, p. 146) “uma unicidade técnica e do tempo”, onde o tempo regional é cada vez menos comandado localmente, levando as movimentações financeiras a ocorrerem “em tempo real” em todos os pontos do território, determinando a necessidade de normas comuns, que permitam a uniformização de procedimentos entre instituições. Muitas dessas normas são determinadas por organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de, mais especificamente, o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária¹, que se aplicam aos países e às corporações, aumentando a importância das instituições financeiras em escala global.

Tratando da normatização dos serviços bancários, Contel (2016) já alertava para o fato de que esses organismos trabalham para tornar mais veloz e onipresente a circulação do capital, e desregular os mercados nacionais dos países, para adequá-los às vicissitudes das corporações globais. Mesmo assim, para que se compreenda a relação entre o território brasileiro e as finanças, é necessário considerarmos as normas, pois, elas determinam o papel que cada agente desempenha no mercado de crédito. Sobre a utilização da norma como categoria para essa compreensão da relação entre o território brasileiro e as finanças, Contel (2011) ensina como devemos considerá-la:

“Em uma acepção mais específica como “regra”, “lei”, ou simplesmente como norma jurídica. Nos quadros de uma formação socioespacial, elas delimitam a dinâmica de cada ator na divisão social do trabalho, assim como procuram regular a distribuição dos elementos do espaço” (CONTEL, 2011, p. 7)

Essas normas são abundantes na medida em que o mercado de crédito é pautado por decisões, não só mercadológicas, mas também dos governos na condução de suas políticas fiscal, econômica e de desenvolvimento.

¹ Um fórum internacional para discussão e formulação de recomendações para a regulação prudencial e cooperação para supervisão bancária, composto por 45 autoridades monetárias e supervisoras de 28 jurisdições. O Comitê de Basileia – criado em 1974 no âmbito do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements – BIS*) tem por objetivo reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas bancárias para a promoção da estabilidade financeira. (BCB, 2020)

Atualmente, dentre outras atribuições, o Banco Central do Brasil (BCB) promove a normatização do mercado financeiro do país, voltada à estabilidade financeira, medidas estruturais, e regulação prudencial. As relações entre as instituições financeiras e a sociedade, que além das decisões mercadológicas, também são balizadas por decisões do governo, nos remete a Pereira Júnior (2020) ao discorrer sobre as teorias da economia política e a Geografia, quando analisa as contribuições de Thorstein Veblen, economista e sociólogo estadunidense ao pensamento geográfico:

Por presenciar transformações econômicas importantes em seu tempo, tais como a racionalização mais acentuada do processo de acumulação, a administração científica do trabalho (taylorismo), a internacionalização dos investimentos e a institucionalização empresarial sob a forma de corporação capitalista, Veblen critica o crescimento da produção em massa e da grande empresa moderna e argumenta em favor do caráter humano dos fatos econômicos, que devem ser explicados a partir dos “hábitos de pensamento” (VEBLEN, 1988) vigentes e da força das instituições que condicionam os indivíduos. (PEREIRA JÚNIOR, 2020, p. 289)

Na mesma direção, o trabalho toma emprestado da ciência da administração, o “institucionalismo da administração” que, para Santos (2003, p. 100), um estudioso dessa ciência, “desenvolve uma análise econômica a partir das estruturas, normas e comportamentos das instituições: as empresas capitalista, os sindicatos, os cartéis e trustes, o Estado (compreendido no executivo, nos partidos políticos, no judiciário e no legislativo)”.

O presente trabalho se ampara na ciência geográfica, submetendo, assim, o crédito aos processos das relações espaciais, sob o olhar atento da geografia econômica, que, para Claval (2005, p. 23), num contexto da ciência econômica, “explora a influência da cultura no domínio do consumo, além de estudar os circuitos econômicos, onde as decisões dos agentes da economia sempre têm dimensões espaciais”. Tratando a perspectiva institucional e a geografia econômica, Domingues (2015, p. 9) aponta que “se por um lado, há de se reconhecer o peso relativo dos recursos naturais para algumas atividades, por outro, a dinâmica econômica inclui, hoje, questões sobre o papel, impacto e evolução das instituições no processo de desenvolvimento e diferenciação das regiões”, o que não significa, atribuir às instituições o papel exclusivo nas condições de desenvolvimento, mas compreender os efeitos do regime institucional nesse processo. Desse modo, Domingues (2015) considera que ao incorporar a perspectiva institucional na geografia econômica busca compreender e analisar as diferentes modalidades, pelas quais, as instituições configuram regiões e criam territórios.

O trabalho se desenvolve demonstrando a territorialização do mercado de crédito no Brasil, a interdependência entre a oferta e a demanda do crédito e a reprodução espacial do

mercado de crédito no território brasileiro entre os anos de 2003 e 2018, a partir do papel dos bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas; apresentar a distribuição territorial do crédito no Brasil. Para adoção do período de 2003 a 2018, que transcorreu em sua maioria durante os governos do Partido dos Trabalhadores, exceção apenas dos meses que sucederam agosto de 2016, quando teve início o governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia, considerou que esse foi o de maior vigor das carteiras de crédito dos bancos analisados. Acrescente-se ainda que 2003 foi o ano em que o BCB autorizou a operacionalização dos correspondentes bancários, que “marcou o ápice das reformas do setor bancário iniciado na década de 1990” (MEDEIROS, 2013, p. 10).

Também foi nesse período que o mercado de crédito brasileiro enfrentou dois momentos de “intempéries”. Em 2008 viu alastrar-se a crise do *subprime*, ou “bolha imobiliária americana”, que teve seu início a partir da acentuada queda do índice Dow Jones em julho do ano anterior, motivada pela expectativa de colapso hipotecário, provocando a insolvência de instituições financeiras americanas.

Sobre a crise de 2015, Campos (2019, p. 145) problematizando os efeitos da operação Lava Jato e da depressão econômica brasileira, assevera que foi o setor de petróleo e gás “onde se desenvolveu o cerne do processo de desestruturação econômica do setor de engenharia e infraestrutura no Brasil, com enfraquecimento das empresas brasileiras, acentuação do processo de desnacionalização e favorecimento a grupos estrangeiros.”

Historiadores, Almeida e Silva Lima (2016, p. 102), analisando o papel da imprensa, especialmente do Jornal O Globo a partir da reeleição de Dilma Rousseff, resume que “os eventos da reeleição e o processo de impeachment foram apresentados de modo peculiar pela mídia selecionada no tocante à construção de uma imagem negativa tanto da presidenta quanto do governo em questão”. O posicionamento do órgão de imprensa corroborou para o agravamento da crise de 2015, pautada pela instabilidade nos preços do petróleo – provocada pela desaceleração das atividades da Petrobras, afetada que foi pelo preço do barril (tipo *brent*) que em abril de 2014 estava na casa dos US\$ 100 e chegou a níveis inferiores a US\$ 50 em dezembro de 2015.

Delimitado o recorte espacial e temporal, o trabalho se dedicou a um conjunto de procedimentos que possibilitaram atingir seus objetivos. Em “Fatos estilizados e diálogo próximo: metodologia em geografia econômica” Clark (2018, p. 7), após analisar as virtudes de um método e de outro, assevera “ficar evidente que, apesar de toda a discussão sobre as respectivas virtudes de ambos, os dois métodos estão unidos – eles parecem ser ao mesmo

tempo separados e críticos iminentes um do outro”. Dessa forma a pesquisa elegeu trabalhar com as duas metodologias. Ao tratar escalas regionais, tomou por base os dados estilizados, já ao tratar do objetivo mais específico do trabalho, identificar como as variáveis consideradas pelos bancos na composição de suas carteiras de microcrédito se apresentam na configuração do território e pesquisar, na visão dos beneficiados/tomadores, as alterações promovidas pelo PNMPO no território enquanto política pública de desenvolvimento, fez uso de diálogo próximo, dando mais completude à pesquisa.

Assim, se seguiram atividades elencadas abaixo: 1) Revisão bibliográfica pesquisando artigos científicos, dissertações e teses, de autores da Geografia Econômica, especialmente Santos (1996), Santos e Silveira (2001), Contel (2011 e 2016) com o fito de compreender o processo de financeirização do território e a inclusão financeira. Buscando compreender o funcionamento do sistema financeiro, especialmente do setor bancário a pesquisa buscou igualmente apoiar-se em trabalhos acadêmicos recorrendo notadamente a Click (1994), Galeano e Feijó (2012), Aglietta (2004) e Paula (1997). 2) O levantamento dos dados secundários pesquisas em sítios governamentais como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de entidades de classe a exemplo da Federação Brasileira de Bancos, de instituições de ensino e de pesquisa como da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de instituições bancárias, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros; pesquisa de trabalhos acadêmicos - artigos, dissertações, teses e periódicos. Durante a evolução do trabalho, demonstraram-se relevantes os dados estatísticos encontrados no aplicativo Estatísticas Bancárias (ESTBAN)², de responsabilidade do BCB, bem como os dados da base do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA). 3) A coleta dos dados primários, através de entrevistas semiestruturadas com representantes de instituição financeira e com os beneficiados/tomadores do PNMPO tinham a conclusão prevista para setembro de 2020. Com o recrudescimento da epidemia do COVID19, a realização das entrevistas demonstrou-se inviáveis naquele momento e, apesar do atendimento bancário ter sido retomado no final de setembro do ano passado, as medidas de afastamento social impunham a limitação da quantidade de pessoas nas agências bancárias. Por fim as entrevistas com os representantes da instituição só vieram a ocorrer em fevereiro de 2021. Já as entrevistas

² Os dados de ESTBAN estão agrupados considerando os municípios onde estão localizadas as agências bancárias e não o domicílio dos tomadores.

com os beneficiados/tomadores foram efetivamente prejudicadas por novo agravamento da pandemia e o número de entrevistados são insuficientes para compor uma amostra estatística. Mesmo assim as entrevistas realizadas compõem este trabalho.

Numa sociedade capitalista, os bancos, definidos pelo Banco Central do Brasil como sendo as instituições especializadas em intermediar o dinheiro entre poupadores e aqueles que precisam de empréstimo, além de custodiar (guardar) esse dinheiro, desempenham papel essencial. Em se tratando de uma pesquisa quali-quantitativa, seguiu-se a interpretação dos dados, especialmente no tocante aos saldos das carteiras de crédito dos bancos múltiplos e comerciais, além da caixa econômica, e da distribuição das agências bancárias dessas instituições no país.

Para análise desses dados e, tendo optado por perscrutar o papel dessas instituições no mercado de crédito, considerando como sinônimos território usado (SANTOS, 1994; SANTOS E SILVEIRA, 2001) e espaço geográfico (SANTOS, 1996), entendido como espaço concreto dos homens, como espaço de todos, a pesquisa se alicerçou na financeirização do território brasileiro (SANTOS E SILVEIRA, 2001, CONTEL, 2006) e na preferência pela liquidez (KEYNES, 2017).

Apesar de também fazer uso da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017), especialmente quando trata da região de influência e da centralidade da cidade de Mossoró, o trabalho elegeu adotar como principal a regionalização do IBGE em 1990, pelo fato de que desde 1º de janeiro daquele ano, a Divisão Regional do Brasil em Microrregiões e Mesorregiões Geográficas foi adotada pelo Sistema Estatístico Nacional, formado por um conjunto de instituições públicas e privadas produtoras de estatísticas com recursos públicos e que abrange diferentes áreas temáticas e níveis federativos, “que contempla a estrutura regional identificada em 1970, com as respectivas alterações ocorridas, posteriormente, no mapa político-administrativo do Brasil” (IBGE, 2020).

O tratamento dos dados levantados no ESTBAN, que “são gerados mensalmente, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial” (BCB, 2020), relacionados a dados e análises constantes na bibliografia, permitiram a elaboração de gráficos, tabelas e mapas gerados a partir do uso da versão 2.18.0 do *software* QGIS, além de vasto material que promoveu uma melhor compreensão da evolução do mercado de crédito no período estudado. A carteira de crédito desses bancos comerciais e múltiplos, além das caixas econômicas, somadas, correspondem a “mais de 80% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Trata-se, portanto, de uma parcela altamente representativa do SFN, permitindo a captura dos movimentos mais gerais do sistema bancário no Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa no decorrer do trabalho, especificamente quando observada a necessidade de pesquisar as entranhas do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Sobre a abordagem qualitativa Silva e Mendes (2013, p. 207) aponta que ela “baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores”. Dessa forma, idealizou-se a realização de entrevista semiestruturada, obedecendo a um roteiro predeterminado (apêndices “a” e “b”), com representantes de instituição financeira e com os beneficiados/tomadores do PNMPO.

Gil (1999), Marconi e Lakatos (2007) apontam as principais vantagens da entrevista e, entre elas, elencamos: 1) possibilita obter informações referentes aos mais diversos aspectos da vida social; 2) permite conseguir informações em profundidade sobre o comportamento humano; 3) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; 4) oferece flexibilidade, uma vez que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas; 5) propicia a obtenção de informações relevantes e significativas que não se encontram em fontes documentais; e 6) permite captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade de sua voz e a ênfase de suas respostas.

Para a geografia econômica a utilização do “diálogo próximo” (CLARK, 2018, p. 12) justifica-se, pois “a troca de informações incluindo interpretações individuais de dados comuns e o gerenciamento de redes de informação, são processos sociais vitais que são ignorados apenas em prejuízo das instituições que não os valorizam”.

Como já citado acima, as entrevistas com os representantes da instituição financeira foram realizadas em fevereiro de 2021. Restavam por serem realizadas as entrevistas junto aos beneficiados/tomadores. Além das distâncias a serem percorridas nos municípios pesquisados, o que por si só já demandaria muito tempo, mais uma vez, com o recrudescimento da pandemia em fevereiro de 2021, o trabalho mostrou-se prejudicado. Apresentou-se como alternativa à continuidade do trabalho a utilização de telefone, aplicativos de mensagens instantâneas e salas de reuniões remotas. Apesar disso, foram poucas as tentativas exitosas, especialmente por se tratarem de informações de cunho pessoal, relacionadas à vida financeira das pessoas. Soma-se ainda o fato de que a impossibilidade de contatos pessoais impediu a captura de dados relacionados à subjetividade. Mesmo assim, como alternativa, foram aplicados questionários

(Apêndice b), tanto pessoalmente quanto com uso de recursos tecnológicos, que embora não possam se constituir em uma amostra estatística, emprestaram valorosa contribuição à pesquisa.

O presente trabalho está organizado em cinco sessões, esta introdução – que apresenta os objetivos, os recortes espacial e temporal, alguns dos referenciais teóricos e metodológicos nos quais a pesquisa foi alicerçada -, as considerações finais e mais três, que abordam temas distintos, mas que não se podem ser apartados uns dos outros, formando um conjunto necessário à compreensão do tema. Na segunda sessão o trabalho discute o papel dos bancos em relação ao crédito, desde a gênese das instituições, quando se dedicava tão somente a intermediar as relações entre poupadores e tomadores, até a atualidade, espelhada na capacidade dessas instituições de emitir moeda além de, especialmente, apresentar a evolução do mercado de crédito no Brasil, abordando medidas da política macroeconômicas a partir de 2003, contemplando os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), o primeiro e segundo governo de Dilma Vana Rousseff (2011 – agosto 2015), interrompido em razão do impedimento imposto pelo Congresso Nacional, além do governo Michel Miguel Elias Temer Lulia, que se estendeu até dezembro de 2018.

A terceira sessão, nos leva a compreender o processo da recente “financeirização do território” brasileiro, ao promover levantamento de dados que demonstram a distribuição espacial do crédito e da instalação das agências bancárias a partir das cinco Regiões Brasileiras, no Rio Grande do Norte e nos municípios das microrregiões de Mossoró e da Chapada do Apodi (IBGE, 1990).

Continuando, a terceira sessão ainda apresenta os dados da distribuição geográfica do crédito no Rio Grande do Norte e investiga as alterações promovidas especialmente nas Microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi. Inicia-se fazendo um breve relato da criação, extinção e/ou privatização dos bancos públicos estaduais, em razão da reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e os seus reflexos a partir de uma visão pós keynesiana, do papel dos bancos públicos federais no processo de distribuição espacial do crédito.

Mesmo reconhecendo uma maior participação dos bancos públicos federais, a pesquisa não poderia, no entanto, negligenciar o papel das cooperativas de crédito, das associações de crédito ao microempreendedor, dos correspondentes bancários e a distribuição espacial das agências dos bancos múltiplos, públicos e privados, além da Caixa Econômica Federal. Também expõe dados que demonstram a centralidade e a área de influência da cidade de Mossoró (REGIC, 2018), onde resta evidenciado o seu papel no contexto do desenvolvimento

regional pautado pela salicultura, fruticultura irrigada, pela indústria de exploração de petróleo e um setor terciário muito expressivo.

O quarto, e penúltimo tópico, discute a inclusão financeira da população nos municípios das microrregiões, como forma de testar se as hipóteses do trabalho, qual sejam: a de que a distribuição espacial do crédito nas microrregiões sofre influência da centralidade da cidade de Mossoró, que no pensamento econômico, espelha a “preferência pela liquidez”; e, de que as instituições financeiras utilizam-se da oferta de microcrédito para levarem a população a consumir maciçamente outros produtos e serviços financeiros.

O capítulo também apresenta os resultados da pesquisa, que embora prejudicada pelas medidas de isolamento social, demonstraram-se ricos e especial contribuição para uma melhor compreensão da inclusão financeira da população das Microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, beneficiados/tomadores do PNMPO.

Por fim, na quinta sessão, o trabalho apresenta considerações acerca da hipótese. Tais considerações apontam que a preferência pela liquidez guarda relação direta com o nível de desenvolvimento econômico da região estudada. Com relação à inclusão financeira aos beneficiados do PNMPO na região, verificou-se que ela se dá através da oferta do crédito, mas que não avança no sentido de levar os beneficiados a consumirem outros produtos e serviços financeiros.

2 O MERCADO DO CRÉDITO NO BRASIL DE 2003 A 2018

Nesta sessão o trabalho discute o papel dos bancos em relação ao crédito, desde a gênese das instituições, quando se comportavam passivamente no mercado a apenas intermediar as relações entre poupadores e tomadores, até a atualidade, exercitando a capacidade de emitir moeda. Especialmente, apresenta a evolução do mercado de crédito no Brasil, abordando medidas da política macroeconômicas a partir de 2003, contemplando os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), os dois mandatos de Dilma Vana Rousseff (2011 – agosto 2015), interrompido em razão do impedimento imposto pelo Congresso Nacional, além do governo Michel Miguel Elias Temer Lulia, que se estendeu até dezembro de 2018. A discussão foi baseada nos dados estatísticos levantados junto a ESTBAN, relacionados à pesquisa bibliográfica e levantamento de informações, ai incluídas pesquisas em sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros, além de discutir essa evolução à luz da preferência pela liquidez por parte dos agentes financeiros.

Este trabalho também se apoia na perspectiva de análise da economia institucionalista “entendendo a importância de se considerarem as instituições, possíveis agentes estruturadores e de transformação, por meio da adoção de políticas públicas capazes de definir usos e base material do território” (DOMINGUES, 2015, p. 8).

Os bancos comerciais são definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das carteiras comerciais, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento, sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras, cabendo aos bancos públicos, e somente a eles, operar as carteiras de desenvolvimento (BCB, 1994).

No que tange à Caixa Econômica Federal (CEF), criada por Decreto Lei em agosto de 1969, é definida como uma instituição análoga aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços” (BCB, 2020).

Os bancos múltiplos, para serem constituídos, necessitam de no mínimo, duas carteiras: uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e serem organizados sob a forma de sociedade anônima. Os que contam com carteira comercial, também podem captar depósitos à vista. Em sua denominação, essas instituições múltiplas, deve constar a expressão "Banco" (BCB, 2020).

Será abordado o papel do território nos efeitos da promoção e acesso ao crédito por uma parcela específica da população e a inclusão da mesma na dinâmica financeira. Compreende-se aqui o espaço como o *locus* das manifestações materiais resultantes da dinâmica econômica, populacional e política e, ao mesmo tempo, agente cujo papel ativo é fundamental para a realização de tais manifestações. Desse modo, embora reconhecendo a importância de outras variáveis, como a causalidade entre poupança e investimento, a prioridade será sobre a manifestação geográfico-econômica do fenômeno.

Para Galeano e Feijó (2012, p. 5) “na literatura econômica o acesso ao crédito e o grau de desenvolvimento do sistema financeiro podem desempenhar papel de destaque no processo de desenvolvimento econômico de um país ou uma região”.

Para apresentar o papel dos bancos e sua evolução na sociedade, o trabalho se apoia nos “estágios” (CLICK, 1994) percorridos por essas instituições e, ato contínuo, analisa como se

comportou o mercado de crédito no país entre os anos de 2003 e 2018 e a sua distribuição espacial no território brasileiro.

O Banco Central do Brasil entende que banco é a instituição financeira especializada em intermediar o dinheiro entre poupadores e aqueles que precisam de empréstimo, além de custodiar (guardar) esse dinheiro. Essa é, na percepção de Corazza (2000, p. 107) “uma visão mais convencional, pois considera os bancos como simples intermediários neutros e passivos”.

Aponta Click (1994, p. 10), para argumentar que o comportamento dos bancos evoluiu para um cenário distinto daquele para o qual a abordagem de Keynes era pertinente, de forma a exigir alterações na teoria preexistente sobre o investimento, a poupança e os juros, “que a teoria da poupança e da taxa de juros não pode – ou mesmo não deve – ser independente do estágio do desenvolvimento das instituições financeiras”.

Para embasar seu trabalho, Click (1994) explicou a evolução dos bancos ingleses em cinco estágios: no primeiro, os bancos são apontados como receptores de poupança, onde o volume dessa poupança determina o do investimento.

No segundo estágio surgiu a função “meio de pagamento”, os recursos moviam-se de uma instituição para outra, sem, contudo, abandonar de maneira significativa o sistema. Dessa forma, observavam-se que os recursos oriundos de empréstimos não eram perdidos. Assim, os bancos com excedente de reserva eram encorajados a emprestar “o dinheiro que não tinham”. Os bancos passaram a ter a capacidade de criar dinheiro, mesmo que limitados pelos depósitos compulsórios³.

Já o estágio terceiro foi caracterizado pelo surgimento do depósito interbancário, o que ampliou a capacidade dos bancos de criarem mais dinheiro. Foi quando o Banco Central entrou em cena para atuar como supridor de recursos. No quarto estágio, os bancos passaram a atender à demanda por crédito para além do que dispunham em suas reservas. O Estágio quinto difere do anterior pela ausência de uma atitude passiva em relação a qualquer dos lados dos balanços dos bancos e é caracterizado pela administração do passivo.

Aglietta (1999, p. 56) afirma que “a criação monetária é esse ato duplo e indissolúvel pelo qual a decisão de emprestar não é a transferência de um depósito preexistente, mas sim a formação de um novo depósito”. O autor apresenta a real dimensão do crédito na perspectiva do banqueiro, na medida que retroalimenta a atividade bancária do crédito e fortalece, sobretudo, a capacidade dos bancos de emitir nova moeda.

³ Prática adotada pela política monetária, onde o Banco Central retém parte do dinheiro da economia através dos bancos comerciais.

Sobre essa capacidade dos bancos emitirem moeda e o seu papel na contemporaneidade, numa perspectiva pós keynesiana, Paula (1997) nos traz que:

As instituições bancárias são vistas como entidades que, mais do que meros intermediadores passivos de recursos, são capazes de criar crédito independentemente da existência de depósitos prévios. Bancos têm um papel essencial na determinação das condições de financiamento em uma economia capitalista, ao estabelecer o volume e as condições sob os quais o crédito é ofertado, pois deles depende a criação de poder de compra novo necessário à aquisição de ativos de capital que proporciona a independência da acumulação de capital em relação à poupança prévia. PAULA, 1997, p. 18)

Também Freitas (2009), ao analisar os efeitos da crise global para o Brasil pós 2008, adota como o papel dos bancos:

Na economia capitalista, entendida como economia monetária de produção, o sistema bancário atua como agente livre na concessão de poder de compra para antecipação do gasto (em consumo e em investimento). Além da função de intermediação financeira, os bancos criam moeda ao conceder crédito, enquanto parte integrante de organização institucional particular que é o vasto sistema de pagamento hierarquizado e organizado em torno do banco central. (FREITAS, 2009, p.126)

Já Botelho (2015, p. 8) faz considerações, acerca do que classificou como uma análise cuidadosa da “profunda relação entre o sistema monetário e o sistema de crédito na economia capitalista”, segundo ele, pouco exploradas pelos estudiosos da obra de David Harvey.

O salto do sistema monetário para o sistema de crédito é, em linhas gerais, a superação da forma material da moeda por uma forma puramente fiduciária – a moeda de crédito. Contudo, mesmo na forma de moeda de crédito, ou seja, notas promissórias, letras de câmbio, certificado de dívidas etc., o dinheiro representa uma determinada quantidade de mercadoria que lhe sustenta enquanto medida de valor, sejam elas mercadorias adiantadas ou prometidas, seja a mercadoria-dinheiro (ouro, prata) emprestada ou a ser reembolsada. (BOTELHO, 2015, p. 8)

Essa moeda de crédito na forma de antecipação de receita pode, por diversas questões endógenas e exógenas à relação creditícia, se evaporar, perder o seu valor. Nesse contexto as instituições bancárias, ao emitirem os seus próprios títulos, oferecem maior segurança à moeda, fazendo com que sua aceitação seja ampliada, uma vez que, a princípio, os bancos detêm “recursos necessários para saldar compromissos assumidos por outros” (Botelho, 2015).

Ocorre que, como visto em Click (1994) os bancos desenvolveram a capacidade de “criar dinheiro”, indo além das suas reservas, dos seus lastros. Harvey (1982), propunha que

operações convencionais de crédito são capital fictício⁴ e que essas podem ainda tornar-se “capital fictício em circulação” influenciando na produção do espaço. Pitta, Mendonça e Boechat (2017), investigando a produção do espaço na região de MATOPIBA⁵, analisam o capital fictício que permeia as territorializações onde as materialidades estão diretamente subordinadas ao seu movimento global e sugerem uma qualificação deste processo como sendo, no fundo, uma produção fictícia do espaço.

Demonstrado o momento atual que passam os bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial, bem como as caixas econômicas numa economia capitalista, identificamos neles as características que os definem e os diferenciam dos demais tipos de bancos e instituições financeiras: a função de receber depósitos à vista e conceder empréstimos.

O BCB gera, mensalmente, o Saldo ESTBAN⁶ (Estatística Bancária) por município. Os dados contemplam a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, além da CEF por município (BCB, 2020), constituindo-se em subsistema estatístico do Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF).

O gráfico 1 demonstra a evolução das carteiras de crédito dos bancos comerciais, múltiplos com carteiras comerciais e Caixa Econômica Federal no período de 2003 a 2018, período compreendendo o alvorecer do primeiro Governo Lula, até o final do Governo Temer. Durante o período analisado, o volume do crédito no país foi ampliado em 662,14%, saltando de 0,402 para 3,070 trilhões de Reais. Entre os anos de 2003 e 2010, durante os governos do Presidente Lula, o volume de crédito evoluiu 265%, obtendo seu maior crescimento entre os anos de 2006 e 2007 (33,45%) e apresentando involução entre os anos de 2008 e 2009 (-0,13%).

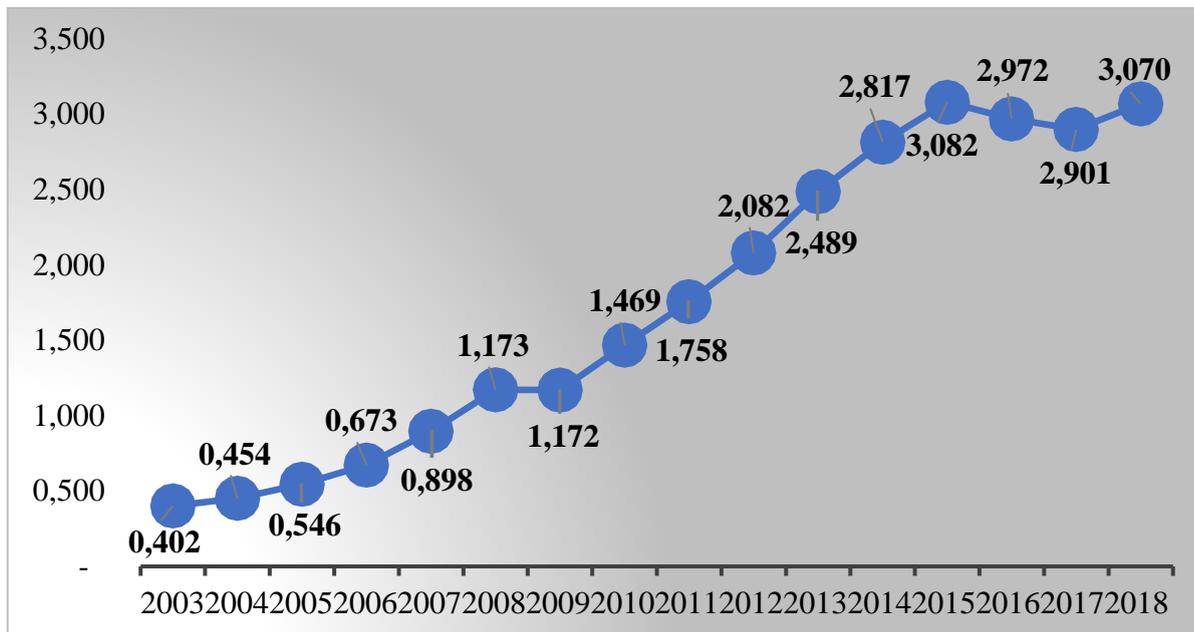
Essa evolução, contou com expressiva contribuição de políticas públicas do Governo Federal, que atuou de forma decisiva na ampliação do mercado de crédito ao implementar no período programas como o de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, além de ampliar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), tratado de forma específica nessa pesquisa.

⁴ No capital fictício não há nenhuma substância real e ele não contribui em nada à produção ou à circulação da riqueza, ao menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o capital comercial (SABADINI, 2013)

⁵ Nova fronteira agrícola brasileira formada pelos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA)

⁶ Os saldos dos verbetes da ESTBAN guardam correspondência com os saldos do documento 4010 - Balancete Geral Analítico com os verbetes da ESTBAN é resultante da aglutinação de tais contas).

Gráfico 1 - Evolução do crédito entre 2003 e 2018 em trilhões de R\$



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em ESTBAN (2019).

Entre 2011 e 2015, no governo Dilma Rousseff, a carteira de crédito dos bancos evoluiu 75%. A partir de então, a economia desacelerou e o volume de crédito que atingiu R\$ 3.082 tri em dezembro de 2015, maior volume durante o período estudado, caiu em maio de 2016 para R\$ 3.004 tri (ESTBAN, 2000). Em dezembro do mesmo ano o volume de crédito regrediu para R\$ 2.972 tri, tendo registrado saldo de R\$ 2.901 tri em 2017, só voltando ao patamar dos R\$ 3.0 tri em 2018.

O Banco Central classifica as operações de crédito em dois grandes grupos: Operações de crédito com recursos livres, que correspondem aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários, onde as instituições financeiras têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados; e nas operações com recursos direcionados, que são regulamentadas pelo CMN ou vinculadas a recursos orçamentários destinados, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, rural e de infraestrutura (BCB, 2020).

Das operações de recursos livres, as mais populares são o Cheque Especial e o Cartão de Crédito, além das operações para a aquisição de bens, destinados aos públicos de pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ). Especificamente para pessoa física, o crédito pessoal sem vinculação à aquisição de bens e as operações de crédito pessoal consignado. No caso das pessoas jurídicas, operações destinadas ao custeio da produção, capital de giro.

Já entre as operações com recursos direcionados, destacam-se o crédito imobiliário, as operações de crédito agrícola e pecuário, além das operações de microcrédito que, a exemplo das duas primeiras, destinadas também para o público PF e PJ.

2.1 O crédito no Brasil entre 2003 e 2010: o período do consumo até 2006 e dos investimentos a partir de 2007

Aqui o trabalho passa a se dedicar à demonstração do comportamento do mercado de crédito entre 2003 e 2006. O primeiro ano do período foi pautado pela continuidade da política econômica do governo anterior. Para Sicsú (2019) avaliando medidas macroeconômicas dos dois governos do presidente Lula e, embora considerando aligeiradas as interpretações de que foram governos do estímulo ao consumo e do consequente endividamento excessivo das famílias brasileira, além de refutar a referência feita ao período como sendo “a era do consumo” por entender que durante os dois governos o “investimento cresceu mais que o consumo” (SICSÚ, 2019, p. 4), ressalta que “no início do primeiro governo Lula, em conjunto com as centrais sindicais, foram tomadas duas decisões: valorizar o salário mínimo e estruturar o crédito à pessoa física estabelecendo garantias aos bancos - modalidade que ficou conhecida como crédito consignado”, tais decisões, elevaram substancialmente o consumo das famílias.

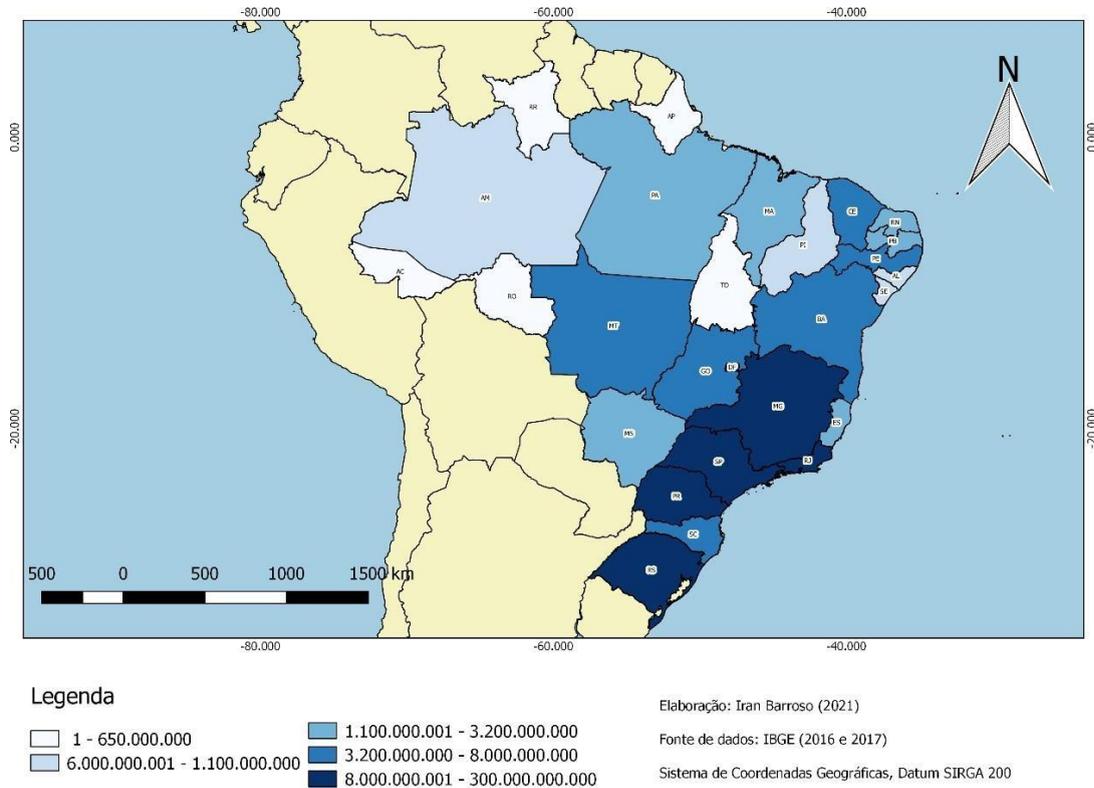
Montenegro e Contel (2017), discorrendo sobre financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo, asseveram que:

A expansão da oferta de crédito constitui, com efeito, o grande catalisador da ampliação do consumo. A “imediaticidade” garantida pelo crédito potencializa ainda mais seu poder de sedução, visto que sua facilidade proporciona ao consumidor acesso imediato a um bem cuja renda não permitiria aceder. Renova-se, aí, o fenômeno da “coerção da compra”, característico da “sociedade do consumo” descrita por Baudrillard nos anos 1960. Entre a população brasileira, o impulso da compra atende, em grande medida, a uma demanda legítima, mas reprimida durante anos. Se o padrão de renda aumenta, há, concomitantemente, uma tendência muito forte de resposta a essa demanda. (MONTENEGRO E CONTEL, 2017, p. 120)

Essa expansão do mercado creditício no país apontada por Montenegro e Contel (2017) é evidenciada, entre outros, pelo aumento do volume das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Os mapas 2 e 3 demonstram a distribuição do crédito no Brasil, por estados, em 2003 e 2010, respectivamente, possibilitando visualizar a forma com que se “espraiou” no território nacional.

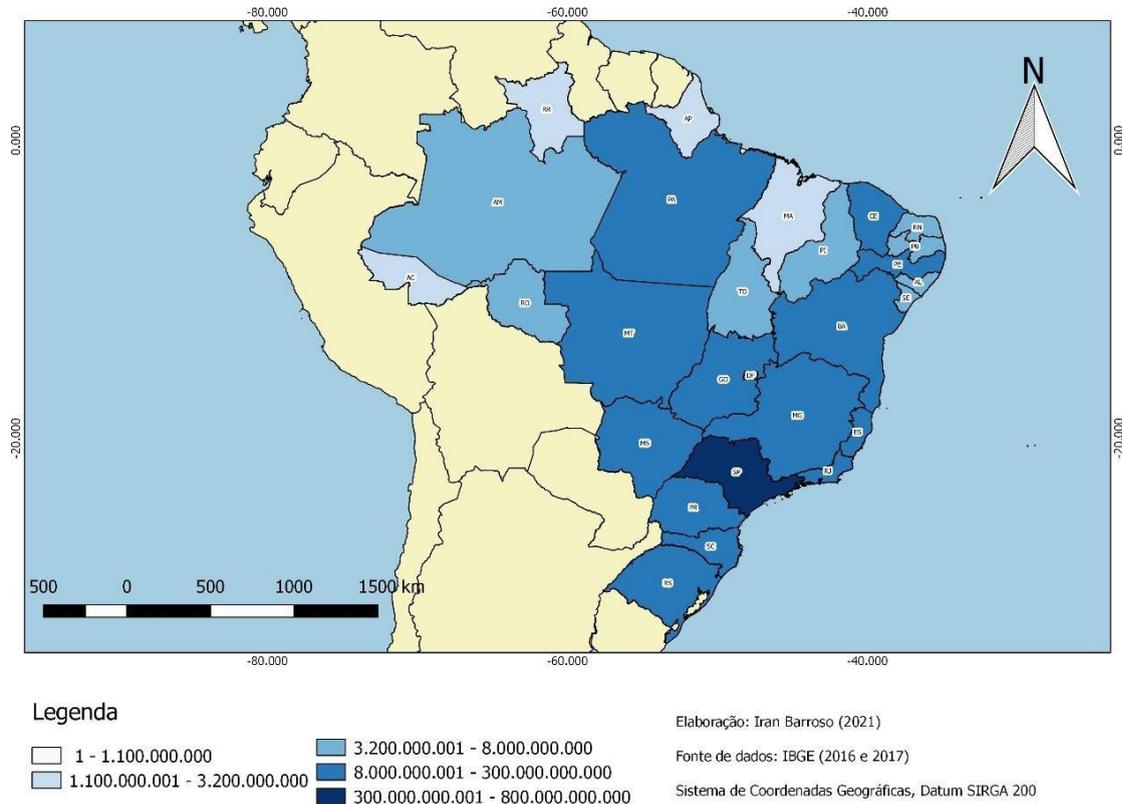
Mapa 2 - Distribuição territorial do crédito em janeiro de 2003 por estados



Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

No mapa 2 é possível observar a maior concentração do volume do crédito nos estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS), contrariamente ao observado nos estados supracitados, os estados do Acre (AC), Amapá (AP), Roraima (RR), Rondônia (RO) e Tocantins (TO), todos na região Norte. O estado do Pará (PA) apresentava o melhor desempenho entre os estados daquela região, ocupando a faixa entre os valores acima de R\$ 1.100 milhão e R\$ 3.200 milhões, ao lado dos estados do Maranhão (MA), Rio Grande do Norte (RN) e Paraíba (PB), Espírito Santo (ES) e Mato Grosso do Sul (MS). Na região Nordeste destacavam-se em 2003 os saldos nos estados do Ceará (CE), Pernambuco (PE) e Bahia (BA), que ao lado de Goiás (GO), Distrito Federal (DF) e Mato Grosso (MT) na Centro Oeste, e Santa Catarina na Região Sul, compunham a faixa entre R\$ 3.200 e R\$ 8.000 milhões. Piauí e Amazonas encontram-se na faixa entre R\$ 0.650 e R\$ 1.1 milhão. Especificamente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, maiores metrópoles do país, que naquele ano já somavam uma população de 51,5 mi de habitantes, aproximadamente 30% da população brasileira (IBGE, 2020), eram os maiores tomadores de crédito. Já o mapa 3 representa a distribuição do crédito em 2010.

Mapa 3 - Distribuição territorial do crédito em 2010, por estados



Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

O mapa 3, que apresenta o cenário de 2010, portanto distante oito anos daquele apresentado no mapa 2, difere do primeiro quanto a concentração do crédito. Mantidas as quatro primeiras faixas de distribuição do saldo do crédito e majorando apenas a faixa de maior volume com relação aos dados do mapa 2, é possível visualizar dois aspectos importantes: na medida em que o crédito foi crescendo no país, ocorreu uma distribuição mais homogênea pelo território, formando uma “mancha de crédito”. Todos os estados contavam com um saldo de operações de crédito superior a R\$ 1.100 milhão e concentravam-se em sua maioria (PA, CE, PE, BA, GO, MT, MS, DF, MG, ES, RJ, PR, SC e RS) na faixa entre R\$ 8.000 e R\$ 300.000 bilhões. Os estados do AC, RR, AP e PI, compunham a faixa entre R\$ 1.100 a R\$ 3.200 bilhões. A faixa de valores superiores a R\$ 3.200 até R\$ 8.000 bilhões era composta pelos estados do AM, RO, TO, PI, RN, PB, AL e SE. No que pese a distribuição mais equânime comentada acima, registra-se a participação do saldo das carteiras de crédito dos bancos e Caixa Econômica do estado de São Paulo na composição do saldo total no país, R\$ 1.460 trilhões. Naquele ano, o saldo registrado São Paulo foi superior a R\$ 0.775 bilhões, 52,80%.

Em 2003 Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda publicou documento intitulado “Política Econômica e Reformas Estruturais”. Nas palavras de Mattei e Magalhães (2011, p. 139), o documento assumiu que “o melhor caminho para a retomada do crescimento econômico seria aprofundar as linhas mestras da política anterior, fazendo pequenos ajustes e dando maior consistência a mesma”.

Naquele ano a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 9,30%. No início de 2004 havia “indicadores de que a inflação poderia superar as metas para aquele ano e influenciaria a meta do ano seguinte”, levando o Comitê de Política Monetária (COPOM), a adotar um posicionamento mais conservador em relação a taxa básica de juros. Assim, a inflação medida pelo IPCA de 2004 foi de 7,60%. Mesmo assim, a expansão do crédito em 2004, de 12,85%, em relação ao ano anterior, impulsionou o consumo, “sobretudo no primeiro semestre com desdobramentos da venda de bens duráveis e nos últimos meses a venda de bens de consumo não duráveis (BCB, 2004, p 12).

Segundo Sicsú (2016, p. 312) o primeiro ano do governo do ex-presidente Lula pautou-se pela busca da credibilidade e da reputação, “baseado no tripé da teoria econômica ortodoxa-liberal: a) câmbio flutuante com mobilidade de capitais; b) regime de metas de inflação com um banco central autônomo; e c) regime de metas para os superávits fiscais primários”. Tal credibilidade e reputação levou os bancos a expandirem suas carteiras de crédito.

Oliveira (2015, p. 10) anota que “a expansão do crédito bancário verificada no Brasil entre meados de 2003 e 2008 foi capitaneada pelos bancos privados, depois da referida crise, a continuidade dessa trajetória foi viabilizada pelos bancos públicos”. No tocante à pessoa física, foi o crédito consignado para desconto em folha de pagamento que mais se destacou.

O BCB (2004) traz uma avaliação a respeito do comportamento do mercado de crédito brasileiro:

As operações de crédito, num contexto de decréscimo contínuo da inadimplência, refletiram o processo da retomada da atividade econômica, ressaltando-se que o aumento do custo das operações de crédito, observado a partir de setembro, não exerceu influência significativa sobre o volume de novas concessões, haja vista o aumento na demanda inerente aos últimos meses do ano. O crescimento assinalado nos empréstimos para pessoa física, no decorrer de 2004, evidenciou, fundamentalmente, a expansão das operações de crédito pessoal, com destaque para as relativas à crédito consignado em folha de pagamento, que apresentam taxas de juros menores em função da garantia envolvida no contrato. Relativamente ao crédito no segmento pessoa jurídica, elevou-se o volume das operações lastreadas em recursos domésticos, em detrimento das vinculadas a recursos externos. (BCB, 2004, p. 13)

A partir de 2004 as operações de crédito no segmento pessoas físicas com recursos livres passaram a evoluir de forma mais intensa que para pessoa jurídica em termos de participação

relativa no total dos empréstimos. Naquele ano “a carteira de crédito dos bancos voltada para a pessoa física evoluiu 28,6% contra 16,2% da pessoa jurídica” (BCB, 2004, p. 56). Para Galeano e Feijó (2012), o desempenho do crédito para pessoa física pode ser atribuído, em parte, ao desempenho do crédito consignado.

A expansão do crédito foi determinada pela intensificação da procura de recursos para consumo e investimentos, com predominância para carteiras referenciadas em recursos livres. A evolução do crédito mostrou-se mais significativa nos investimentos contratados por pessoas físicas, impulsionados pelas operações de crédito pessoal, com destaque para os empréstimos consignados em folha de pagamento. Nesse aspecto, ressalta-se que o crescimento do crédito consignado vem contribuindo para a melhora do perfil de endividamento das famílias, traduzindo-se em aumento dos prazos e redução das taxas ativas praticadas. (BCB, 2004, p. 55)

Apenas entre março e maio de 2004, a expansão dessas operações de crédito para desconto em folha de pagamento “alcançou 25,1%, superando o desempenho dos empréstimos em crédito pessoal⁷, que registraram expansão de 11,9% no mesmo período” (BCB, 2004, p. 65).

Em dezembro de 2004 o produto interno bruto (PIB) brasileiro foi de R\$ 1.957 trilhão, um crescimento de 5,2% em relação a 2003, quando alcançou R\$ 1.556 trilhão (IBGE, 2020). O crédito livre para pessoa física e para pessoa jurídica representavam 7,14 e 9,24%, respectivamente, de um total de 16,37% do PIB daquele ano. Já o crédito direcionado para pessoa física 3,37% e para pessoa jurídica 5,94%, totalizando 9,31% do PIB. Somados os saldos das operações, em dezembro de 2004 o mercado de crédito representava 25,69% do PIB (BCB, 2020).

Considerando o início do período analisado, o incremento do crédito de 24,0% do PIB, para 30,8 % em 2006 (6,8 % no período), mostrou-se distribuído pelo crescimento do crédito livre na ordem de 6,3 % e, embora numa progressão mais tímida, o crédito direcionado apresentou acréscimo de 0,6 %.

“Relacionar o saldo das carteiras de crédito e o respectivo PIB dos países é uma importante medida de referência das condições e da profundidade de mercado de crédito” (SANT’ANNA *et al.* 2009, p 44). Para Bresser Pereira (2008, p. 114) a relação entre o crédito

⁷ Tanto o empréstimo para desconto em folha, quanto o empréstimo pessoal, são de natureza pessoal. Mas, para o sistema financeiro o empréstimo pessoal é diferente do empréstimo consignado. Enquanto o empréstimo consignado para ser concedido tem limite de 30% (trinta por cento) do salário líquido, vencimento ou benefício previdenciário da pessoa que necessita dessa modalidade de operação financeira, o empréstimo pessoal não está sujeito a esse limite, e sim às condições econômico-financeiras que possuem, podendo lhe ser emprestado percentual maior do que os 30% da limitação para os empréstimos consignados.

e o PIB “embora tenha crescido recentemente, ainda se encontra em patamares de 30%, quando o normal em países desenvolvidos é mais de 70%”. De acordo com (Sant'anna *et al.*, 2009)

O acesso ao crédito constitui-se em uma ferramenta fundamental para que indivíduos e empresas possam satisfazer sua capacidade produtiva e, com isso, estimular o crescimento econômico. No Brasil, o nível de crédito ainda é baixo se comparado ao de países desenvolvidos – como Estados Unidos, Japão e Alemanha – ou ao de países em desenvolvimento de crescimento rápido – como China, Malásia e Tailândia. (SANT'ANNA *et al.*, 2009, p.56)

Paula (2017, p. 126) ressalta que “a recuperação econômica a partir de 2004 foi puxada, inicialmente, pelo *boom das commodities* e, depois, pelo aumento no consumo das famílias, devido ao maior estímulo ao crédito bancário e ao aumento da renda real das famílias”. Foi em 2005 que o crédito para investimentos assumiu um comportamento crescente mais expressivo no saldo do crédito total. Sicsú (2019, p. 129), aponta que o ano de 2005 revelou-se como sendo “o motor de partida de um modelo que se consolidou nos anos seguintes em que consumo e investimento cresceram conjuntamente e, ambos, cresceram mais que o produto da economia”.

No último mês de 2006, final do primeiro governo do presidente Lula, apesar dos avanços espelhados pelos dados econométricos e dos fundamentos macroeconômicos do país, “a razão entre o crédito e o PIB ainda se encontrava significativamente abaixo dos índices observados em economias maduras, ou mesmo economias emergentes onde a estabilização macroeconômica se consolidou há mais tempo” (BCB, 2007, p. 5). Foi também o ano em que volume do crédito total, segundo ESTBAN (2020) alcançou o volume de R\$ 0.673 trilhão.

BCB (2007), analisando o mercado de crédito em 2006, com dados que consideraram, inclusive, o volume de crédito da carteira do BNDES, além do saldo verificado nas carteiras dos bancos comerciais, múltiplos e Caixa Econômica, chama atenção para o seguinte:

A evolução das operações de crédito do sistema financeiro em 2006, a exemplo do registrado nos dois anos anteriores, foi favorecida pelo contexto macroeconômico positivo do período. O dinamismo da atividade econômica, os reduzidos níveis inflacionários e a continuidade, tanto da redução das taxas de juros quanto da ampliação dos prazos constituíram fatores de estímulo à demanda por recursos bancários por parte das empresas e, de forma mais expressiva, das famílias, tendo em vista o cenário de maior previsibilidade para os agentes econômicos. De certa forma, os mesmos fatores contribuíram decisivamente para que houvesse uma expansão da oferta de crédito compatível com a expansão da demanda. [...] assinala-se que a parcela preponderante do crédito livre, representada pelo crédito referencial, atingiu R\$ 409.5 bilhões em dezembro de 2006 e registrou aumento de 20,2% no ano [...] esse resultado refletiu, principalmente, a expansão das modalidades de crédito destinada a pessoa física, as quais alcançaram R\$ 191.8 bilhões, um acréscimo de 23,6% em relação ao ano anterior. (BCB, 2007, p 7-8)

O volume de crédito voltado para pessoa física em 2006 confirma a tendência de uma maior expansão dessa modalidade em relação ao crédito voltado para pessoa jurídica. A tabela 1 apresenta a evolução absoluta e relativa dos mercados pessoa física e jurídica entre os anos de 2003 e 2006. Fica evidente a opção do governo pelo incentivo ao consumo no período como forma de dinamizar a economia. A proporção da participação do crédito para pessoa física e pessoa jurídica entre 2003 e 2006 foi diminuída de 21,4 para 6,4%.

Tabela 1- Expansão absoluta e relativa do crédito livre por categoria física e jurídica entre os anos de 2003 e 2006 (R\$1 bi)

Categoria	/	2003	2004	2005	2006	Variação %		
ano								
		Participação absoluta					% ¹	% ²
Total		224.2	271.4	340.6	409.5		20,2	82,6
Pessoa		136.1	158.1	185.4	217.7		17,4	60,0
jurídica								
Pessoa física		88.1	113.3	155.2	191.8		23,6	117,7
		Participação relativa						
Pessoa		39,3	41,7	45,6	46,8			
jurídica								
Pessoa física		60,7	58,3	54,4	53,2			

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados BCB (2007).

¹ Variação considerando o ano anterior

² Variação considerando o início do período analisado

Os dados da tabela 1 apresentam a participação absoluta e relativa dos mercados pessoa física e pessoa jurídica. Observa-se que o crédito total os anos de 2005 e 2006 evoluiu 20,2% e que durante o primeiro governo do presidente Lula essa evolução foi de 82,6%, saltando de R\$ 224.2 bilhões, para R\$ 409.5. O mercado pessoa jurídica também apresentou evolução no período. Se em 2003 o saldo era de R\$ 136.1 bilhões, em 2006 atingiu R\$ 217.7 bilhões, um crescimento relativo de 60% e, em relação a 2005 de 17,4%.

Já o crédito destinado às pessoas físicas contava com saldo de R\$ 88.1 bilhões, alcançando um saldo de R\$ 191.8 bilhões ao final do governo, uma evolução de 117,7% quando considerado o último ano, especialmente “alavancado” pelo crédito consignado.

A análise da tabela 2 nos auxilia a compreender a evolução da carteira de crédito total entre no primeiro governo Lula. Entre os anos de 2005 e 2006 o crédito total nas carteiras dos bancos teve um acréscimo de 20,7%, em 2005 o saldo foi de R\$ 607.0 bilhões e, em 2006 R\$ 732.6 bilhões. Quando comparado com 2003, o saldo do crédito total no final do primeiro

governo Lula, evoluiu 75,1%. A tabela 2 sintetiza o comportamento do crédito entre os anos de 2003 e 2006, além da participação relativa dele no PIB brasileiro.

Tabela 2 - Evolução do crédito total (livre e direcionado) entre 2003 e 2006 e participação relativa no PIB (R\$ bilhão)

Categoria/Ano	2003	2004	2005	2006	Variação %	
					% ¹	% ²
Total	418.3	498.7	607.0	732.6	20,7	75,1
Recursos livres	255.6	317.9	403.7	498.3	23,4	95,0
Rec. direcionados	162.6	180.8	203.3	234.3	15,2	44,1
Participação relativa no PIB						
Total/PIB	24,0	24,5	28,1	30,8		
Rec. livres/PIB	14,7	15,6	18,7	21,0		
Rec. direci/PIB	9,3	8,9	9,4	9,9		

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB (2007).

¹ Variação considerando o ano anterior

² Variação considerando o início do período analisado

O crédito com recursos livres alcançou R\$ 498.3 bilhões em 2006, um acréscimo de 23,4% em relação a 2005. Quando observado o saldo do primeiro ano, a evolução foi de 95,0%. Mais tímida, a evolução do crédito direcionado também foi positiva. Entre 2005 e 2006 15,2% e, quando considerando 2003 registrou 44,1%.

DeepAsk (2020) demonstra com dados do Banco Mundial que a relação entre o crédito e o PIB foi de 160,76% no mundo, enquanto na América do Norte, Ásia Oriental e Pacífico, Europa e Ásia Central essas regiões alcançaram uma relação superior a 100%, na África Subsaariana, Sul da Ásia, América latina e Caribe, além do oriente médio e norte da África, a relação média foi inferior a 60%.

O período entre 2003 e 2006 foi, como ficou demonstrado, o período em que a economia foi sustentada pelo consumo. Entretanto, os anos que se seguiram até 2010 foram pautados pelo incremento do crédito voltado aos investimentos. Para Sicsú (2019, p. 145) o período “foi uma fase de arrancada rumo a um novo patamar de investimentos públicos e privados, com aumento do volume de financiamentos concedidos pelo BNDES para projetos de infraestrutura”. Esse comportamento, como veremos, ecoou no mercado de crédito.

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que em 2007 a riqueza produzida no mundo atingiu US\$ 54.58 trilhões. Foi o primeiro ano do segundo governo Lula. O PIB brasileiro alcançou R\$ 3.10 trilhões, a taxa de crescimento chegou a 5,09% (IBGE, 2011). Para Banco Central do Brasil (BCB, 2007) a expansão do crédito no ano deveu-se à manutenção da redução da taxa de juros e às consequentes decisões de consumo e de investimento associadas a estabilidade econômica do país.

Destacaram-se as operações destinadas ao financiamento do consumo das famílias, estimuladas, adicionalmente pelas melhores condições do mercado de trabalho, em especial nas modalidades de crédito pessoal para aquisição de veículos, com participação crescente das operações de *leasing*. Da mesma forma, os empréstimos para o segmento empresarial registraram expressivo crescimento, com destaque para os desembolsos para capital de giro e para investimentos, não obstante a continuidade da procura, principalmente pelas empresas de maior porte, por fontes alternativas de longo prazo (BCB, 2007, p. 54).

Uma leitura mais atenta indica que o perfil das operações destinadas ao consumo das famílias passou a financiar de forma crescente a aquisição de bens duráveis, com reflexos no comportamento do crédito para investimento, como apontou Sicsú (2019, p. 130) “o Brasil no período 2006-2010 esteve entre os países que tiveram as maiores taxas de crescimento, tanto do consumo quanto do investimento”. O crédito voltado para pessoa física no saldo total das operações de crédito “manteve a tendência crescente iniciada em 2003” (FREITAS, 2009, p. 129). Trinta e oito por cento do total do crédito concedido com recursos livres, em dezembro de 2003, evoluíram para 45% do total, em dezembro de 2007 (MORA, 2015).

O crédito destinado ao financiamento do consumo das famílias continuou, durante 2007, evoluindo mais que o crédito destinado ao financiamento voltado para o setor industrial, habitacional, comercial e rural, nessa ordem.

Assim, “a tendência de elevação do crédito ao consumo das famílias que passou a ocorrer a partir de 2003, reforçada pela ampliação da massa de rendimentos a partir de 2004, manteve-se em 2007” (FREITAS, 2009, p. 129).

Referindo-se ao crédito às indústrias, Martins e Ferraz (2018, p. 280) analisam que “a principal fase de expansão do crédito industrial se dá num momento em que os investimentos continuavam a se expandir e que o mercado de capitais – que nos anos de 2004-2007 vivia paralelamente um período de ampla expansão”. A expansão a que se refere Martins e Ferraz (2018) manteve-se até o segundo semestre de 2008

A partir de setembro de 2008, a economia brasileira foi afetada pela crise que causou “saída de capitais estrangeiros aplicados em bolsa; redução da oferta de crédito externo para bancos e firmas; aumento das remessas de lucros e dividendos para o exterior; retração do mercado de crédito doméstico; e “empocamento” de liquidez no mercado interbancário” (PAULA, 2017, p. 127).

Em 2008 o crédito total alcançou 41,03% do PIB (BCB, 2008, p. 52), como se vê na tabela 3, apesar da economia, em 2007, dar sinais de arrefecimento, essa relação entre o volume de crédito e o PIB manteve-se crescente.

Tabela 3 - Evolução da relação do crédito com o PIB 2007/2010 (em %)

Ano	2007	2008	2009	2010
Créd. Total/PIB	34,2	41,3	43,8	46,4
Rec. Livre/PIB	24,1	29,2	30,4	30,4
Rec. Direc/PIB	10,1	12,0	14,6	16,0

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB.

Segundo Sant'Anna (2009, p. 48), em 2008 “o crédito às empresas apresentou uma taxa de crescimento superior à do crédito às famílias. Além disso, o crédito industrial foi o principal responsável pelos novos empréstimos, contribuindo com 29,2% da variação do saldo das operações do crédito privado no ano”. Após 2008, com o aprofundamento da crise internacional e a despeito dos esforços realizados pela CEF e pelo Banco do Brasil, o crédito direcionado passou a sustentar o crescimento do crédito à pessoa jurídica (MORA, 2015, p. 51).

Tendo por critério de segmentar os bancos por controle de capital no país, observa-se que os bancos privados, que sempre lideraram a oferta de crédito, tiveram sua participação no volume de crédito total diminuída em 2008, uma vez que se observa maior evolução naquele ano na oferta pelos bancos públicos (tabela 4). O fato deveu-se à crise internacional de 2008, que provocou um aumento da preferência pela liquidez⁸ dos bancos privados, diminuindo assim a oferta de crédito, pautada pelo pessimismo que rondava o mercado.

Tabela 4 - Taxa de evolução e de participação dos bancos no mercado de crédito quanto o seu controle de capital (em %)

	Evolução		Participação no Crédito Total	
	Bancos Públicos	Bancos Privados	Bancos Públicos	Bancos Privados
2007	19,0	33,0	24,7	75,3
2008	40,0	27,0	43,2	56,8

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do BCB.

Se num passado recente, até 2008, a oferta de crédito foi liderada pelos bancos privados, a partir de então a oferta de crédito pelos bancos públicos passou a demonstrar maior crescimento relativo. Em 2009 os bancos públicos passaram a expandir as suas carteiras no mercado de crédito em relação aos bancos privados, quer de capital nacional ou estrangeiro.

Os dados da tabela 4 indicam a atuação dos bancos públicos no espaço geográfico através do mercado de crédito, sugerem que essas instituições financeiras controlados pelo Estado, se constituíram na presença estatal que atenuaram os efeitos negativos da crise financeira de 2008 concedendo crédito.

⁸ Para Oreiro (2005) a preferência pela liquidez não influi apenas na decisão de escolha de ativos por parte do banco, mas também o montante e o tipo de obrigações que a firma bancária emite para financiar a aquisição de seus ativos. Isso porque para pós-keynesianos a liquidez é definida, como a capacidade de honrar compromissos contratuais de pagamento em dinheiro.

A necessidade de intervenção estatal por meio, por exemplo, de instituições financeiras públicas como bancos de desenvolvimento, é explicada pelos pós keynesianos pela incompletude de seus mercados num ambiente de maior incerteza.

O crédito voltado para o setor privado alcançou R\$ 1.20 bilhões. “Os empréstimos contratados pela indústria cresceram 38,6%, para R\$ 296.4 bilhões, destacando-se as operações destinadas aos ramos de agronegócios, química, energia, além do segmento de siderurgia e metalurgia (BCB, 2009, p. 54).

Para Cruz *et al.* (2012, p. 29) essa evolução do crédito para o setor industrial explica-se pelas “inversões preponderantemente voltadas à atualização do parque industrial existente, apareceram grandes projetos em ampliação da capacidade produtiva”.

A tabela 5 demonstra o crédito ao setor privado Brasil por segmento econômico entre os anos de 2007 e 2010. Assim, vê-se a participação relativa dos segmentos de crédito do setor privado em comparação ao volume de crédito concedido, incluindo os setores de crédito habitacional, pessoal, comércio, indústria, rural e outros créditos.

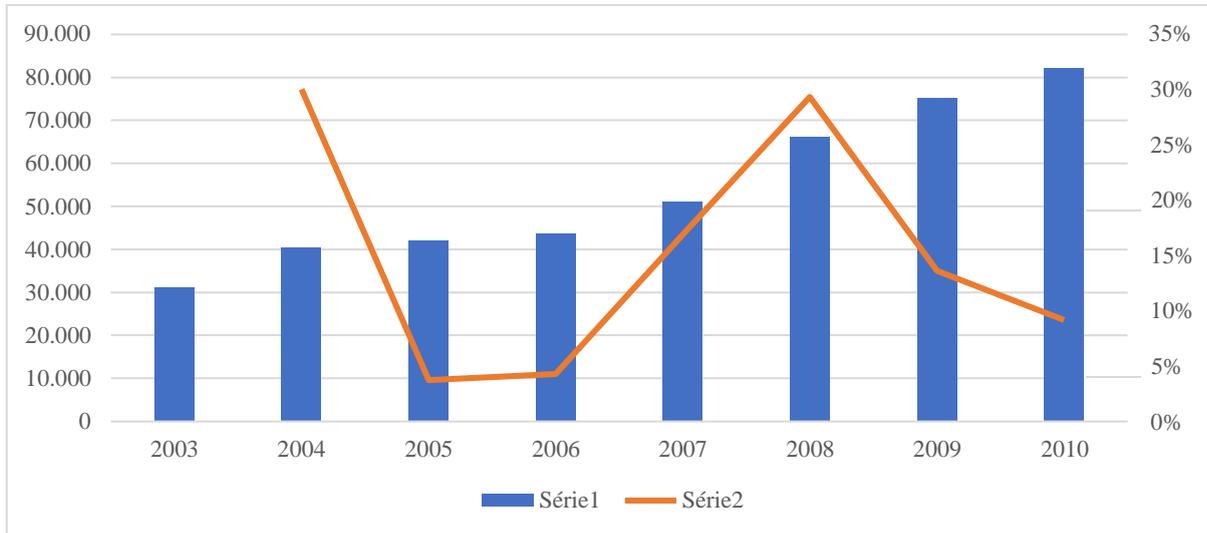
Tabela 5 - Evolução da carteira de crédito por setor da economia entre 2007 e 2010 (%)

Ano	Habitacional	Pessoal	Comercial	Industrial	Rural	Outros
2007	5,1	34,4	10,6	22,9	10,3	16,7
2008	5,1	33,8	10,5	23,7	9,2	17,5
2009	6,5	34,0	9,9	23,7	8,6	17,7
2010	7,7	33,9	10,3	22,2	7,9	18,0

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do IPEADATA (2013).

Depreende-se que entre os anos 2007 e 2010 verifica-se oscilação para menor na maioria dos setores, exceção feita apenas no setor habitacional, com uma evolução de 2,65%. A maior involução foi registrada no crédito rural, 2,39%. A disponibilidade de recursos financeiros foi crucial para o desenvolvimento agropecuário, fornecendo oportunidades para os produtores realizarem investimentos. E no período dos governos Lula isso não foi diferente (gráfico 2).

Gráfico 2 - Comportamento da carteira de crédito rural entre 2003 e 2010 (R\$ bilhão)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB; Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural.

Quando considerado o primeiro mandato do governo Lula, o crescimento da carteira de crédito rural⁹, entre 2003 e 2010 foi da ordem de R\$ 51.974 bilhões, representando uma evolução de 164%, sendo mais expressivos os resultados dos anos 2007 e 2008, como se vê no gráfico 2.

Dados entre os anos de 2007 a 2010 apontam um incremento da ordem de R\$ 30.912 bilhões, um acréscimo de 60%, uma vez que em 2007 o saldo da carteira de crédito rural foi de R\$ 51.164 bilhões e em 2010 R\$ 82.076 bilhões.

O Agronegócio tem peso expressivo na economia brasileira, tendo respondido por 24% do PIB do país em 2009, de acordo com dados do IBGE. O segmento de lavouras é responsável por 71% do produto do setor, enquanto o segmento pecuário responde pelos 29% restantes. Do volume do crédito rural total de aproximadamente R\$ 82 bilhões em 2010, R\$ 12 bilhões foram créditos destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Em 2007 o crédito rural total foi de R\$ 51 bilhões e os recursos destinados ao PRONAF foi da ordem de R\$ 7,1 bilhões. Em 2010 os recursos destinados ao Programa foram de R\$ 11,9 bilhões, ou 6,84%, contra 7,18% em 2003. No Brasil, a manutenção da atividade agrícola tem dependido do crédito para financiamento de insumos e de outros custos para viabilizar o plantio. Estes custos são consignados por meio do Plano Safra.

⁹ O crédito rural é destinado aos produtores, cooperativas e associações, com o objetivo de estimular a produção agrícola, os investimentos e a comercialização de produtos agropecuários.

Sonaglio e Rodrigues (2011, p. 28), analisando o crédito rural, destaca que “o aumento em 2008 no montante de recursos do crédito rural e na produção de grãos, deveu-se a elevação de produção de algumas culturas e da criação do Moderfrota Proger¹⁰”.

No mesmo ano, o volume de recursos para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) “destinou mais que R\$ 5.0 bilhões ao crédito rural, além de R\$ 500 milhões da poupança rural a médios produtores com taxa de juros de 6,25% a.a., equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo R\$ 200 milhões para investimento e R\$ 300 milhões para custeio” (BRASIL, 2009, p. 1)

Para Ramos e Martha-Júnior (2010, p.31) a partir da segunda metade dos anos 2000 “o volume de crédito rural ofertado cresceu 148%, totalizando R\$ 75.2 bilhões em 2009”. E acrescentam:

O Plano agrícola e pecuário para a safra de 2009/2010 ampliou o estímulo ao médio produtor, os limites dos financiamentos, no âmbito do Proger Rural¹¹, foram aumentados – o de custeio passou de R\$150 mil para R\$250 mil e o de investimento para R\$200 mil. Também foi introduzida a modalidade de crédito rotativo com limite estabelecido em R\$50 mil. (RAMOS; MARTHA-JÚNIOR, 2010, p. 37)

O Crédito para a aquisição de veículos, além de influenciar diretamente nos resultados da indústria automobilística, também teve participação expressiva no crédito ao setor comercial. Sua ampliação no período deveu-se, principalmente às “condições favoráveis representadas pela evolução consistente dos indicadores de renda, emprego e confiança do consumidor, além da redução da alíquota do IPI sobre a demanda por bens de consumo duráveis (BCB, 2010, p. 52).

Os empréstimos a pessoas físicas somaram R\$ 389.5 bilhões, registrando aumento anual de 23,9%, impulsionado pelo desempenho das operações vinculadas à aquisição de veículos, crédito pessoal e compras à vista com cartão de crédito. Os financiamentos ao comércio, que refletiram a demanda das famílias, cresceram 27,8% no ano, totalizando R\$ 124.8 bilhões, impulsionados pelo dinamismo dos segmentos automóveis, supermercados e lojas de departamentos (BCB, 2008, p. 54).

Assim, as políticas anticíclicas desenvolvidas pelo Governo Federal foram mitigando os efeitos da crise internacional iniciada em 2007. A economia brasileira continuou obtendo desempenho acima da média. Os desdobramentos da crise sobre o Produto Interno Bruto (PIB)

¹⁰ Moderfrota Proger: criado em 2008, destinado a aquisição financiada de novos bens, como tratores e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, ou a aquisição de itens usados, tratores e colheitadeiras com idade máxima entre oito e dez anos. Para o produtor se enquadrar neste programa, no mínimo 80% de sua renda deve originar da atividade agropecuária ou extrativa vegetal. Sua renda bruta anual também não deve ser superior a 500 mil reais.

¹¹ O Proger rural – custeio financia as despesas do ciclo produtivo de empreendimentos agropecuários, e Proger rural – investimento, destinado ao financiamento das estruturas fixas e semifixas para empreendimentos agropecuários para produtores enquadráveis no Programa de Geração de Emprego e Renda (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 15-16)

foram relativamente tênues, com queda de 0,3% em 2009. A opção pela liquidez num primeiro momento de crise, foi paulatinamente sendo revertida em 2009, quando a política monetária foi conduzida à luz dos acontecimentos em 2007 e 2008.

O crédito livre manteve a sua participação no PIB no mesmo patamar de 2009, já o crédito direcionado apresentou uma evolução de 1,4%, mais uma vez, pautado pelo crescimento do crédito voltado para o setor habitacional e para o setor rural. A soma de todas as modalidades de financiamento imobiliário¹², o total de recursos emprestado pela CEF à pessoa física, entre janeiro e outubro de 2010, somou R\$ 59.6 bilhões — 81% superior ao aplicado no mesmo período de 2009. A carteira de pessoas físicas aumentou 19,2%, para R\$ 560 bilhões, ressaltando-se as elevações respectivas de 49,1% e 24,7% nas modalidades financiamentos para aquisição de veículos e crédito pessoal (BCB, p.52).

O setor terciário foi mais uma vez beneficiado pelo consumo das famílias. Para Lavoratti (2010, p. 21) “o crédito em expansão está sendo puxado pelo consumo das famílias e, setorialmente, beneficiando mais o comércio do que a indústria”. Nos anos que se seguiram, até 2014, “esses números são ainda mais expressivos, demonstrando uma economia calcada no consumo vinculado ao crédito. O maior volume de crédito direcionado às famílias dá forte impulso à demanda agregada, incentivando a produção e o investimento (IVO, 2016, p. 165).

A evolução do crédito para a indústria foi o de pior desempenho no período. O setor industrial apresentou uma queda em volume de 5,6%, perdendo 1,1 % de participação no Valor Adicionado Bruto (VAB)¹³ da economia. A redução, em volume, dos investimentos em 2009 afetou principalmente o crescimento de fabricação de caminhões e ônibus, fabricação de máquinas e equipamentos e material eletrônico e equipamentos de comunicação. O valor adicionado bruto da “construção civil”, que havia crescido 7,9% em 2008, caiu 0,7% em 2009 (IBGE, 2011). Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial¹⁴ (2010), o efeito negativo da crise financeira sobre as expectativas dos empresários em relação a planos de

¹² Os dados divulgados pelo BCB sobre saldos por atividade econômica das operações de crédito do SFN, especificamente sobre o setor habitacional abrange apenas operações realizadas por pessoas físicas e cooperativas habitacionais, não contempla as operações habitacionais realizadas por pessoas jurídicas. Estas são creditadas ao setor industrial.

¹³ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região (IBGE, 2020)

¹⁴ O IEDI foi criado em 1989 e reúne atualmente 50 empresários representantes de grandes empresas nacionais. Continuamente estuda e formula recomendações de aperfeiçoamentos e reformas em muitas áreas, como abertura e integração comercial com o resto do mundo, competitividade, educação, estrutura tributária, financiamento do desenvolvimento econômico, políticas de desenvolvimento regional e de apoio à micro e pequena empresa, política tecnológica, sustentabilidade, dentre outros.

inversão em capital fixo comprometeu o desempenho do setor produtor de bens de investimento.

Observa Tristão *et.al.* (2015) apesar de representar o segmento de maior parcela do crédito privado, o crédito industrial apresentou um comportamento contido ao longo do período pós-estabilização.

O setor comercial vinha ampliando o seu volume de vendas. Mesmo em 2009, influenciado pela crise internacional, o crescimento foi de 5,9%, desconsiderado o comércio de veículos e de materiais de construção (IBGE, 2010). As operações destinadas ao comércio elevaram-se 26,7%, para R\$ 172.6 bilhões, sobressaindo novas contratações destinadas a revendas de veículos, lojas de departamentos e comércio de produtos alimentícios (BCB, 2010, p. 51)

A economia brasileira, em cenário de recuperação do emprego e da renda e de ampliação do crédito e dos níveis de confiança de empresários e consumidores, registrou, em 2010, o crescimento anual mais acentuado desde 1986. O PIB nacional alcançou R\$ 3.80 trilhões, contra R\$ 3.33 trilhões em 2009, um crescimento de 7,5% (IBGE, 2020). Durante os governos Lula o crédito elevou-se expressivamente. Iniciou com uma “participação do crédito no PIB de 24,6%, em dezembro de 2010 esse número alcançou 46,4%” (IBGE, 2020). Silva (2017) considera que o Banco Central do Brasil utilizou o crédito para deslocar a política monetária exclusivamente da taxa de juros.

[...] o crédito quase que dobrou em relação ao início da década, os bancos públicos contribuíram de maneira decisiva tanto para manter a expansão do crédito durante a crise quanto para manter os juros em queda e, portanto, reduzindo o spread bancário. Essa expansão do crédito também contribuiu para a expansão dos agregados monetários, aumentando a sua participação no PIB. (SILVA, 2017, p. 18)

O crédito à construção civil, notadamente à construção de habitações para a população de renda inferior a cinco salários mínimos, foi determinante para a ampliação do crédito com recursos direcionados voltados para a pessoa física. Concluindo a sua análise acerca da situação da política habitacional do Brasil nos governos Lula, Moreira (2013, p. 30) afirma que ao longo da história da habitação no Brasil “a lógica de mercado, fez com que as unidades produzidas sempre fossem concebidas como mercadorias, razão pela qual as políticas habitacionais terem atingido, predominantemente, a classe média e terem atendido aos interesses da construção civil” e completa:

O Governo Lula parece ter mudado essa situação, ao lograr direcionar recursos para o atendimento das camadas mais pobres. Se, em 2002, 43% dos financiamentos eram destinados à faixa de renda acima de cinco salários mínimos, em 2007 essa proporção

era de 9%, com a faixa de renda até cinco salários mínimos acessando 91% do total dos investimentos. Essa inversão representa importante avanço na perspectiva histórica das políticas habitacionais, principalmente com a inclusão mais substancial da faixa de renda de até três salários mínimos (MOREIRA, 2013, p. 30).

O acesso das famílias da área urbana com renda mensal de até R\$ 1.6 mil e para famílias na área rural com renda anual de até R\$ 15 mil, foi um dos fatores que impulsionaram o crédito destinado às pessoas físicas através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Do ponto de vista macroeconômico, com fito na melhoria do cenário internacional após as medidas anticíclicas, “em fevereiro de 2010, a fim de reduzir os riscos dessa expansão de crédito, foram editadas medidas para recompor o montante de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a níveis pré-crise” (FERNANDES, 2018, p.34). Medidas não muito distintas também foram adotadas em dezembro, alterando o recolhimento compulsório pelos bancos, bem como o Fator de Ponderação de Risco (FPR).

Sobre políticas macroprudenciais¹⁵, Prates (2011, p. 120), destaca que com elas “busca-se limitar o risco sistêmico: é determinado ao longo do tempo, pelas flutuações intrínsecas aos ciclos econômicos, particularmente, em sua dimensão financeira; e pelo grau de interconexão entre as diferentes instituições financeiras e mercados”.

Para Bresser-Pereira (2013) os governos do presidente Lula (2003 a 2010) foram bem-sucedidos por dobrar a taxa de crescimento, por ter diminuído a desigualdade e por melhorar o padrão de vida de milhões de brasileiros, além de alcançar prestígio internacional. O mesmo Bresser Pereira não credita o êxito desses governos à política macroeconômica adotada, mas, à sorte de os preços das commodities exportadas pelo Brasil terem crescido extraordinariamente durante seu governo, à política de salário-mínimo e de transferências de renda, e a uma política internacional independente e criativa.

Nesse cenário de elevação dos preços das commodities, uma variável que não pode escapar à análise é a relação brasileira estabelecida com a China. Ainda em 2004, por decisão política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil reconheceu a China como economia de mercado. Tal decisão influenciou profundamente as relações bilaterais entre as nações e os seus reflexos se demonstraram bastante favoráveis aos dois países. Entre 2003 e 2010 a China apresentou crescimento anual à taxas nunca inferiores a 8% (Indexmundi, 2020), apenas em 2009, quando o “comércio internacional caiu 22%, o crescimento da economia chinesa diminuiu apenas 11%, e o país se consolidou como o principal parceiro comercial do

¹⁵ São ações que visam fortalecer o sistema financeiro e combatendo o risco podendo contribuir para a estabilidade de preços.

Brasil. Naquele ano, 2,5% das *commodities* importadas pela China tinham origem do Brasil” (SENADO, 2012). Sobre as relações bilaterais entre Brasil e China, Acioly (2011) aponta:

No comércio e nos investimentos, observam-se alguns elementos dinamizadores das relações bilaterais: de um lado, o aumento das exportações brasileiras destinadas à China, em virtude do papel que desempenha como importante fornecedor de alimentos, petróleo e matérias-primas indispensáveis à manutenção do crescimento chinês, contribui para o superávit comercial brasileiro; de outro, o investimento direto estrangeiro chinês pode significar o aporte de capital e tecnologia nos segmentos de infraestrutura – ajudando na viabilização dos grandes projetos de infraestrutura economia e social [...] – de siderurgia, da cadeia do petróleo e de minério, auxiliando na expansão produtiva desses segmentos (ACIOLY, 2011, p. 33)

As relações comerciais Brasil-China, entre 2000 e 2010, tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Ao longo desse período, o saldo foi positivo para o Brasil em seis anos.

A redução do desemprego associado ao aumento real do salário-mínimo deu impulso para uma elevação disseminada dos outros rendimentos do trabalho. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, no ano de 2010, tinha havido um aumento real de 19% em relação a 2003 do rendimento médio habitual dos trabalhadores. E a massa de rendimento médio habitual dos ocupados aumentou em termos reais 41,1% entre 2003 e 2010. Esse aumento generalizado dos rendimentos do trabalho, individuais e da massa, reforçou o processo em curso de estímulo ao consumo. Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010, o volume de vendas do comércio varejista ampliado, composto pelo varejo mais as vendas de veículos, motos, partes e peças e material de construção, cresceu 94,3% (Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE). (SICSÚ, 2019, p.14)

2.2 O mercado de crédito nos governos Dilma Rousseff

As medidas macroprudenciais adotadas em 2010 surtiram os efeitos desejados no mercado crédito. Para BCB (2012, p. 39), em 2011, “as operações de crédito do sistema financeiro registraram crescimento moderado” e uma evolução que considerou “consistente com o arrefecimento observado na atividade econômica no decorrer do ano”.

O PIB brasileiro em 2011 elevou-se em 4,0%, bem abaixo dos 7,5% verificado no ano anterior (tabela 6). Tal crescimento deveu-se, além de outros fatores, ao consumo doméstico, pelas boas condições de trabalho e pela continuidade dos programas governamentais de distribuição de renda. Já a demanda externa por *commodities* brasileiras apresentou retração

devido à crise fiscal na Europa e nos Estados Unidos da América e ao terremoto no Japão, que afetou a produção e desestabilizou a economia.

Tabela 6 - PIB nacional entre os anos de 2011 e 2016

Ano	Valor nominal R\$ bilhão	% em relação ano anterior
2011	4.376	4,0
2012	4.815	1,9
2013	5.332	3,0
2014	5.779	0,5
2015	5.996	-3,5
2016	6.267	-3,3

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do IBGE.

Os financiamentos habitacionais, que “entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012 cresceram sua participação relativa no crédito direcionado em 4,4%, saltando de 23,9 para 28,3%” (DIEESE, 2014, p. 17), produziram em 2011 uma maior evolução das operações de crédito com recursos direcionados, um incremento de 23%.

O volume do crédito total superou R\$ 1.705 trilhões e alcançou 49% do PIB. O crédito com recursos livres evoluiu 16,9% e a sua participação no PIB foi de 31,5%, com uma carteira de R\$ 1.30 trilhão. O BCB (2012, p. 45-46) apresenta que “o crédito com recursos livres alcançou 31,5% do PIB, um crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior e que o crédito com recursos direcionados também apresentou crescimento de 1,9% em relação ao ano de 2010 e alcançou 17,5% do Produto Interno nacional” e acrescenta:

Em termos setoriais, os empréstimos à indústria atingiram R\$ 418.1 bilhões, expansão de 15,8%, destacando-se contratações dos segmentos agronegócios, energia e construção. Os recursos destinados ao setor de serviços, evidenciando a demanda dos segmentos transportes, siderurgia e metalurgia e atividades de consultoria, elevaram-se 18,7% no período, para R\$ 347.2 bilhões. O crédito ao comércio cresceu 20,7%, somando R\$ 208.4 bilhões, com relevância para as contratações dos segmentos automotivo, lojas de departamento e agronegócios. (BCB, 2012, p. 45-46)

Em 2011 o crédito destinado às pessoas físicas, ainda segundo Borça Júnior e Guimarães (2015, p. 153), voltou a contribuir de forma “bem mais modesta à expansão do consumo das famílias, ou seja, o crédito livre à pessoa física tornou-se um canal menos relevante para explicar as variações do consumo”.

Analisando o desempenho econômico dos governos da presidente Dilma Rousseff, Curado e Nascimento (2015, p. 43) avaliam que “a manutenção de um baixo ritmo de crescimento e os equívocos da política econômica a partir de 2011 certamente levaram a uma visão mais pessimista dos bancos em relação ao futuro do país”. Singer (2015, p. 39-40) relembra do discurso da presidente Dilma direcionado ao dia dos trabalhadores na noite de 30 de abril de 2012: “É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais

sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo”, e cobrou, segundo ele, “que os bancos reduzissem suas taxas de juros para garantir o crescimento da economia”.

Apresentada como mudança “estrutural” e “fundamental” por Mantega, “a colocação das taxas de juros em níveis normais para uma economia sólida e com baixo risco” foi a principal batalha da nova matriz. O Banco Central minorou a taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, tendo a taxa Selic alcançado o valor mais baixo desde a sua criação em 1986. Considerando-se a inflação de 6,59%, acumulada em doze meses, o juro real chegou a menos de 1% ao ano (0,619%, precisamente) no final do ciclo. De campeão mundial de juros, o Brasil passou a ter “níveis considerados baixos”, compatíveis com os praticados nos centros capitalistas avançados. Para “normalizar” o custo do crédito, o Executivo pressionou os bancos privados a baixarem também os *spreads*. Em complemento à operação “juros civilizados”, Dilma alterou as regras de remuneração da caderneta de poupança em maio de 2012, de modo a permitir que o BC seguisse na redução da Selic. (SINGER, 2015, p. 43)

“O *spread*¹⁶ bancário atingiu 11,5% em dezembro, reduzindo 2,8% quando comparado com 2011. Os *spreads* relativos às operações com recursos livres e direcionados atingiram, na ordem, 17,6% e 2,4%” (BCB, 2013, p. 49).

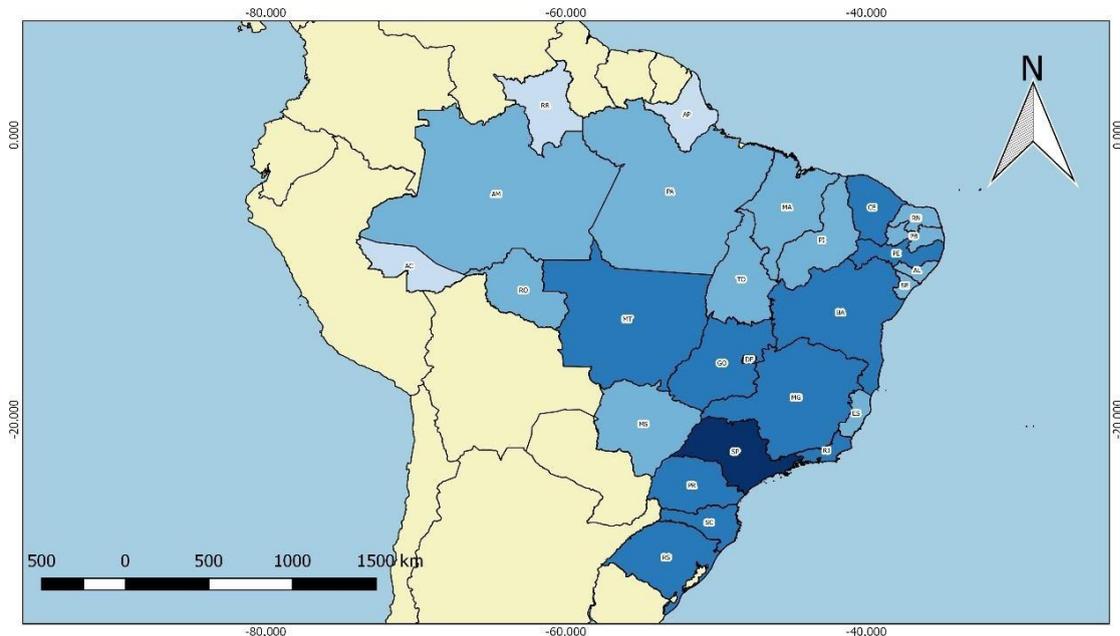
Em 2012 o volume da carteira de crédito subiu 16,65% contra 19% em 2011, alcançando R\$ 2.368 trilhões. O saldo da carteira de crédito dos bancos atingiu 53,9% do PIB nacional, R\$ 4.814 trilhões, um crescimento anual de 0,93% no mesmo período. O setor de serviços avançou 1,7% (68,5% do PIB), contra quedas de 2,3% na agropecuária e de 0,8% da indústria. A participação do setor de serviços no PIB a maior registrada desde 2000.

A atividade econômica mundial também desacelerou no decorrer de 2012. Analisando o comportamento do PIB no mundo, verifica-se que na União Europeia a economia registrou número negativo e desacelerou -0,5%. França, Alemanha e Brasil não alcançaram 1%, Japão e Estados Unidos evoluíram 1,9 e 2,2%, respectivamente, e a China, que em 2011 cresceu 9,2%, em 2012 evoluiu. 7,8% (BANCO MUNDIAL, 2020).

O mapa 4 nos demonstra a distribuição do crédito, por estado em 2016. A evolução do crédito entre 2003 e 2016 – partindo da casa de bilhão para trilhão de Reais, já demonstrado no gráfico 1. Ao agrupar os estados considerando o volume das carteiras de crédito dos bancos, demonstra a consolidação do estado de São Paulo como maior concentrador do volume da carteira de crédito dos bancos na década de 2010, aproximadamente 55,50% do volume total do crédito no país.

¹⁶ *Spread* bancário é a diferença entre os juros que os bancos pagam quando você investe seu dinheiro, e os juros que os bancos cobram quando você faz um empréstimo ou um financiamento.

Mapa 4 - Distribuição territorial do crédito em 2016, por estados



Legenda

1 - 3.200.000.000	8.000.000.001 - 30.000.000.000
3.200.000.001 - 8.000.000.000	30.000.000.001 - 300.000.000.000
	300.000.000.001 - 8.000.000.000.000

Elaboração: Iran Barroso (2021)

Fonte de dados: IBGE (2016 e 2017)

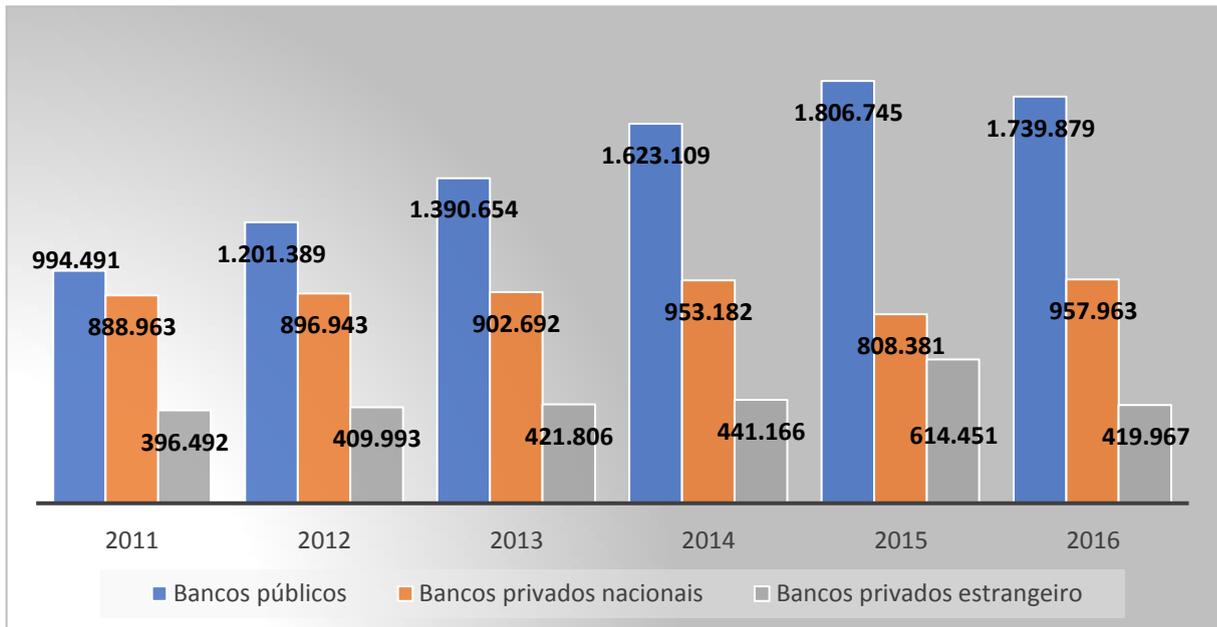
Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGA 200

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

No sentido diametralmente oposto, apenas 3 estados brasileiros se encontravam na faixa que agrupou o menor volume de crédito por estado, todos na região Norte do país: Acre, Amapá e Roraima. O estado de Santa Catarina na região Sul, Mato Grosso e Goiás na região Centro Oeste – esses sob a influência do agronegócio – Bahia e Pernambuco na região Nordeste, (especialmente com a ocupação do cerrado baiano pelas lavouras de soja e pela consolidação do complexo industrial de SUAPE, respectivamente) ocupavam naquele ano uma posição intermediária. O Rio Grande Sul, impulsionado pela atividade agrícola espelhava a atividade do setor no volume das carteiras de crédito das instituições. Nos demais estados também se verificou incremento das carteiras, como ficará demonstrado adiante.

Também se mostrou relevante demonstrar o volume das carteiras de crédito entre 2011 e 2016, segregando por controle de capital (gráfico 3).

Gráfico 3 - Volume das operações de crédito dos bancos por controle de capital 2011/2016 (R\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB/SGS.

Fica evidenciada quão importante é a participação dos bancos públicos na economia brasileira, especialmente no mercado de crédito. Naquele ano de 2012, o relatório de desempenho econômico do Banco do Brasil apontava que o desafio do período da indústria financeira foi adaptar-se à conjuntura de forte queda das taxas de juros e de redução do *spread* tendo especulado que o crédito permaneceria se expandindo, embora em ritmo mais moderado nos anos seguintes (BB, 2013). Para Alves (2015, p. 45) a presidente Dilma Rousseff “confrontou diretamente o capital financeiro reduzindo as taxas de juros e utilizando bancos públicos para política de crédito”.

Paim (2015), analisando o perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional, opina sobre o papel dos bancos públicos, especialmente Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil na redução do *spread* bancário.

Em abril de 2012, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, bancos públicos, principiaram um processo de não só repassar a redução da taxa básica de juros, como também restringir o *spread* bancário, resultando em uma queda no custo do crédito ao tomador final. A dinâmica de crescimento da carteira de crédito das instituições públicas e privadas manifestou a resistência das últimas em participar do processo. (PAIM, 2015, p. 20)

Em dezembro de 2013 “a oferta de crédito correspondia a 56% do PIB e pela primeira vez na história recente, a carteira de crédito dos bancos públicos superou a do sistema privado nacional e estrangeiro, chegando a 51,2% do total” (CURADO; NASCIMENTO, 2015, p. 43).

O governo federal passa a agir em duas frentes para elevar o crescimento do país: primeiro, passa a priorizar as concessões ao setor privado em forma de parcerias público-privadas como estratégia de combater os atrasos em infraestrutura no país, principalmente no que diz respeito à rodovias, portos, aeroportos e saneamento, de forma a estimular o investimento por parte do setor privado nestas áreas e resolvendo gargalos de diversos setores; e, segundo, incentivando à expansão de crédito dos bancos públicos e privados (LOPREATO, 2015, p. 26-27).

Nesse caso, os bancos públicos traçaram uma trajetória crescente de expansão e chegaram a superar em 2013 o *Market Share*¹⁷ dos bancos privados no quesito oferecimento de crédito.

Ao longo de 2013, a relação crédito/PIB dos bancos públicos ultrapassou a dos bancos privados. Em dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito, dos bancos públicos alcançou 28,9% do PIB e, nos bancos privados nacionais e estrangeiros, foi de 27,6% do PIB (IBGE, 2014, p. 25).

Em seu relatório anual 2013 (p. 8), o Banco Itaú promove sua análise do mercado de crédito em naquele ano.

[...] no Brasil, a inadimplência nos empréstimos ao consumidor diminuiu de 5,6%, do total de empréstimos efetuados em dezembro de 2012, para 4,4%, em dezembro de 2013. A inadimplência nos empréstimos comerciais também diminuiu de 2,2%, do total de empréstimos efetuados em dezembro de 2012, para 1,8%, em dezembro de 2013. [...] As iniciativas do governo brasileiro para reduzir as taxas de juros para empréstimos ao consumidor também afetaram nossos resultados. Em 2012 e no início de 2013, o governo usou dois instrumentos para reduzir as taxas de juros para novas operações de crédito: custos de captação mais baixos por meio de cortes da taxa SELIC e competição de preços por meio de instituições financeiras estatais. Com o aumento da taxa SELIC a partir de abril de 2013, as taxas de juros para empréstimos ao consumidor começaram a aumentar novamente. Entretanto, os *spreads* permaneceram praticamente estáveis. A taxa de juros média para novas operações de crédito subiu para, aproximadamente, 19,7%, em dezembro de 2013, em relação a 18,0% em dezembro de 2012, após uma redução de 22,8% em dezembro de 2011. Embora as taxas de captação possam aumentar novamente, devido ao aperto da política monetária, a competição de preços por meio de instituições financeiras estatais ainda pode ser usada como um instrumento para manter as taxas em níveis historicamente baixos no Brasil (BANCO ITAU, 2014, p. 8-9).

Fica evidente o papel dos bancos públicos brasileiros na medida em que continuaram a influenciar o preço do crédito no mercado. No Banco do Brasil “a carteira de crédito ampliada cresceu 19,3% em 2013, impulsionada pelo crédito ao agronegócio (aumento de 34,1%), pelo financiamento imobiliário (aumento de 87,2%) e pelas contratações com empresas dos segmentos *corporate e large corporate*¹⁸” (Banco do Brasil, 2014).

¹⁷ Grau de participação de uma empresa no mercado em termos das vendas de um determinado produto; fração do mercado controlada por ela.

¹⁸ Segmento do mercado composto por empresas de maior faturamento. Por exemplo, o Banco Bradesco adota os seguintes critérios para a segmentação: “*corporate one*”, é voltado a empresas com faturamento entre R\$ 30 milhões e R\$ 500 milhões por ano. O “*corporate*” é voltado a clientes com receita de R\$ 500 milhões a R\$ 4 bilhões, e o “*large corporate*” atende quem fatura acima disso.

Assim, o Banco do Brasil demonstrou que o crescimento da sua carteira de crédito está vinculado, especialmente ao crédito com recursos direcionados e pela ampliação de negócios com grandes empresas e corporações.

Do gráfico 3 que mais chama atenção para o ano de 2015 é o crescimento de 39% no saldo das operações dos bancos privados estrangeiros em relação ao ano anterior. A participação da carteira de crédito desses bancos atinge 19% do volume total do mercado de crédito brasileiro quando em 2014 essa participação era de 14,5%. Num sentido diametralmente oposto, os bancos nacionais privados viram as suas carteiras de crédito perderem R\$ 144.8 bilhões e a sua participação no crédito total alcançar 25%, num decréscimo de 6,5% em relação ao ano anterior quando esse percentual era superior a 31%.

Em 2016 o saldo verificado nas carteiras dos bancos públicos regrediu 3%, numa perda nominal de R\$ 66.8 trilhões. Os bancos privados nacionais, na contramão, tiveram o seu saldo evoluído em praticamente 12%. A razão entre crédito total e PIB volta a patamares inferiores a 50%. O saldo das operações de crédito dos bancos privados com controle do capital estrangeiro voltou aos níveis observados desde o ano de 2012, com saldo um pouco inferior a R\$ 0.420 trilhão.

Concluindo pela inadequação da política fiscal, frente ao cenário de incerteza do período 2011-14, e apontando para a necessidade de que fossem adotadas medidas macroeconômicas menos conservadoras, Gentil e Hermann (2017, p. 814) que discutiram sobre a política fiscal do primeiro governo Dilma, destacam “que o viés expansivo do gasto público agregado reduziu-se, progressivamente, a partir de 2011 e que, portanto, a política fiscal do Primeiro Governo Dilma Rousseff foi apenas aparentemente expansionista”. Segundo as autoras, a política adotada pelo governo no período colaborou para taxas de crescimento do PIB “muito menores que as do período 2004-2010”.

Segundo Singer (2015), a cronologia da “queda de braço” que chamou de “cutucar a onça com vara curta”, tendo como pano de fundo as taxas de juros e o *spread* bancário entre o governo Dilma e a Federação dos Bancos Brasileiros (FEBRABAN), desenvolveu-se até 2014.

A cronologia do período 2011-2014 revela a ocorrência de uma guerra subterrânea, a que a sociedade permaneceu, quase sempre, alheia. Exceto alguns episódios em 2012, nos quais a batalha do *spread* ganhou foros públicos, o jogo de pressões e contrapressões ficou obscurecido por ter se dado nos bastidores. Não obstante, acreditamos ter demonstrado que o ensaio desenvolvimentista efetivamente representou mudanças importantes e foi, por sua vez, combatido por adversários poderosos em campanha intensa. Depois de início exuberante, o desenvolvimentismo foi contido pelo aumento dos juros, a partir de abril de 2013, e passou à defensiva. Sem contar com o apoio dos industriais e vendo a crescente atratividade do bloco

rentista, o governo ficou na defensiva, até que assinou a renúncia completa no final de 2014. (SINGER, 2015, p. 65)

Segundo o Banco Mundial, no ano de 2014, o *spread* bancário brasileiro foi de aproximadamente 22% ao ano, em outros países emergentes como Rússia e África do Sul, as taxas foram de 5,1% e 3,3%, respectivamente. O cenário econômico mundial e brasileiro permanecia em crise. O relatório anual 2015 do Banco do Brasil nos diz que o ano foi pautado por ajustes nos planos fiscal e monetário, com efeitos negativos sobre a atividade econômica brasileira. “O desaquecimento do mercado de trabalho, a queda do nível de confiança dos agentes, o alto nível de estoques e a desaceleração no mercado de crédito foram elementos que compuseram o quadro econômico mais desafiador” (BANCO DO BRASIL, 2016, p. 6).

Tratando do comportamento do PIB nacional em 2015, a Confederação Nacional do Comércio (2016), aponta que, quando dolarizado, o PIB apresentou um decréscimo de 3,8% em relação a 2014, atingindo US\$ 2.4 trilhões naquele ano, e recuou US\$ 1.8 trilhão em 2015. Expressa o mau momento pelo qual atravessou a economia brasileira. A razão crédito/PIB atingiu 54,5%, uma evolução de 1,4% quando comparado com o ano anterior (BCB, 2016). O saldo das operações de crédito evoluiu 6,7% em relação a 2014, alcançando R\$ 3.219 trilhões (tabela 7).

Tabela 7 - Evolução do crédito total, livre e direcionado de 2011 a agosto/2016 (em trilhões de Reais)

	2011	2012	2013	2014	2015	08/16
Crédito total	2.030	2.368	2.715	3.017	3.219	3.125
Crédito livres	1.304	1.399	1.508	1.577	1.637	1.575
Crédito direcionado	0.722	0.969	1.207	1.440	1.582	1.550

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de informações do BCB/SGS.

As operações com recursos livres elevaram-se 3,9%, aproximadamente 51% do volume do crédito total. Ao passo que o crédito livre para pessoa física atingiu R\$ 805 bilhões, onde foram elevados os desempenhos do crédito consignado e do cartão de crédito, evidenciou-se “o cenário de distensão no mercado de trabalho e recuo nos índices de confiança dos consumidores, as operações destinadas à aquisição de veículos e de outros bens que diminuíram 12,5% e 6,8%, respectivamente, em 2015” (BCB, 2016, p. 48).

Os dados da tabela 7 traduzem melhor o momento que passou a economia em 2015, quando relativizado a período anterior. As operações contratadas com recursos livres evoluíram 3,9% em relação ao saldo verificado em 2014, que por sua vez elevou-se em 4,6% em relação a 2013. Já com relação ao crédito com recursos direcionados, observa-se que em 2015 ocorreu uma elevação de 9,8% no ano (19,6% em 2014).

A CEF mais uma vez tem posição destacada na concessão de crédito com recursos direcionados. A carteira de crédito imobiliário alcançou o saldo de R\$ 384.2 bilhões em 2015. “As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R\$ 91.1 bilhões, em 2015, dos quais R\$ 55.5 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R\$ 35.0 bilhões com recursos do CEF/SBPE e R\$ 807 milhões contratados com outros recursos” (CEF, 2016, p. 44)

Atuando também no crédito rural, financiando “custeio, investimento e comercialização para pessoa física e jurídica, assim como para Cooperativas, nas linhas do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns - PCA, Inovagro¹⁹ e Moderfrota, concedeu R\$ 6.9 bilhões em crédito nesse segmento (CEF, 2016, p. 10).

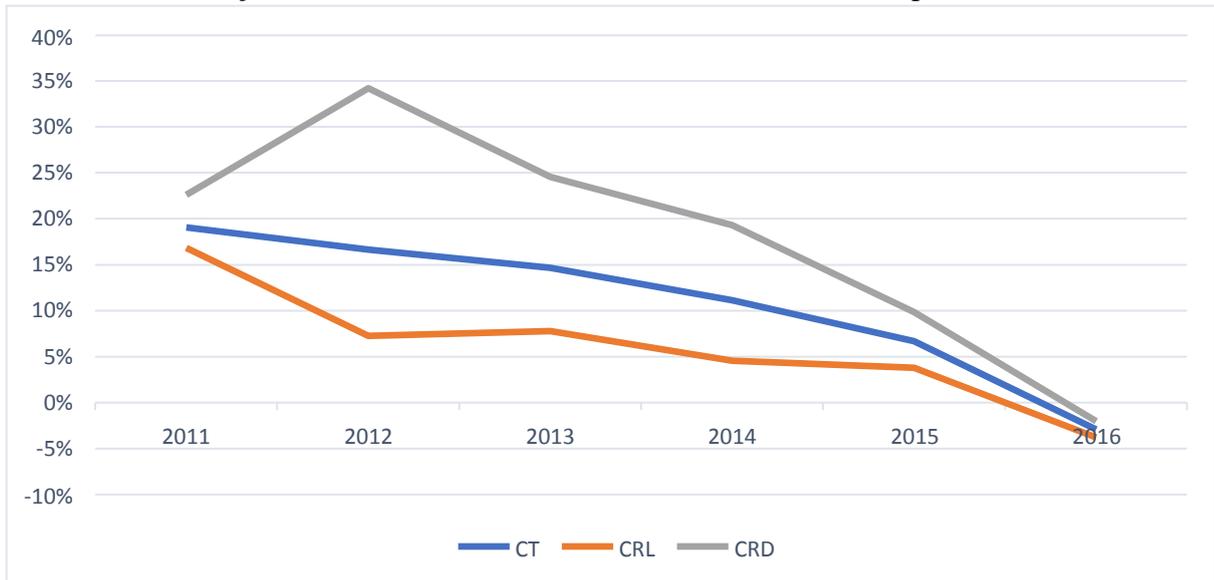
Segundo Bastos (2017), procurando entender o governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016, considera o poder estrutural do capital financeiro e as contradições inerentes aos modelos de crescimento econômico e coalizão política observados desde o governo Lula.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008 e em um cenário de grande otimismo. Embora seu projeto de governo não fosse explicitado na campanha, seu objetivo principal logo ficaria claro: não eliminar, minimizar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Isso significa questionar o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003 (BASTOS, 2017, p. 17).

Desde o início da série, o crédito total (CT) evolui a taxas cada vez menores até 2016, quando foi diminuído em 3,0%. O saldo das operações de crédito com recursos livres (CRL) sofre uma queda abrupta entre 2011 e 2012, diferente do que ocorre com o crédito direcionado (CRD) que, embora apresentando saldos nominais sempre inferiores ao CRL, mantém taxas de crescimento superiores a este e, a partir de 2016, com quedas respectivas de 4% e 2%, praticamente contribuem com parcelas iguais para a composição da carteira de CT.

¹⁹ O Inovagro tem como finalidade apoiar o produtor rural nos investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica e sua propriedade rural (BB, 2020).

Gráfico 4 - Evolução das taxas do crédito total, livre e direcionado no período de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB/SGS.

Esse comportamento, como observado em BCB (diversos volumes), DIEESE (2014; 2018), Borça Júnior e Guimarães (2015), foi parte da estratégia anticíclica para promover a recuperação da economia agravada no segundo semestre de 2008. Tal crescimento encontrou campo fértil no crédito imobiliário, com maior participação da Caixa Econômica Federal (MORA, 2015; PAIN, 2015).

Mello e Rossi (2017) aponta que o crédito e uma política monetária mais conservadora limitou linhas de financiamento e elevou as taxas de juros de empréstimos subsidiados.

A adoção de uma política monetária e creditícia contracionista não foi capaz (nem seria) de, no curto prazo, reverter a tendência de aumento de preços. O efeito recessivo da política monetária foi visível ainda em 2015, mas seu impacto no controle de preços só passou a ser observado a partir de meados de 2016. Esta conjunção de recessão com inflação elevada certamente contribuiu para a perda de apoio político do governo, que posteriormente se traduziu em seu afastamento. (MELLO; ROSSI, 2017, p. 30)

Afastamento da presidente Dilma Vana Rousseff em maio de 2016 levou Michel Miguel Elias Temer Lulia ao exercício interino da presidência até agosto de daquele ano, quando após o impedimento da então presidenta Dilma, assumiu o governo em caráter definitivo até dezembro de 2018.

2.3 O crédito entre setembro de 2016 e dezembro de 2018: o governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia

Em 2017, o saldo da carteira de crédito total foi diminuído em -0,5%, tendo involuído para R\$ 3.092 trilhões, com maior resultado negativo no crédito destinado às pessoas jurídicas,

-6,7%. Já o crédito voltado às pessoas físicas, que em 2016 havia evoluído 3,2% atingiu 5,7%. (BCB/SGS, 2020)

A tabela 8 apresenta os dados referentes ao saldo do crédito total, crédito livre e direcionado entre setembro de 2016 e dezembro de 2018. Os dados apresentados refletem uma síntese do comportamento do mercado de crédito, no período imediatamente posterior ao impedimento da Dilma Rousseff.

Tabela 8 - Evolução do crédito total, livre e direcionado Set 2016 – 2018 (em trilhões de Reais)

	09/2016	2016	2017	2018
Crédito total	3.121	3.166	3.092	3.260
Crédito livre	1.552	1.601	1.584	1.759
Crédito direcionado	1.569	1.595	1.506	1.501

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de informações do BCB/SGS.

Os dados da tabela 8 consideraram, além do volume de crédito em dezembro de 2016, o saldo da carteira em setembro do mesmo ano. Para o BCB (2018, p. 7), acerca do comportamento do mercado de crédito em 2017, o classifica como “consistente com a recuperação da atividade econômica e os estímulos provenientes do atual ciclo de política monetária, porém com dinâmica distinta entre o crédito concedido às pessoas físicas e jurídicas.”

Nas concessões do segmento de pessoas físicas com recursos livres, que registraram expansão de 9,0% no período, destacaram-se os aumentos de 29,0% e 22,3% nas modalidades de crédito pessoal consignado e aquisição de veículos, respectivamente (BCB, 2018, p. 17).

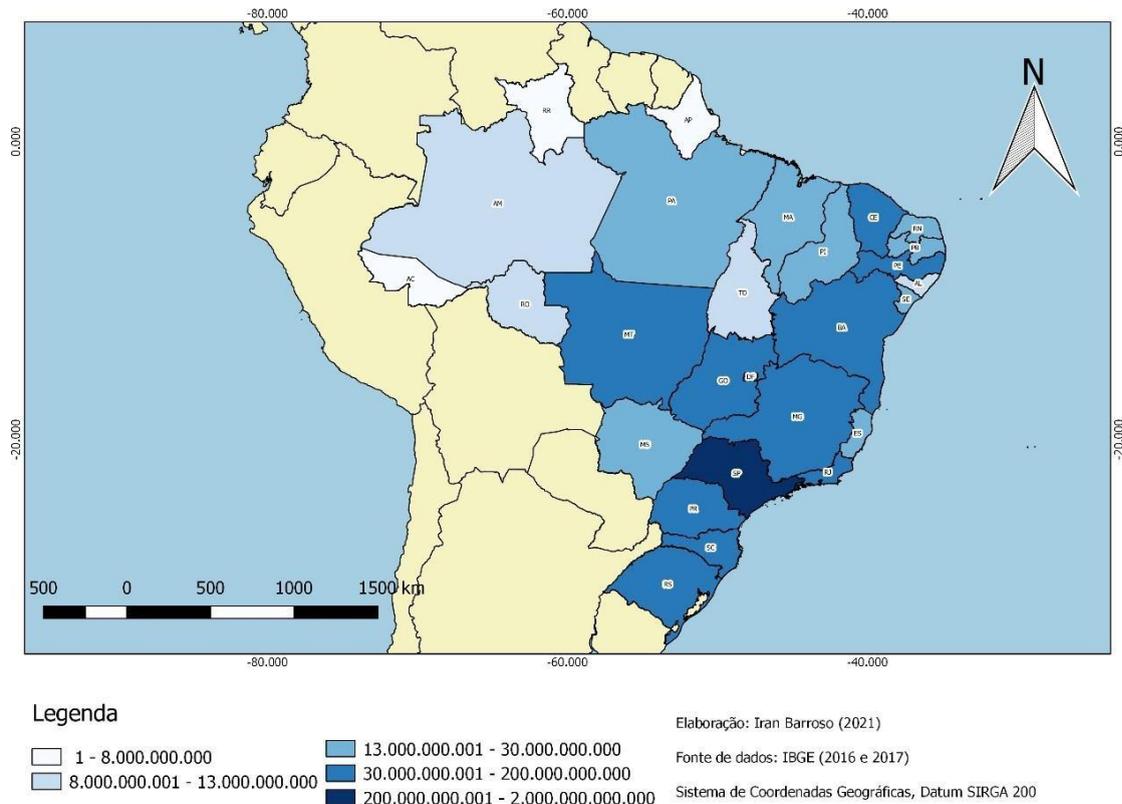
A relação entre o saldo da carteira de crédito com recursos livres e com recursos direcionados permaneceu praticamente inalterada. Em 2016 e 2017 a relação entre as modalidades aproxima-se dos 50%. “A manutenção do patamar elevado do crédito direcionado deveu-se ao fato de que a atuação anticíclica dos bancos públicos no período anterior, diante da crise internacional, ocorreu em setores específicos, como indústria, agricultura e habitação” (DIEESE, 2018, p. 10-11).

Em 2017 o PIB nacional alcançou R\$ 6.583 trilhões, evoluindo 1,3% (taxa revisada em novembro de 2019) em relação a 2016 (IBGE, 2020). A razão entre crédito e PIB, que em 2016 foi de 49,6%, cai mais uma vez e atinge 47,1%. Com a retração do crédito, praticamente todos os setores da economia foram afetados, especialmente a indústria e, com menor impacto o setor de serviços. As atividades industriais que mais sofreram os reflexos dessa retração foram a

indústria extrativa²⁰ (-33,0% de variação no saldo), a construção (-16,2%) e a indústria de transformação (-11,6%) (BCB, 2018, p. 20).

O mapa 5 nos dá dimensão da distribuição do crédito em dezembro de 2018, quando o saldo das carteiras de crédito que vinham em declínio, voltou ao patamar dos R\$ 3.000 tri.

Mapa 5 - Distribuição territorial do crédito em 2018, por estados



Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

Em dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito retornou ao patamar dos R\$ 3.000 trilhões, no estado de São Paulo superou R\$ 1.704 trilhões, mais uma vez 55,5% do total. O Saldo no estado do Rio de Janeiro, com “realizado” mais próximo do resultado obtido naquele estado, R\$ 194.298 bilhões, ou 6,32%, ao lado do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Ceará, compunha a segunda faixa de valores mais elevados. Os estados do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Pará compunham a faixa a partir de R\$ 13.000 até R\$ 30.000 bilhões. Os saldos em Alagoas, Tocantins, Rondônia e Amazonas e nos estados do Acre, Roraima e Amapá, não ultrapassaram individualmente R\$ 13.000 bilhões.

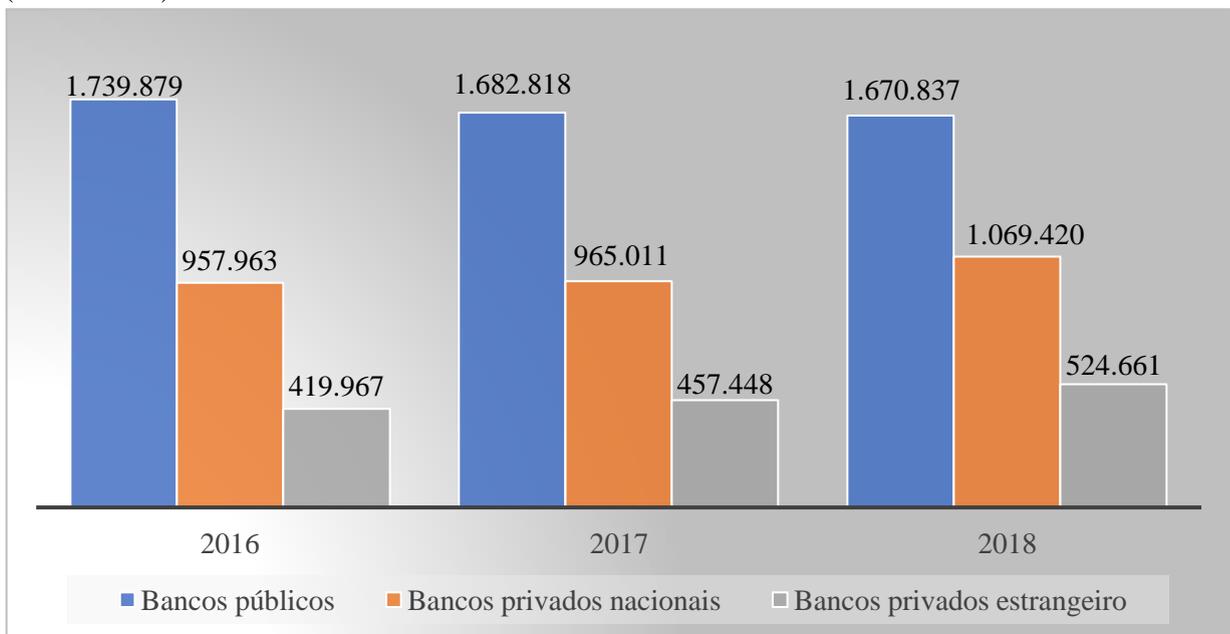
²⁰ Prudente apontar a crise do petróleo no mercado internacional e o linchamento promovido pela operação Lava Jato contra a Petrobrás.

Em dezembro de 2017, havia 33,3 milhões de “celetistas”, 34,5 milhões de aposentados e 11,5 milhões de funcionários públicos, “dos quais 54,5% funcionários públicos, 32,6% dos beneficiados do INSS e 6,7% dos que trabalhavam com carteira assinada, tinham acesso ao crédito consignado” (BCB, 2018, p. 116).

O gráfico 5, que demonstra a participação no mercado de crédito dos bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos privados estrangeiros, no período de 2016 a 2018, espelha o declínio na participação dos bancos públicos no mercado de crédito.

Em 2017 o saldo da carteira dos bancos privados, de controle nacional e estrangeiro, evoluiu 3,2%. Tal evolução representa um acréscimo da ordem de 1,3% na participação da carteira total de crédito dos bancos, públicos e privados. Em 2017, com relação a 2016, os bancos públicos que no período anterior já assistiram o seu saldo no mercado de crédito diminuir 3,7% (2015-2016), perderem mais 3,3%.

Gráfico 5 - Volume das operações de crédito dos bancos por controle de capital – 2008/2017 (milhões R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do BCB/SGS.

Para BNDES (2018), 2017 foi o ano da retomada do crescimento econômico, parte disso, creditada aos efeitos da política monetária. Beneficiada por uma safra extraordinária e a baixa inflação. A taxa de juros saiu de 14,25%, ao fim de 2016, para 7,0%, ao fim de 2017”.

“A decisão do governo de não mais utilizar instrumentos de direcionamento de crédito como política anticíclica, fez com que a razão crédito/PIB caísse 5,1%, em dezembro de 2017 em reação a 2014, quando essa razão era de 52,25%, e o observado em 2017 foi de 47,1%” (DIEESE, 2018), salienta ainda:

[...] que o PIB brasileiro também apresentou retração no período, mas a queda no estoque de crédito foi superior à queda do Produto. Já o saldo das operações de crédito dos bancos privados nacionais alcançou 15,1% do PIB, em dezembro de 2017, enquanto nas instituições estrangeiras era de 6,5% (DIEESE, 2018, p. 23).

Em 2018 o PIB nacional totalizou R\$ 6.8 trilhões, crescendo no mesmo patamar de crescimento do ano anterior, 1,1% frente a 2017. A agropecuária cresceu 0,1%, na indústria o crescimento foi de 0,6%. O destaque coube ao setor de serviços que apresentou uma evolução de 1,3%. Considerando a razão crédito/PIB, “houve expansão de 0,7% evoluindo de 47,1% para 47,8%, interrompendo a queda observada nos dois anos anteriores” (BCB, 2019, p. 16).

O BCB (2019, p. 6) comparando a evolução dos saldos das carteiras de crédito destinadas às pessoas físicas e jurídicas aponta que elas “continuaram a apresentar crescimentos bastante distintos em 2018, 8,6% e 2,2%, respectivamente e que foi a primeira vez, desde 2015, o volume do crédito às pessoas jurídicas teve variação positiva”.

A evolução de superior a 5,5% no crédito total, foi determinado praticamente pelo resultado observado no crédito com recursos livres que cresceu 11% no período. O saldo das operações com recursos direcionados permaneceu praticamente inalterado (tabela 5).

Quando analisado o crédito com recursos livres, especificamente para o público pessoa física, repete-se o “destaque ao financiamento de veículos (13,6%) e as operações de cartão de crédito à vista com uma evolução de 16,6%, quando comparado com 2017” (BCB, 2019, p. 16). Já as firmas não bancárias, preferiram lançar mão das operações com desconto de títulos (duplicatas) “que alcançaram um saldo de R\$ 0.849 trilhão” (ESTBAN, 2020).

Decompondo o crédito com recursos direcionados, o crédito imobiliário apresenta saldo de R\$ 0.732 trilhão, e permanece como maior expoente, 49% do volume total e a Caixa Econômica Federal o principal agente da modalidade de crédito apresentando um saldo de R\$ 0.444 trilhão.

O crédito representa um dos principais itens no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos bancos. Sobre a rentabilidade do crédito em 2018, BCB (2019) analisa:

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) alcançou 14,8% em dezembro de 2018, ante 13,6% em dezembro de 2017. Assim como verificado em 2017, a rentabilidade de 2018 manteve associação com o tipo de controle e porte da instituição. Os bancos de grande porte apresentam maior ROE quando comparados aos bancos menores, porém, em relação ao ano anterior, a elevação da rentabilidade foi difundida em todos os portes. Destaca-se também que os bancos de controle privado nacional mantiveram maior nível de rentabilidade em 2018, porém agora seguidos por bancos de controle estrangeiro, e não mais por bancos de controle público, como havia ocorrido em 2017 (BCB, 2019, p. 126).

Quando considerado a segmentação por perfil de atividade, o ROE de 2018 apresentou melhora em praticamente todos os segmentos em relação a 2017, com pequena redução apenas nos bancos regionais públicos.

Os bancos públicos que em 2017 respondiam por 54,5% saldo total das operações de crédito, em 2018 respondem por pouco mais que 51%. A participação dos bancos privados nacionais chegou a 32,8% em 2018, quando em 2017 essa participação era de 31,2%. Os bancos estrangeiros alcançaram um saldo de R\$ 0.524 trilhão em 2018, evoluindo 14,7% em relação ao seu saldo em 2017 que era de R\$ 0.457 trilhão e passou a 16% do volume do saldo total do crédito, melhorando o seu desempenho relativo em relação a 2017, quando o seu saldo registrava 15,2%.

A Caixa Econômica Federal, em seu relatório anual (CEF, 2019) traz dados acerca da sua carteira de crédito. Com relação a carteira do crédito imobiliário, ressalta que a sua participação é “representativa na composição do crédito total, com 64,0% de participação e saldo de R\$ 444.7 bilhões, crescimento nominal de R\$ 13.0 bilhões em 12 meses. Já o crédito rural apresentou aumento de 9,0% em 12 meses e alcançou saldo de R\$ 7.5 bilhões em 2018” (CEF, 2019, p. 17).

Em 2018 o volume de crédito no mercado ainda não havia superado o patamar registrado em 2015 e os bancos privados, considerando o cenário político mais favorável, voltava a emprestar.

A evolução dessa segunda sessão do trabalho poderia levar a pesquisa a discussão dos impactos do crédito no desenvolvimento econômico. Entretanto, uma vez que demonstrado o comportamento do crédito ante os mais diversos contextos dos cenários macroeconômicos no período, o trabalho se volta na terceira sessão para a territorialização do crédito no Brasil entre os anos de 2003 e 2018.

3 A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DOS BANCOS

Para discutir a financeirização do território brasileiro e a preferência pela liquidez dos bancos, essa sessão se inicia por apresentar uma bibliografia básica acerca do território, incorporando ao trabalho uma síntese de distintas formas de pensar esse tema, com especial atenção ao que ensinou Santos (1996, 2001, 2004), Haesbaert (2002, 2004) e Silveira (2006) que culminou com não menos breves discussões com fito no território usado e território rede.

No desenvolvimento da sessão, especificamente ao tratar da financeirização do território, o trabalho apoia-se principalmente em Contel (2011) e não ignorando as contribuições de Scott e Storper (2013) que evidenciam o papel das “economias de aglomeração” e Medeiros (2013) que analisou a financeirização do território alagoano. Do mesmo modo, incorporou-se à pesquisa uma discussão bibliográfica acerca da preferência pela liquidez, à luz, principalmente, na leitura de Freitas e Paula (2010, 2012) e Cavalcante (2004, 2006, 2017). Em seguida, faz um relato da evolução do Sistema Financeiro Nacional, notadamente a partir dos anos de 1990, quando o país, cedendo às imposições das políticas neoliberais, acelerou o processo de privatização e fechamento de algumas instituições. Ato contínuo, demonstra a distribuição espacial do crédito e da instalação das agências bancárias, a partir das cinco regiões brasileiras (IBGE), no Rio Grande do Norte e nos municípios das microrregiões de Mossoró e da Chapada do Apodi, na mesorregião do Oeste Potiguar, no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2018, contemplando os dois mandatos do Governo Lula (2003 - 2010), o período governado por Dilma Rousseff (2011 – ago. 2016) e o governo de Michel Temer (set. 2016 – dez. 2018).

Santos (1996, 2001) apresenta o território como “resultado de alterações econômicas que perpassam a questão espacial e local e afirma que o território é formado por algo externo a ele próprio”. Discutindo o território sob o espectro da globalização, Santos (2004) trata as atividades urbanas e a população a elas associadas em função dos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. O que chamou de circuito superior é composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, entre outros. O território modernizado. Já o circuito inferior, encontra-se à margem dessa modernidade, fazendo uso indireto dela. São pequenas fábricas, serviços que não demandam maior tecnologia, pequenos comércios voltados ao consumo dos mais pobres.

Raffestin (1993, p. 144), discorre sobre espaço geográfico e território, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço” sendo essa produção estabelecida por relações que se estabelecem num campo de poder. Souza (1995, p. 7) nos apresenta o território como sendo “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, podendo os territórios ser constituídos e desconstituídos nas mais diversas escalas, podendo ter caráter permanente o cíclico”. Assim, entendendo o espaço geográfico como palco preexistente ao território, o detentor do poder é aquele que se apropria do território.

Também para Haesbaert (2004), território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Continuando, o mesmo Haesbaert (2004), aponta que “a discussão a respeito do território não é um privilégio da ciência geográfica, mas sim que ela permeia outros campos da ciência”. Assim, agrupou o tema em três dimensões, a saber: a política, onde o território é encarado como sendo um espaço delimitado onde se exerce um determinado poder, podendo ser estatal; cultural ou simbólico, identificado a partir das relações de um grupo com o espaço; e, econômico, que ressalta as relações econômicas no espaço, onde o território é fonte de recurso, além de agregar à discussão do território ao embate entre as classes sociais e as relações entre o capital e o trabalho.

Novas (2009, p. 19), analisando o impacto das transformações econômicas no território local, sobre a Região Metropolitana de Vitória, nos explica com base em Haesbaert (2004) que “o espaço geográfico não é o único local onde é possível a identificação de distintas territorialidades e que uma mesma territorialidade pode se conformar através de componentes que não compartilham a mesma espacialidade física”. Ao tratar dos múltiplos territórios, Haesbaert (2004) ressalta:

Inicialmente é necessário distinguir aquilo que denominamos “múltiplos territórios” e “multiterritorialidade” – a multiplicidade de territórios como uma condição *sine qua non*, necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade. Rompendo com a dicotomia entre fixidez e mobilidade, território e rede, propusemos uma primeira distinção, muito importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. (HAESBAERT, 2004, p. 6)

Continuando ainda em Haesbaert (2004), mesmo ressaltando tratar-se de uma generalização extrema, afirma que, geograficamente, o capitalismo se funda sob dois grandes “paradigmas” territoriais: um mais voltado para a “lógica estatal, quase sempre contínua e de fronteiras claramente delimitadas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente pela sua “canalização” através de determinados dutos e nódulos de conexão (as redes)”. Moreira (2007) assevera que a rede implica um espaço móvel e integrado, fluido e liso, com densidade variável em função da rapidez dos fluxos e das trocas:

“Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado” (MOREIRA, 2007, p. 57).

A rede permite conceber o caráter dinâmico, móvel do território:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Braga (2010), corroborando com Haesbaert (2004), comenta:

O território-rede consiste justamente nesse caráter móvel do território, sobretudo na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do “circuito formal” de trocas. A ação das corporações produzindo territórios-rede ocorre de forma seletiva e dupla, pois conecta os agentes vinculados à sua lógica de reprodução do capital e ao mesmo tempo desconecta os agentes que não se enquadram nessa lógica. (BRAGA, 2010, p. 33)

Concluindo, Pereira (2009, p. 127), anota que “a natureza das redes técnicas modernas de transporte e informação, que organizam de modo seletivo o território, é representativa da produção de um “espaço racional” (SANTOS, 1996; SILVEIRA, 2007).

Financeirização é um termo, até certo modo, recente. Sendo utilizado para descrever o desenvolvimento do capitalismo financeiro a partir dos anos 1980 até os dias atuais, servindo para distinguir o capitalismo atual de períodos anteriores. Sobre a financeirização, Braga (1997) afirma ser ela um padrão sistêmico e justifica:

Está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores - o capital bancário, os correntistas tradicionais - mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificado a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado (Braga, 1997, p. 196).

Mesmo este trabalho dedicando a perscrutar a financeirização a partir do papel dos bancos, apontamos que Braga (1997) reconhece a inexistência da supremacia de um segmento ou setor sobre o outro.

Para Montenegro e Contel (2017), as finanças, enquanto variável determinante do período que atravessamos, “exercem atualmente um papel chave de vínculo entre o circuito inferior da economia, ou seja, da economia popular, e as grandes redes financeiras, varejistas e de serviços, representantes do circuito superior globalizado”. Ainda em Montenegro e Contel (2017, p. 116), o processo de financeirização do território brasileiro, ou ainda de hiper

capilaridade das “se dá com especial intensidade nas cidades, principalmente na metrópole de São Paulo, rearranjando práticas sociais e conteúdos do território”. Entretanto esse processo se alastra, especialmente a partir da década de 2000 e se consolida na década de 2010, por cidades do interior do país. Em muito, pautado pela presença dos bancos através das suas agências, correspondentes bancários e, mais recentemente, tendo como aliada a tecnologia da comunicação.

Os anos oitenta foram marcados pelo surgimento de avanços teóricos baseados no paradigma que enfatiza o problema da assimetria de informação²¹ imperfeita dos novos keynesianos. Teoricamente a existência desse tipo de falhas de mercado pode provocar baixa mobilidade de recursos financeiros inter-regiões, além de má alocação destes mesmos recursos e restrição regional de crédito (ARAÚJO, 1996; CROCCO, 2011)

Galeano e Feijó (2012), analisando a relação entre crédito e crescimento econômico sob a ótica regional apontam que:

Estudos, em sua maioria de caráter pós-keynesiano (CHICK, 1996; DOW, 1982,1990; RODRÍGUEZ-FUENTES, 1996), argumentam que, sob mobilidade imperfeita de capitais, os bancos locais influenciam o desenvolvimento regional ao afetarem a disponibilidade local de crédito. Portanto, as finanças atuariam também de modo indireto sobre o desenvolvimento regional. (GALEANO e FEIJÓ, 2012, p. 202)

Na visão dos autores pós-keynesianos a moeda é um elemento endógeno e ingressa na economia através do crédito ofertado pelo sistema bancário em resposta à demanda e sofre influência direta da preferência pela liquidez, quer dos ofertantes, quer dos demandantes. Como podemos ler em Freitas e Paula (2010).

A oferta e a demanda de crédito são interdependentes e afetadas pela preferência pela liquidez a qual, por sua vez, é relacionada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza. No ponto de vista dos bancos (oferta), a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em conceder empréstimos na região, caso possuam expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. E sob o ponto de vista dos tomadores de empréstimos (demanda), a preferência pela liquidez do público afetará suas respectivas alocações de portfólio. Quanto maior a preferência pela liquidez desses agentes, maior sua demanda por ativos líquidos e menor a demanda por crédito. (FREITAS e PAULA, 2010, p. 99)

²¹ Empreendedores e clientes não têm o mesmo nível de informação a respeito das características e possibilidades envolvidas em determinado negócio. Myers (1984) afirma que sempre que a empresa anuncia uma captação de recursos, seja por meio da emissão de títulos de dívida ou ações, transmite uma informação ao mercado. A emissão de novas dívidas tende a sinalizar uma informação positiva sobre a empresa, como oportunidades de crescimento e capacidade de financiamento. Já a emissão de novas ações tende a sinalizar uma informação negativa, pois a teoria argumenta que os administradores agem no interesse dos acionistas atuais e recusam emitir ações se essas estiverem subavaliadas. Assim sendo, o anúncio da emissão de novas ações sinaliza para o mercado que os preços das ações podem estar sobreavaliados, fazendo com que o preço caia após o anúncio de emissão. (ALBANEZ; VALLE, 2009, p. 7)

Para os banqueiros, “uma alta preferência pela liquidez afeta negativamente a sua disposição em emprestar na região, na medida em que reflete as expectativas pessimistas e menos confiáveis dos bancos relacionadas ao desempenho econômico da localidade”. (CROCCO, et al., 2011, p. 291 - 292)

A atual configuração da participação dos bancos públicos no mercado financeiro brasileiro teve a sua gênese em 1994, com a inauguração do plano cruzado. Dois anos antes Werlang e Fraga Neto (1992, p. 274) em artigo, segundo ele, embrionário do desenvolvimento de uma teoria econômica dos bancos oficiais, afirmou que os bancos estaduais eram um dos maiores empecilhos ao funcionamento da economia brasileira, por conta da transmissão dos déficits estaduais para o governo federal.

Sobre o processo de reestruturação bancária pelo qual atravessou o país, especialmente na década de 90, Freitas e Paula (2012), questionaram se tal processo poderia ter resultado em uma redução da oferta de serviços e créditos bancários em estados/regiões mais pobres.

O processo de reestruturação por qual passou o setor bancário brasileiro a partir de 1994 reduziu fortemente o número de instituições financeiras de atuação mais regional e resultou na redução tanto de bancos estaduais como de grupos privados de médio porte com foco principal em seus estados e regiões de atuação. Submeteu também as regiões menos desenvolvidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros, a maioria com sede na cidade de São Paulo. (FREITAS e PAULA, 2010, p. 104)

Paralelamente à extinção e à privatização da maioria dos bancos estaduais, em 1996, segundo Dias e Lenzi (2009) identifica-se uma primeira fase na reorganização espacial das redes, em relação à reorganização mais ampla do sistema bancário no Brasil. Pesquisando a financeirização do território e os circuitos da economia urbana, à luz dos agentes de crédito, técnicas e normas bancárias no estado alagoano, Medeiros (2013) destaca:

A desregulamentação normativa teve papel fundamental na execução das políticas de reestruturação do sistema financeiro além de abrir leque de possibilidades de criação de novas formas de atuação das instituições financeiras no território, ampliando, ainda, a comercialização de novos produtos e serviços financeiros no País. Nessa perspectiva, pode-se entender que a norma cria novas condições de uso do território e da sociedade por parte das empresas, das corporações, das instituições financeiras, do Estado etc., ao mesmo tempo em que cria também novas possibilidades de geografizar os elementos essenciais para a sua atuação sem encontrar impedimentos aos seus interesses. (MEDEIROS, 2013, p.68)

Desse modo, em um cenário de reestruturação do território, o Estado cede espaço às forças do capitalismo, fundado na competitividade entre os grandes grupos hegemônicos, para atender aos interesses privados.

3.1 De como o volume de crédito e a localização das agências atuam na financeirização do território

As decisões econômicas, para Keynes (2017), são sempre, em razão da incerteza, uma aposta arriscada em relação ao futuro. Para Freitas (2009) os bancos, como qualquer outra firma, alteram as suas posições e estratégias em busca dos lucros, em conformidade com as expectativas que nutrem ante o futuro.

Para os pós-keynesianos, regiões com menor desenvolvimento possuiriam uma maior preferência pela liquidez, em virtude da maior incerteza econômica desta região. Consequentemente, tanto a demanda por crédito quanto a oferta do mesmo seriam menores em regiões menos desenvolvidas (CAVALCANTE et al, 2004).

Sob essa ótica, surge a indagação sobre a forma como a vinculação da moeda ao espaço pode afetar a dinâmica da economia. Ao se observar o comportamento de variáveis financeiras no espaço, a não-neutralidade da moeda fica ainda mais evidenciada. Em termos regionais, a oferta de serviços bancários será maior quanto mais elevada for a confiança que os bancos depositam no desempenho futuro da economia da região e nos tomadores de empréstimo, e maior o conhecimento que os bancos têm em relação aos agentes. Segundo a concepção pós-keynesiana, o mercado por si só, mesmo se submetido a incentivos, não corrige tais distorções – o que pode requerer regulamentações financeiras específicas e ações estatais. (FREITAS e PAULA, 2010, p. 99)

Corroborando, Cavalcante et al (2006), mostra que as inovações financeiras, implementadas em regiões centrais, estarão disponíveis em regiões periféricas apenas após um lapso de tempo e quanto maiores os custos de transação e informação, maior será esse tempo.

Como veremos, num contexto de reestruturação do setor financeiro, onde bancos estaduais foram extintos ou privatizados (FREITAS e PAULA, 2010), bancos privados se fundiram e se voltaram especialmente para as regiões centrais (DIAS e LENZI, 2009), os bancos público federais assumiram papel significativo na bancarização da população e no atendimento às demandas por crédito nas regiões periféricas do país.

Além do papel essencial na bancarização e participação no mercado de crédito nas regiões periféricas, os bancos públicos federais também passaram a atuar como instituições de fomento, especialmente associadas à gestão de fundos de natureza parafiscal²², que possibilitam

²² O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é gerido pela CEF; o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é administrado pelo BNDES; o Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste (FNE) gerido pelo BNB, o Fundo Constitucional de Financiamento para o Norte (FNO) administrado pelo Basa e o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro Oeste (FCO) gerido pelo BB – fundos estes de desenvolvimento regional.

fontes estáveis de recursos de baixo custo- (ARAÚJO E CINTRA, 2011). Pinheiro (1997) ressalta:

No caso brasileiro, destacam-se dois fundos para-fiscais: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além de cumprirem suas funções de seguro social provendo benefícios ao trabalhador (pagamento de indenizações trabalhistas, pecúlio para a aposentadoria, seguro-desemprego, etc.), deveriam contribuir para o financiamento dos investimentos de cunho social, via intermediação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF) e de outras instituições financeiras oficiais. (PINHEIRO, 1997, p. 9 -10)

Também as Cooperativas de crédito, bem como as Associações de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP)²³, desempenham papel importante no atendimento das demandas de uma região. Aproximadamente 30% das cooperativas de crédito localizam-se na região Sul, quase 50% na região Sudeste, 10% na região Nordeste, 9% na região Centro-Oeste e 6% na região Norte. (RIF, 2010, p. 48)

Corrêa (1993) já anunciava o que chamou de “Espaço financeiro”:

Entendemos por espaço financeiro o conjunto de lugares no qual se verifica o processo de circulação de capital relativo aos depósitos, empréstimos, descontos, cobranças, juros, lucros e rendas, assim como salários, investimentos e serviços, que envolve pelo menos uma unidade do setor financeiro, até mesmo uma única agência (CORRÊA, 1993, p. 163)

Ratificando a concentração da atividade e o privilégio da Região Sudeste, dos 174 bancos comerciais, múltiplos e de investimento, mais a Caixa Econômica Federal, em junho de 2010 a Região abrigava a matriz de 140 instituições bancárias. Sediadas na região Sul, eram 17. Na Nordeste, 11 bancos mantinham suas sedes, 2 bancos estavam sediados na Região Norte, e 4 na Centro Oeste, que também abriga a sede da Caixa Econômica Federal (RIF, 2010, p. 48). A concentração das matrizes dos bancos na região Sudeste é pautada pela centralidade de São Paulo, tornada o centro das atividades financeiras do território nacional.

Contel (2017), discutindo a capilarização do crédito e a financeirização do território, apontava para as finanças enquanto variável determinante no território brasileiro.

Nos anos 2000, a renovação da base técnica e organizacional que rege o funcionamento da atividade bancária e financeira fortaleceu ainda mais o papel das finanças enquanto variável determinante no território brasileiro. Segundo Contel (2006), a conformação de uma nova topologia bancária, alcançada pela maior presença dos fixos geográficos bancários – como agências, caixas eletrônicos, postos de atendimentos e correspondentes bancários – e a difusão de novos canais eletrônicos garantiram não só a maior oferta de serviços bancários, mas uma ampla expansão da

²³ As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPPs), criadas para auxiliar os esforços de inclusão, especialmente mediante a promoção do microcrédito, também estão concentradas no Sudeste e no Sul, possuindo atuação ainda incipiente. (RIF, 2010, p. 48)

capilaridade da concessão de crédito, resultando em uma “hiper capilaridade das finanças” no território brasileiro. (CONTEL, 2017, p. 120)

Com relação a distribuição geográfica das agências dos bancos múltiplos, públicos e privados, além da Caixa Econômica Federal (tabela 9), das 15.377 agências bancárias existentes no país, 50% encontravam-se localizadas na região Sudeste, em julho de 1994 – ano de lançamento do Plano Real, que marcou a aceleração da reestruturação do setor no país. Quando somados ao número de agências localizadas na região Sul, que contava com 3.256 agências naquele ano, esse percentual salta para mais que 71%, seguidas pelas regiões Nordeste (2.501), Centro Oeste (1.253) e Norte (650).

A tabela 9 expõe a quantidade de agências, e o volume do crédito (R\$ 1bilhão) e percentual da evolução do crédito e do número de agências por região (IBGE, 1070). Os mapas 6, 7 e 8 auxiliam na compreensão da tabela 9, notadamente com relação a quantidade de agência por estado.

Tabela 9 - Quantidade de agências (Un), e volume do crédito (R\$ 1bilhão) e percentual da evolução do crédito e do número de agências por região

		Jul/94 ⁶¹	Jan/03	Dez/06	Dez/10	Dez/14	Ago/16	Dez/18
Norte	Ag	650	581	708	828	1135	1160	1103
	\$	1.7	4.4	11.2	26.4	63.1	63.2	70.3
	Ag%		-11%	22%	17%	37%	2%	-5%
	\$%		164%	153%	136%	139%	0%	11%
Nordeste	Ag	2501	2390	2568	2823	2621	3620	3388
	\$	10.8	23.1	41.5	105.6	145.2	232.8	241.9
	Ag%		-4%	7%	10%	-7%	38%	-6%
	\$%		113%	78%	157%	37%	60%	4%
Sul	Ag	3256	3443	3600	3786	4363	4234	3836
	\$	16.0	45.0	88.1	192.7	352.4	336.2	359.0
	Ag%		6%	5%	5%	15%	-3%	-9%
	\$%		180%	96%	119%	83%	-5%	7%

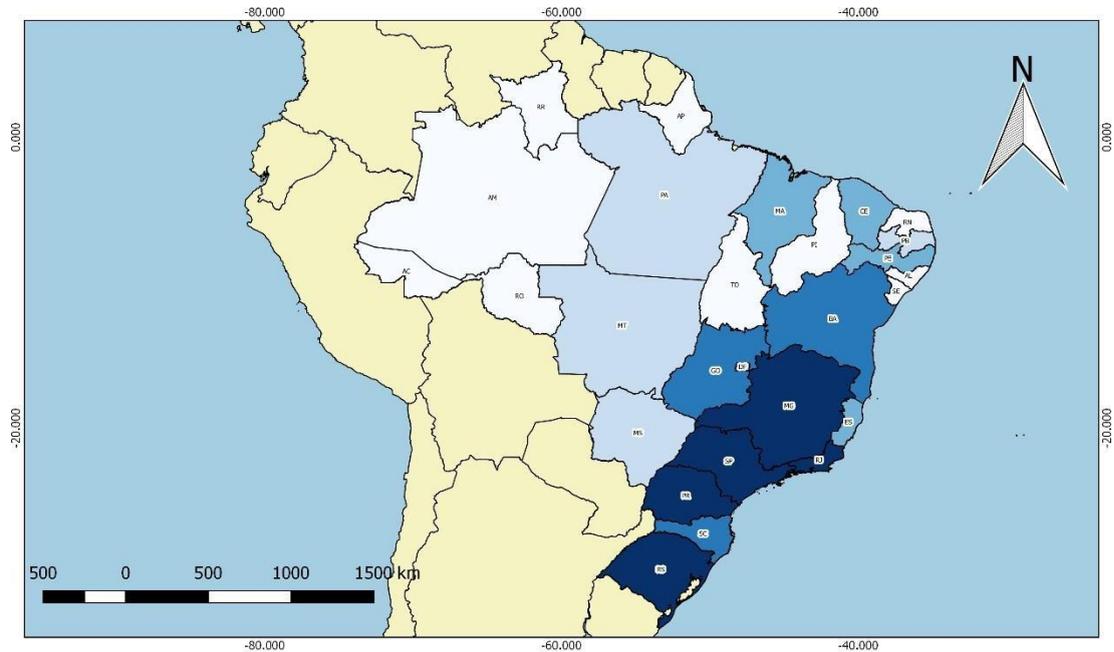
Continua

⁶¹ ESTBAN, em 1994, não contemplava os dados da Caixa Econômica Federal (CEF)

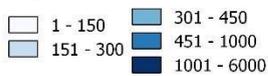
								Continuação
Sudeste	Ag	7714	9343	9817	10818	12079	11777	10756
	\$	85.0	296.0	475.6	981.9	1.919.6	1.984.7	2.112.0
	Ag%		21%	5%	10%	12%	-3%	-9%
	\$%		248%	61%	106%	96%	3%	6%
Centro Oeste	Ag	1253	1263	1352	1505	1847	1823	1723
	\$	27.8	34.4	57.2	163.3	269.7	285.1	286.7
	Ag%		1%	7%	11%	23%	-1%	-5%
	\$%		24%	66%	185%	65%	6%	1%
Nordeste	Ag	15377	17021	18045	19760	23090	22614	20806
	\$	141.3	403.0	673.2	1.4697	2.750.7	2.901.4	3.070.4
	Ag%		-9%	-1%	-7%	11%	5%	-11%
	\$%		185%	67%	118%	87%	6%	6%

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados ESTBAN (2019)

Mapa 6 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2003



Legenda



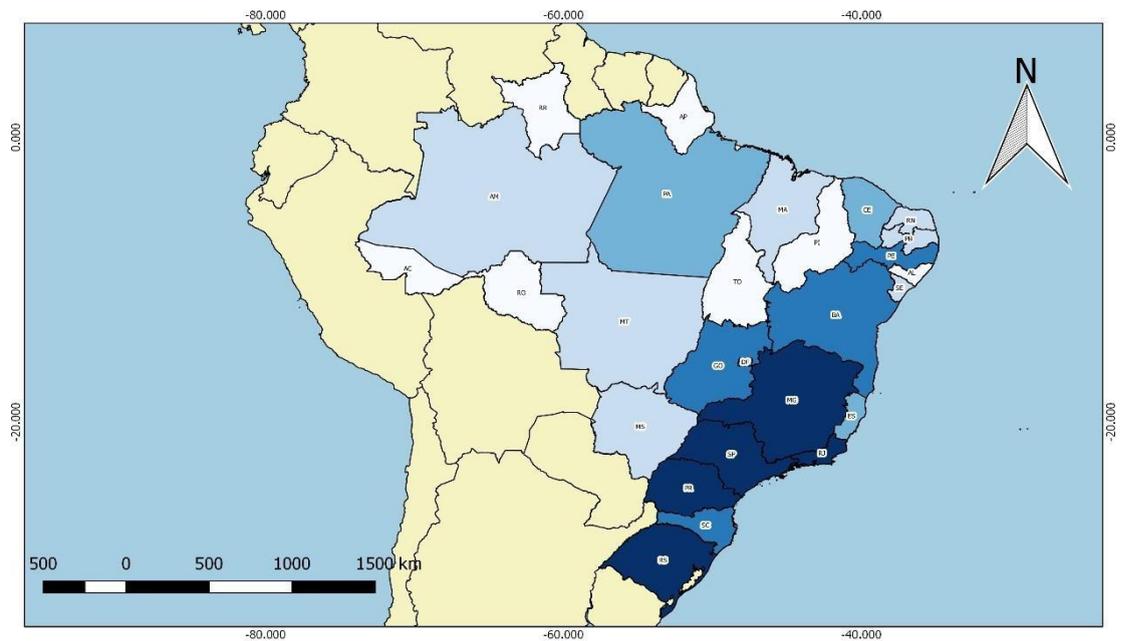
Elaboração: Iran Barroso (2021)

Fonte de dados: IBGE (2016 e 2017)

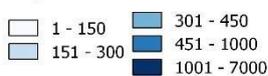
Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGA 200

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

Mapa 7 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2010



Legenda



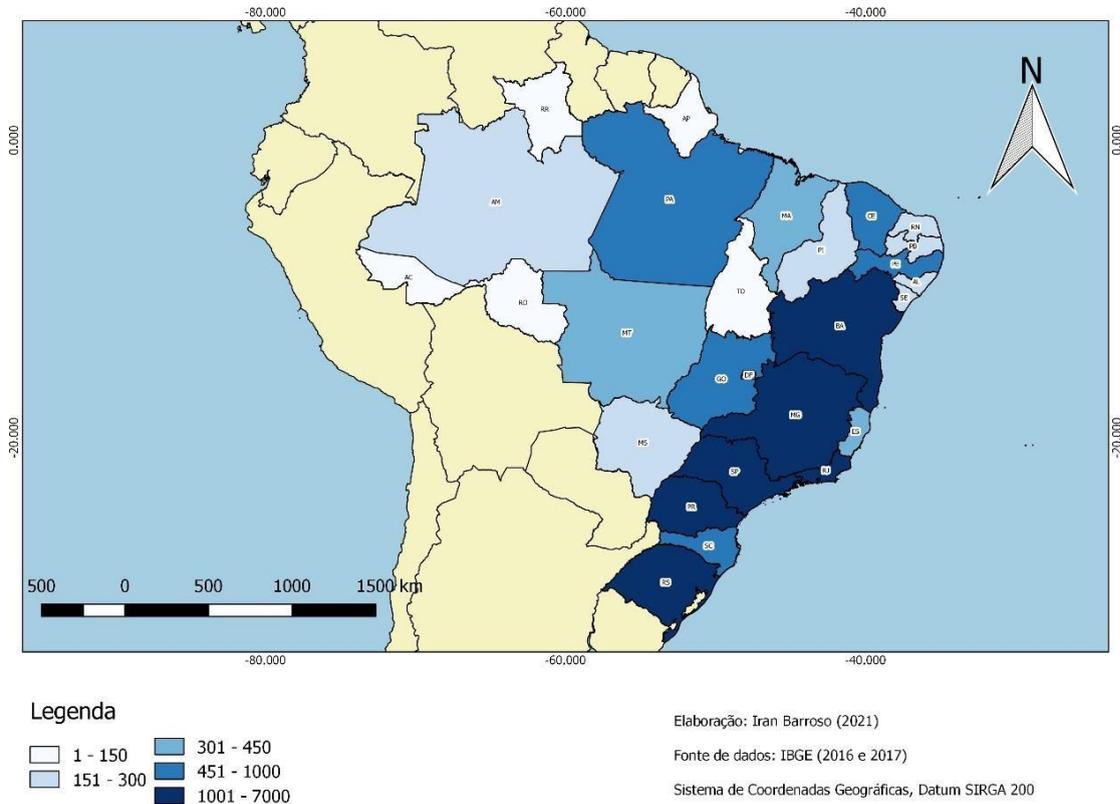
Elaboração: Iran Barroso (2021)

Fonte de dados: IBGE (2016 e 2017)

Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGA 200

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

Mapa 8 - Distribuição das agências bancárias por estado em 2018



Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

O processo de reestruturação levou a uma diminuição do número de agências, nas regiões Norte e Nordeste do país. Tal redução do número de agências fica evidenciada na tabela 9. Se em 1994 esse número era de 3.151, em 2003 eram 2.971 agências, uma subtração de 180 unidades. A região Norte perdeu 11% de suas agências; a região Nordeste, 4% a Centro Oeste teve o número de agências aumentado em 10 unidades; à região Sul foram acrescentadas 187 agências; e a Sudeste, que em julho de 1994 contava com 7.714 agências, passou a contar com 9.343 em dezembro de 2003, numa elevação de 21%.

No mesmo período, o volume de crédito total no país tem elevações expressivas. Especialmente repete-se o mesmo comportamento de concentração verificado com relação a distribuição espacial das agências. Em dezembro de 2003 o saldo da carteira dos bancos comerciais era de R\$ 402.9 bilhões, a região Sudeste respondia por R\$ 296 bilhões, que somados aos R\$ 44.9 bilhões da região Sul, representa 63% do volume do mercado de crédito nacional, 8,5% dos recursos estavam concentrados na região Centro Oeste; o Nordeste com seus R\$ 23.11 bilhões em crédito, representava 5,7% do volume total; e o Norte, respondia por 1,1% do total dos recursos.

Entre os anos de 2003 e 2010 verifica-se uma evolução no número de agências no país e, em menor ou maior escala, em todas as regiões. No primeiro ano eram 15.377 agências no território nacional, em 2010 esse número havia subido para 20.806 unidades (35%). Nas regiões Norte e Nordeste, o número de agências passou de 581 para 826 (40%) e de 2390 para 2893 (21%), respectivamente. A região Centro Oeste contava em dezembro de 2003 com 1.263 e em dezembro de 2010 esse número era de 1.505 agências (19%). Nas Sul e Sudeste o número de agência também cresceu no período. Na primeira essa evolução foi 343 unidades ou (9%) e na segunda, 1.475 agências (15%). Já no período compreendido entre dezembro de 2010 e agosto de 2016, observa-se uma elevação de 14,4% no número de agências no território nacional, caindo 9,4% em dezembro de 2018. De 2010 a 2018 a região Norte contou com um incremento de 33% no número de agências, a Nordeste passou a contar com mais 20% e a Centro Oeste apresentou uma evolução de 218 agências (14%). A Região Sul manteve a mesma tendência de crescimento no número de agências que as tratadas no parágrafo imediatamente anterior, mesmo que a taxa bastante inferior. Entre 2010 e 2018 a taxa de crescimento no número de agências na região não alcançou 1,5%. Dissonante das demais regiões, a região Sudeste viu o seu número de agências ser diminuído em 62 unidades, mesmo que percentualmente esse número não tenha alcançado um dígito (0,5%).

O volume de crédito, no mesmo período, evoluiu 86% na região Sul, e na região Sudeste a evolução foi superior a 115%. Na região Centro Oeste o crédito teve uma evolução de 75% no seu saldo, e a região Nordeste verificou incremento no seu saldo na ordem de 129%.

A região Norte, apesar de contribuir com o menor volume na produção da riqueza nacional apresenta um comportamento, tanto na quantidade de agências, quanto na evolução do volume de crédito, dissonante do que ocorre nas demais regiões. Além do aumento expressivo no número de agências, foi a que mais evoluiu, relativamente, no saldo da carteira de crédito dos bancos. Em 2010 o saldo da carteira de crédito era de R\$ 26.45 bilhões e em 2018 R\$ 73.30 bilhões, representando uma evolução de 166%.

Na medida que se verificou uma evolução da carteira de crédito dos bancos, observa-se a drástica queda no número de agências no país.

A intensificação do processo de instalação de correspondentes bancários⁶², que além de serviços bancários terceirizados (abertura de conta, comercialização de produtos de seguridade)

⁶² Correspondentes bancários são parcerias entre um estabelecimento comercial, como lotéricas, correios ou farmácias, e uma instituição financeira, na qual o estabelecimento comercial, além de sua atividade principal, oferece serviços dessa instituição. Eles surgiram no Brasil, na forma como atuam hoje em dia, em 2000 com as Resoluções 2640 e 2707 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que permitiram a contratação de

também são agentes na contração de crédito, notadamente para pessoas físicas, também é outro fator que demonstra a consolidação da região Sudeste, como uma região central brasileira no tocante a atividade bancária e do crédito.

Para Loureiro (2011), o número de pontos de atendimentos dos correspondentes cresceu rapidamente no país. “Em 2000 havia aproximadamente 20 mil correspondentes, chegando a quase 130 mil em 2008, quando quase todos os municípios contavam com acesso a serviços bancários”. Acrescenta Loureiro (2011):

Esse tipo de serviço foi adotado tanto por bancos públicos como privados e permite que eles atuem em regiões sem escala suficiente para a abertura de uma agência. A infraestrutura necessária para a atuação de um correspondente é drasticamente menor que a de uma agência. Além de utilizar a estrutura física do estabelecimento, não é necessário que os correspondentes atendam aos regulamentos de segurança de uma agência ou usem funcionários exclusivamente para esse serviço. Estes não precisam fazer parte de um sindicato, ao contrário do que ocorre em uma agência. Contudo, a presença dos correspondentes não se limita a regiões remotas ou de baixa população. Eles também apresentaram elevado crescimento nos grandes centros, sendo que as cidades com o maior número de correspondentes são Rio de Janeiro, com mais de 4.000, e São Paulo, com mais de 8.000. (LOUREIRO, 2011, p. 7)

No processo de financeirização do território brasileiro, os correspondentes bancários assumem papel de destaque, na medida em que foram decisivos para a implantação da bancarização, objeto do Governo Federal, e serviram para “alavancar” diversas instituições financeiras como bancos de pequeno porte (Medeiros, 2013).

O Relatório de Cidadania Financeira (RCF, 2018) do Banco Central noticia uma tendência de redução no número de correspondentes no país entre ano de 2014 e julho de 2018.

Existe um movimento de redução também no número de correspondentes desde 2014, com uma queda de cerca de 10% no total de pontos no período (209.938 em 2014, contra 189.002 em 2017). Um dos exemplos mais recentes é o do Banco Postal, que não é de fato um banco, mas uma rede de correspondentes do Banco do Brasil em agências dos Correios. Em 2017, diante da preocupação com segurança, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) começou a reduzir a quantidade de correspondentes do Banco do Brasil. Até julho de 2018, 403 das 6.348 unidades do Banco Postal havia sido desativadas. (RCF, 2018, p. 17)

O mesmo RCF (2018, p. 17) demonstra que entre 2015 e 2017 a região Centro Oeste perdeu 5% dos seus correspondentes, mesmo percentual verificado com relação a região Nordeste e a região Norte 10%, o Sudeste 7% dos seus correspondentes fecharam e a região Sul perdeu um pouco mais que 10%, a mais afetada.

estabelecimentos comerciais por parte das instituições bancárias. Em 2003 a Resolução 3156 estendeu essa permissão para outras instituições financeiras (LOUREIRO, 2011, p. 5)

Lana (2015) constatou que a incidência da exclusão financeira no país está claramente associada à localização espacial. As regiões Norte e Nordeste, com níveis de renda e quantidades de agências bancárias relativamente baixas dentro do cenário nacional, se destacam pela baixa proporção de famílias com acesso ao sistema financeiro. Por outro lado, a região Sudeste e Sul, com estruturas econômicas mais desenvolvidas, se situam na ponta oposta da exclusão.

3.2 A espacialização do crédito no Rio Grande do Norte e nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi

O Rio Grande do Norte (RN) é um estado do Nordeste brasileiro, com uma população estimada em 2019 de 3.506.853 pessoas (IBGE, 2020). Está geograficamente dividido em quatro mesorregiões, subdivididas em 19 microrregiões (Quadro 1)

Quadro 1 - Mesorregiões e Microrregiões do Rio Grande do Norte

Mesorregião	Microrregião
Oeste Potiguar	Mossoró
	Chapada do Apodi
	Médio Oeste
	Vale do Açu
	Serra de São Miguel
	Pau dos Ferros
	Umarizal
Central Potiguar	Macau
	Angicos
	Serra de Santana
	Seridó Ocidental
	Seridó Oriental
Agreste Potiguar	Baixa Verde
	Borborema Potiguar
	Agreste Potiguar
Leste Potiguar	Natal
	Macaíba
	Litoral Sul
	Litoral Nordeste

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2019)

A tabela 10 apresenta o produto interno bruto dos estados brasileiros. Em 2017 o Rio Grande do Norte contribuiu com R\$ 64.295 bilhões para a formação do PIB nacional e, entre os estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte foi a quinta economia em 2017 e a 18ª entre os 26 estados da Federação, mais o Distrito Federal.

Tabela 10 - PIB dos estados do Nordeste do brasileiro em 2017

Estado	(R\$1.000.000)	Posição no Nordeste	Posição no Brasil
Bahia	268.661	1°	7°
Pernambuco	181.551	2°	10°
Ceará	147.890	3°	12°
Maranhão	89.524	4°	17°
Rio Grande do Norte	64.295	5°	18°
Paraíba	62.387	6°	19°
Alagoas	52.843	7°	20°
Piauí	45.359	8°	21°
Sergipe	40.704	9°	23°

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do IBGE (2020)

Analisando a reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1980, Azevedo (2013) aponta a participação de diferentes atividades econômicas na geração do PIB do Rio Grande do Norte.

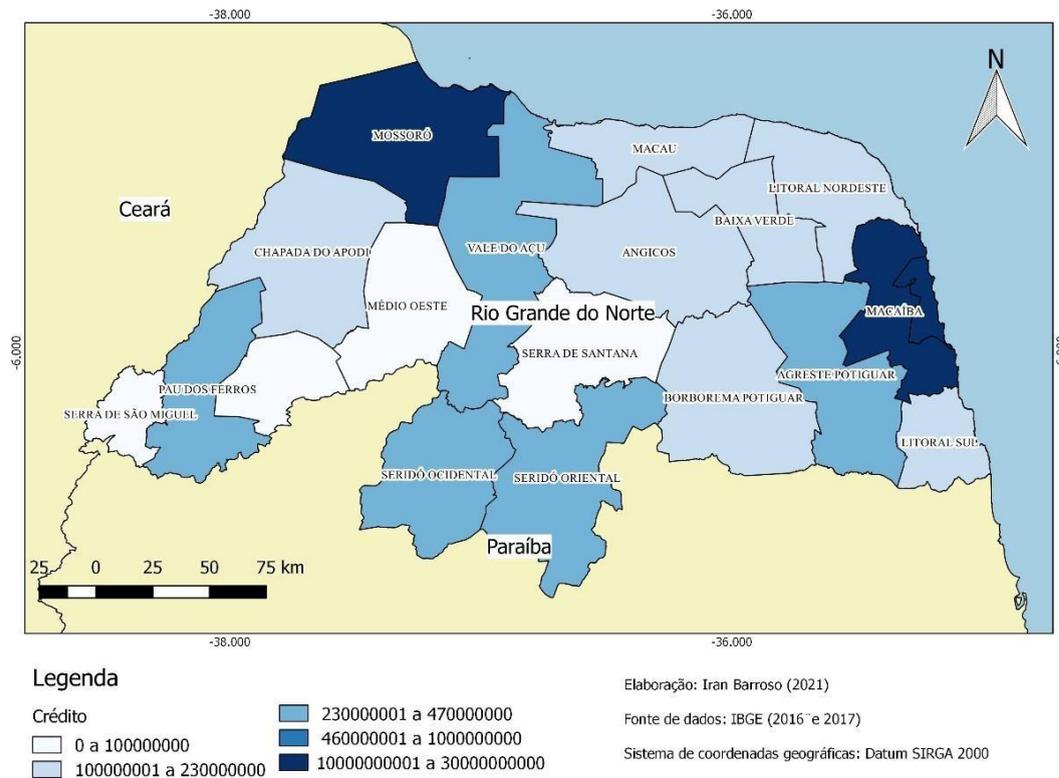
No geral, em 2003, destacam-se principalmente as seguintes atividades: a administração pública, a defesa e seguridade, o comércio e a prestação de serviços, indústria de extração mineral e de transformação, e a construção civil. No tocante à indústria, nota-se que esta se estruturou a partir de três eixos básicos: o agroindustrial, abrangendo a indústria de alimentos, bebidas e de insumos agrícolas; o extrativismo mineral, envolvendo a extração de petróleo, gás, sal, granito etc., e por último a indústria têxtil que tem retomado seu ritmo de crescimento a partir do ano 2000. Vale destacar que do ponto de vista regional, Natal e adjacências têm a maior participação na geração do PIB estadual, especialmente porque as atividades com maiores percentuais concentram-se principalmente nesse espaço, tais como a administração pública, comércio e serviços, indústria de transformação e construção civil. No período analisado, o setor terciário apresentou maior participação na geração do PIB do estado, seguido da indústria e da agropecuária (AZEVEDO, 2013, p.120).

Entre os anos de 2010 e 2017, segundo o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), a participação no VAB por atividade econômica apresentou a seguinte evolução: a agropecuária evoluiu de 3,6 para 3,8%; a atividade industrial encolheu 5,3%, com queda de 23,9 para 18,6%; tendo o setor terciário apresentado maior evolução, de 72,5 para 77,6%. (IDEMA, 2018, p. 8)

Ainda segundo IDEMA (2018) as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, integrantes do setor terciário, contribuiu com 3,5% do PIB estadual, sendo superado no setor dos serviços, apenas, pela administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (29,6%), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (15%), atividades imobiliárias (9,5%), atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (6,1%), educação e saúde privadas (3,7%), empatando com as Atividades de alojamento e alimentação.

A distribuição do crédito no estado do Rio Grande do Norte em de 2018, espelhada no mapa 9, demonstra, a partir do saldo das carteiras de crédito, o dinamismo da economia pelas microrregiões do território potiguar.

Mapa 9 - Distribuição do crédito pelas microrregiões do Rio Grande do Norte em 2018



Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

Fica demonstrado que em 2018 a maioria das microrregiões se encontravam na faixa de saldo das carteiras maiores que R\$ 1.000 milhão a R\$ 2.300 milhões e, entre elas a Chapada do Apodi. Durante o período pesquisado, verificou-se a concentração do crédito para além das microrregiões de Natal e Mossoró. Macaíba passou a apresentar saldos expressivos nas carteiras de crédito dos bancos. O mapa 10 também reflete, a centralidade de Mossoró no contexto regional.

A tabela 11 apresenta os dados da evolução do crédito total, bem como do número de agências no Rio Grande do Norte (RN), na região Nordeste (NE) e no Brasil (BR), possibilitando a comparação das evoluções nas três diferentes escalas.

Tabela 11 - Evolução do crédito total e número de agências no RN e variação percentual da evolução do número de agências e do volume de crédito no RN, NE e BR entre 2003 e 2018

		jan/03 ⁶³	dez/06	dez/10	dez/14	ago/16	dez/18
RN	Ag	130	149	166	215	209	196
	\$ ⁶⁴	1.320.330	2.555.800	6.638.700	15.038.200	16.852.200	17.428.600
	Ag	17%	15%	11%	30%	-3%	-6%
	\$	164%	153%	136%	139%	0%	11%
NE	Ag	-4%	7%	10%	-7%	38%	-6%
	\$	113%	78%	157%	37%	60%	4%
BR	Ag	-95%	-1%	-7%	11%	5%	-11%
	\$	185%	67%	118%	87%	6%	6%

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTABAN (2019)

Entre junho de 1994 e dezembro de 2018, o número de agências bancárias no Estado teve um acréscimo de 77%, mais que o dobro do crescimento nacional e nordestino, que foi de 35% (ESTBAN, 2019). A tabela já detalhou o volume da carteira de crédito dos bancos com agências físicas no RN. Ressaltamos que os municípios com agências, notadamente agências de bancos oficiais em razão das transferências governamentais, atendem aos governos municipais daqueles que não contam com agências físicas. O mesmo ocorrendo com a população de pessoas físicas desses municípios e suas pessoas jurídicas.

Quando do lançamento do Real, que também marcou o início da reestruturação do setor financeiro do Brasil, com a incorporação, liquidação/extinção e privatização de bancos estatais, 47 municípios potiguares contavam com agências bancárias. Desses, 41 contavam com o atendimento presencial em agências, de uma ou duas instituições; quatro municípios com três ou quatro instituições; e apenas duas, Natal e Mossoró, contavam com mais que quatro (ESTBAN, 2019), numa demonstração de que naquele ano, o território, em suas demandas por crédito e serviços bancários, era atendido em sua maioria pelos bancos estatais.

Dados de ESTBAN (2019) apontam que, tomando como base o ano de 2010, dos 34 municípios que contavam com uma ou duas agências bancárias, todas eram agências de bancos públicos. O PIB médio desses municípios potiguares foi de R\$ 174.140 milhões. Já os municípios com 3 ou 4 agências eram 8 contavam com um PIB médio de R\$ 454.746 milhões. O PIB médio nas cidades que contavam com mais que quatro agências, Natal, Mossoró e

⁶³ A evolução percentual de número de agência e volume das carteiras de crédito de janeiro do ano de 2003, referem-se aos dados verificados em julho de 1994

⁶⁴ Os valores estão em bilhão R\$

Parnamirim, (pela ordem os três maiores PIB's do Estado) era de R\$ 5.805 bilhões (IBGE, 2010), sugerindo que os bancos, no RN em 2010, localizavam suas agências nos municípios com maiores Produtos Internos Bruto.

A preferência pela liquidez dos bancos privados, está espelhada na distribuição de suas agências pelo estado. Elas são predominantemente instaladas nos municípios com maior produção de riqueza, ao passo que os bancos oficiais apresentam maior capilaridade das redes de agências.

Oeste Potiguar é a maior mesorregião norte-rio-grandense, conta com sete microrregiões e 63 municípios, segundo a Divisão Territorial Brasileira. Este trabalho elegeu, para seu desenvolvimento, as microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi na mesorregião do Oeste Potiguar. A microrregião da Chapada do Apodi é formada pelos municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado e conta com uma população de 75.488 pessoas. Já a microrregião de Mossoró é formada pelos municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau, e conta com uma população é de 384.018 pessoas (DTB, 2020; IBGE, 2020).

Tratando sobre o que chamou de hierarquização espacial, Santos (2012) destaca que ela está diretamente relacionada a graus de inovações do espaço, aos níveis de modernização e especialização, responsáveis pela polarização de determinadas regiões.

As atividades da salicultura, a exploração do petróleo, o desenvolvimento da fruticultura irrigada e as atividades terciárias, são a base da economia da cidade de Mossoró, que historicamente apresenta o segundo maior PIB do estado. Pequeno e Elias (2010), tratando da dinâmica da urbanização de Mossoró, apontam:

Mossoró (RN) e ampla região sob sua influência estão entre as novas áreas dinâmicas do Brasil, nas quais é possível observar as transformações na produção que se processa, cada vez mais, com utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, principais forças produtivas do presente período histórico, sendo visível a substituição crescente do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico científico informacional (Santos, 1988, 1996), com forte incremento da urbanização e do tamanho da cidade. (PEQUENO e ELIAS, 2010, p. 444)

A ampla área de influência, como anotam Pequeno e Elias (2010), não comporta apenas municípios do próprio Rio Grande do Norte, mas também do Ceará e da Paraíba, anunciando que o IBGE para definição das regiões de influência de cidades manifesta, desde 1993, que municípios do oeste paraibano, do litoral leste e do baixo Jaguaribe no Ceará encontram-se sob influência de Mossoró.

Pequeno e Elias (2010) destacam que a produção de petróleo a extração de sal, a produção de melão, voltado, em grande parte, para a exportação, especula que em Mossoró e

na região sob sua influência, tem-se “os territórios do petróleo, do sal e do agronegócio da fruticultura tropical”. Ato contínuo aponta:

Tais atividades têm interessado aos capitais hegemônicos dos respectivos ramos, promovendo a instalação de diversas empresas de capitais não locais, as quais imprimem novas formas de produção, distribuição, armazenamento e consumo; expandem-se muitos novos fixos a partir dos quais se dão múltiplos novos fluxos, seja de matéria ou de informação, sendo que parte significativa deles é totalmente comandada por interesses exógenos, predominando as verticalidades, por mais que se expandam as horizontalidades. Tudo isso culmina em significativo aumento da densidade técnica e normativa do espaço urbano e agrícola de Mossoró e região e, conseqüentemente, em processos de reestruturação urbana e regional. (PEQUENO e ELIAS, 2010, p.445 - 446)

Toda essa dinâmica econômica encontra eco no mercado de crédito e na distribuição espacial das agências bancárias nos municípios que compõem as microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, na mesorregião do Oeste Potiguar.

Mossoró se configura como a principal cidade da mesorregião, sendo o município mais desenvolvido do interior potiguar, destacando-se pela produção de petróleo terrestre, sal e fruticultura irrigada (BNB, 2015, p. 13).

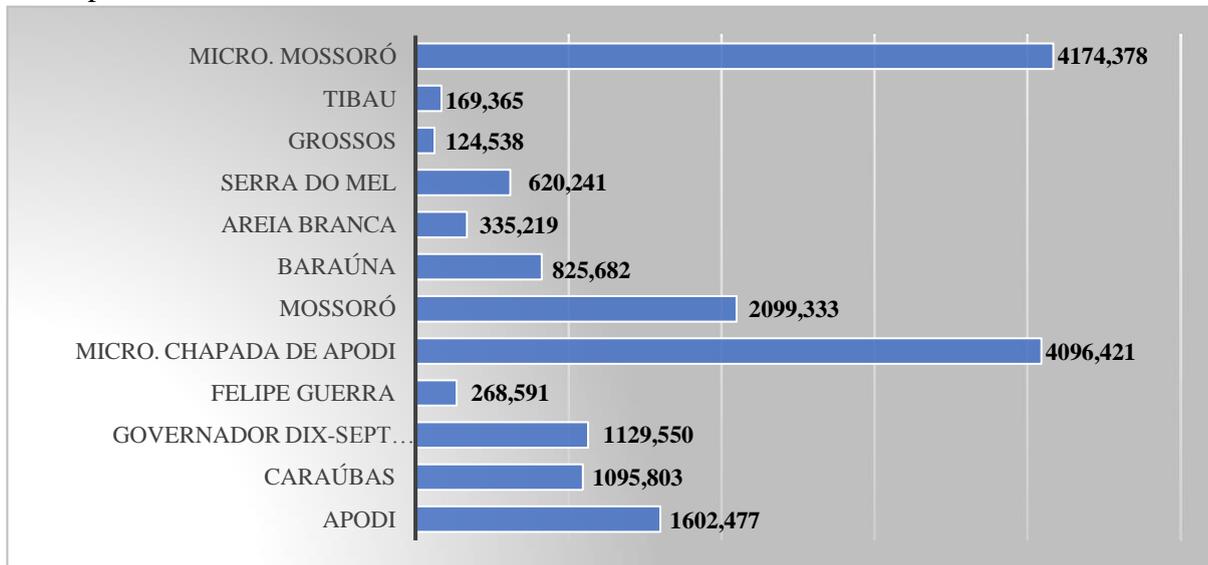
Já a Chapada do Apodi tem como principal cidade o Município de Apodi, cuja atividade econômica está mais voltada para o comércio local e serviços bancários, a agricultura, a pecuária e indústria extrativista. (BNB, 2015, p. 139).

São dez os municípios que compõem o espaço a que se dedicou o trabalho: Apodi, Caraúbas, Governador Dix-sept Rosado e Felipe Guerra, na microrregião da Chapada do Apodi e, Mossoró, Baraúna, Areia Branca, Serra do Mel, Grossos e Tibau. Exceto Mossoró, classificada como “capital regional”, todas são igualmente classificadas pela Região de Influência das Cidades (REGIC), como “centros locais” (REGIC, 2018).

O IBGE (2020) estima que a população das microrregiões totaliza 447.621 habitantes. Mossoró, com 290.076 habitantes, concentra aproximadamente 65% dessa população e, considerando apenas a microrregião que leva o nome do município, essa concentração é superior a 77%.

O gráfico 6 demonstra o volume do PIB das microrregiões e dos municípios que as compõem. Importante observar que os números do PIB apresentados pelas microrregiões, são equilibrados, diferente do que poderia supor, considerando a centralidade do município de Mossoró.

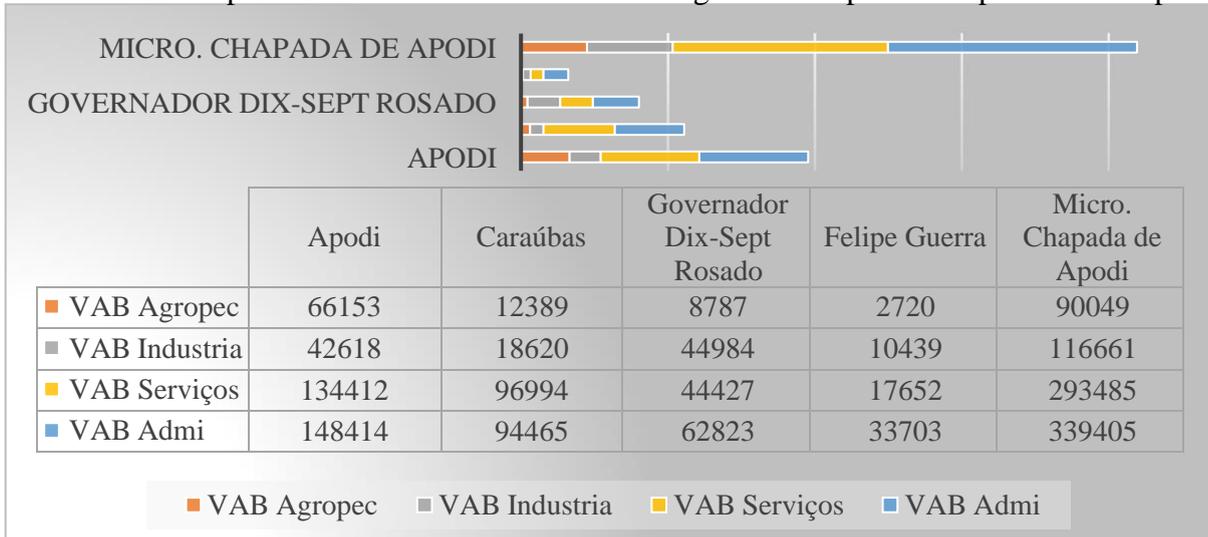
Gráfico - 6 - Volume do PIB das microrregiões de Mossoró e Chapada de Apodi e dos seus municípios



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do REGIC (2020)

A centralidade de Mossoró fica evidenciada quando tomamos os números do município: mais que 25% do PIB das duas regiões somadas está ali concentrado. O gráfico 7 representa o Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores da indústria, comércio, serviços e da administração das duas regiões e dos municípios que às compõe.

Gráfico 7 - VAB por setores da economia na microrregião da Chapada do Apodi e municípios

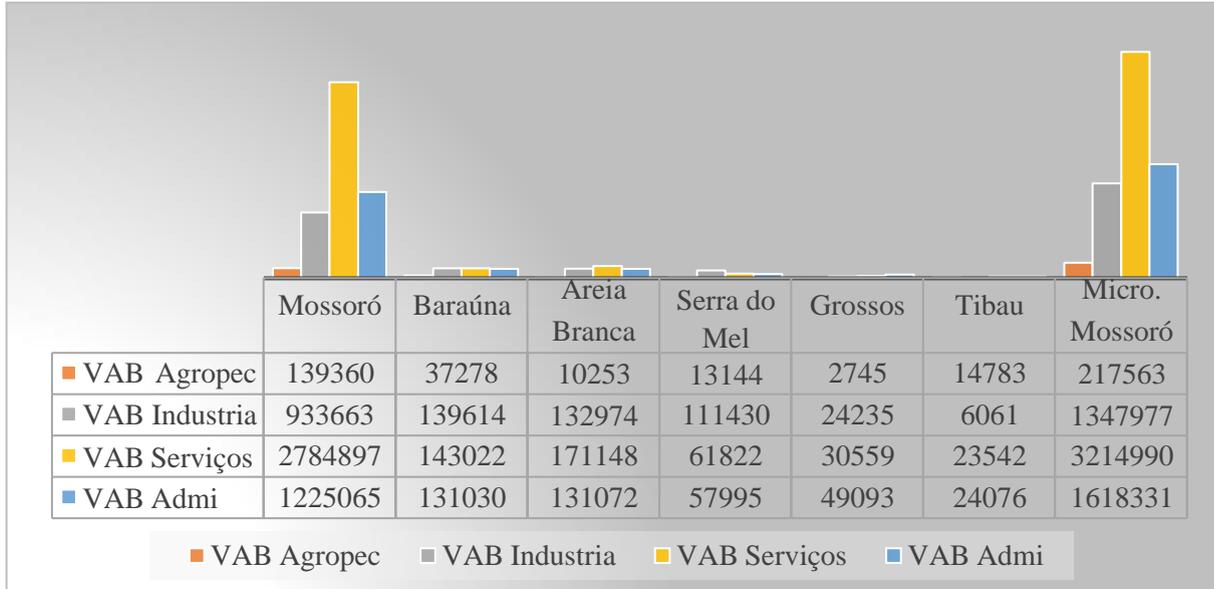


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do REGIC (2018)

Observa-se que o VAB da administração pública tem participação de 39,4% da participação no VAB dos demais setores da Microrregião da Chapada, seguido pela participação de 34% do setor de serviços, 12% de contribuição pelo da indústria e 10% pelo

agropecuário, sendo o município de Apodi o que mais contribui, como visto no gráfico 7. Na microrregião de Mossoró essa composição está espelhada no gráfico 8.

Gráfico 8 - VAB por setores da economia na microrregião de Mossoró e municípios.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do REGIC (2018)

De modo distinto do que ocorre na microrregião da Chapada do Apodi, onde o VAB da Administração Pública supera em muito o VAB dos setores da indústria, comércio e serviços, em Mossoró destaca-se o setor dos serviços, que contribui com praticamente o dobro da contribuição dada pela Administração Pública à geração do PIB da microrregião. O setor agrícola contribui com 2,40%, o industrial com 20,06%, o de serviços com 49,24% e a administração pública com 24,90%.

Considerando todos os municípios do Rio Grande do Norte, inclusive o das regiões estudadas, essa distribuição se comporta da seguinte forma: o agrícola contribui com 2,51%, o industrial com 18%, o dos serviços com 46,73% e a administração pública com 28,74% (REGIC, 2018). De forma geral, o comportamento dos VAB's dos municípios do Rio Grande do Norte somados, aproxima-se mais da microrregião de Mossoró que da Chapada do Apodi.

A REGIC (2018) também investigou a oferta de serviços bancários⁶⁵ na rede urbana do País, utilizando-se de dados do Banco Central do Brasil, com data de referência 31.12.2018.

⁶⁵ A classificação dos centros levou em conta indicadores que apontassem a centralidade das cidades em relação a essa função, a saber: 1. O número de instituições por unidade territorial (independente do número de agências), no conjunto das 642 instituições financeiras relacionadas para o País; 2. A presença de um ou mais dos oito bancos de atuação nacional⁶⁵; 3. O volume do ativo, calculado com base nos saldos dos estabelecimentos bancários, agregados por município, e somando-se os itens de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, de Títulos e Valores Mobiliários, e de Operações de Crédito; e 4. O percentual do volume no ativo da unidade no total da Unidade da Federação. (REGIC, 2008, p.135)

Tabela 12 - Classe de centralidade financeira

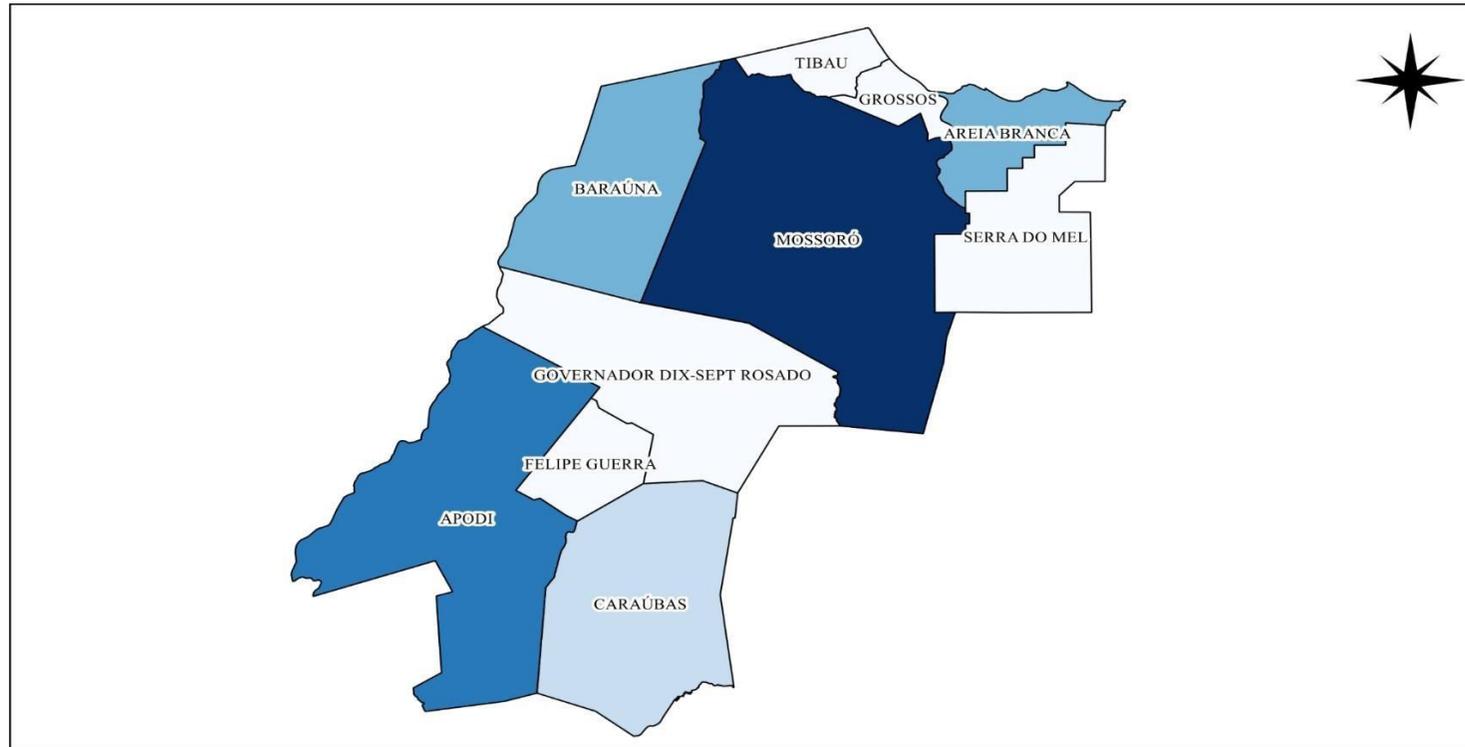
Município	Índice
Mossoró	6
Apodi	8
Caraúbas	8
Areia Branca	8
Baraúna	8
Natal	4

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de REGIC (2018)

Num índice que varia de 1 a 8, onde o 1 é dedicado aos municípios com mais centralidade financeira e 8 aos que contam com menor centralidade. Dois municípios da Chapada do Apodi (Caraúbas e Apodi) obtiveram classificação 8. Na microrregião de Mossoró, Baraúna e Areia Branca obtiveram classificação 8 e Mossoró, classificação 6. Natal, a capital do Estado e que apresenta maior centralidade obteve índice 4.

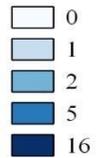
Dos dez municípios dessas microrregiões analisadas neste trabalho durante o período estudado (por ter ou ter tido agência bancária física), quatro são da Chapada do Apodi (Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado) e seis da microrregião de Mossoró (Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau). O mapa 10 demonstra a distribuição das agências nas microrregiões

Mapa 10 - Distribuição das agências bancárias nos municípios das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi



Legenda

Agências



Elaboração: Iran Barroso
Fontes de dados: IBGE (2016, 2017) e ESTBAN (2020)

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2020) e IBGE (2016, 2017)

O município de Governador Dix-Sept Rosado passou a contar com uma agência do Banco do Brasil em 2006, já em 2018 ela havia sido desativada. O município de Felipe Guerra, também na Chapada, não contava com agência bancária em no período estudado. Os municípios de Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado, têm acesso a serviços bancários através de correspondentes, agências dos Correios e Lotéricas.

Já o município de Caraúbas contava com uma agência de um banco público em 2003. Em 2014 passou a contar igualmente com um banco privado. Apodi é o município a abrigar a maior quantidade de agências bancárias na microrregião. Até novembro de 2008 eram três bancos públicos e, a partir de então, conta com instalações de uma agência de um banco particular.

No período consultado, o município de Baraúna, na microrregião de Mossoró contava com uma agência de um banco oficial desde 2006 e em 2014 recebeu uma agência de uma instituição privada. O município de Areia Branca já contava com uma agência de um banco público em 2003 em 2010 eram duas agências de banco oficial

Dos relatórios consultados, o município de Serra do Mel contava em 2014 com uma agência bancária, o que não se viu mais no relatório a partir de agosto de 2016 quando a agência encerrou suas atividades no município e a população passou a ser atendida por um caixa eletrônico, um correspondente bancário e uma lotérica, todos na Vila Brasília. Tibau não conta com agência.

Os municípios de Grossos, Serra do Mel e Tibau, a exemplo do que ocorre com os de Felipe Guerra e Gov. Dix-Sept Rosado, também são atendidos em suas demandas básicas por serviços bancários⁶⁶, através de correspondentes.

Mossoró, que economicamente é o maior município do interior do estado, conta, desde o início do período estudado, com pelo menos três bancos públicos oficiais e duas instituições privadas.

Banco Central do Brasil (2019), ao investigar os efeitos da concorrência bancária sobre o desempenho dos mercados de crédito locais, indica que “a baixa concorrência tende a elevar o custo do crédito” mesmo considerando que as estruturas de mercado e o grau de competição são endógenos a cada localidade.

Em particular, municípios pequenos e com baixa renda tendem a ter poucos bancos. Essa interação entre concorrência e escala de mercados locais sugere que outras políticas que visam ao desenvolvimento econômico – em especial, através do aumento

⁶⁶ Serviços de saque, depósito e pequenos pagamentos com limites estipulados pela instituição financeira a qual o correspondente é vinculado

da produtividade – podem contribuir para o aumento do número de concorrentes nos diversos mercados locais. (BCB, 2019, 13 – 14)

Como visto até agora nesta sessão, e o que demonstra a tabela 13, que compreende o início do primeiro Governos Lula (2003) e os finais dos governos (dele e dos seus sucessores), onde a atividade econômica mostra-se mais dinâmica, verifica-se menor impacto negativo das questões conjunturais macroeconômicas que envolvem a oferta de serviços bancários, entre eles o crédito e a distribuição espacial das agências bancárias pelas microrregiões.

Tabela 13 - Distribuição quantitativa dos bancos públicos e privado nas microrregiões 2003 - 2018

		jan-03	dez-06	dez-10	dez-14	ago-16	dez-18
Mic.	BO ⁶⁷	82.177	176.827	459.873	1.464.482	1.774.175	1.938.063
Região Mossoró	BP ⁶⁸	22.581	31.831	107.828	108.735	91.874	115.368
Mic.	BO	13.395	27.962	66.854	173.968	213.446	212.186
Região Apodi	BP	-	-	-	1.438	1.207	0,984

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de ESTBAN (2019)

Tendo como referência janeiro de 2003 na microrregião de Mossoró, em dezembro de 2018 verifica-se uma expansão de 2.258% na carteira dos bancos públicos ao passo que nos bancos privados essa evolução foi de 411%. Aqui evidencia-se dois pontos: a importância dos bancos públicos na operacionalização da política de crédito e que os privados não têm interesse de investir nas pequenas cidades.

Tanto a microrregião de Mossoró, a mais expressiva economicamente da mesorregião do Oeste Potiguar, quanto a de Apodi, já contavam com agências de bancos públicos em 2003. Comparados o comportamento do crédito nos bancos públicos e privados na microrregião de Apodi entre dezembro de 2014 e dezembro de 2018, observa-se uma evolução de 22% no volume da carteira de crédito nos bancos públicos e, ao mesmo tempo uma involução de 32% nas carteiras dos bancos privados, a partir do início de suas operações no município em 2014, em relação aos dados de 2018.

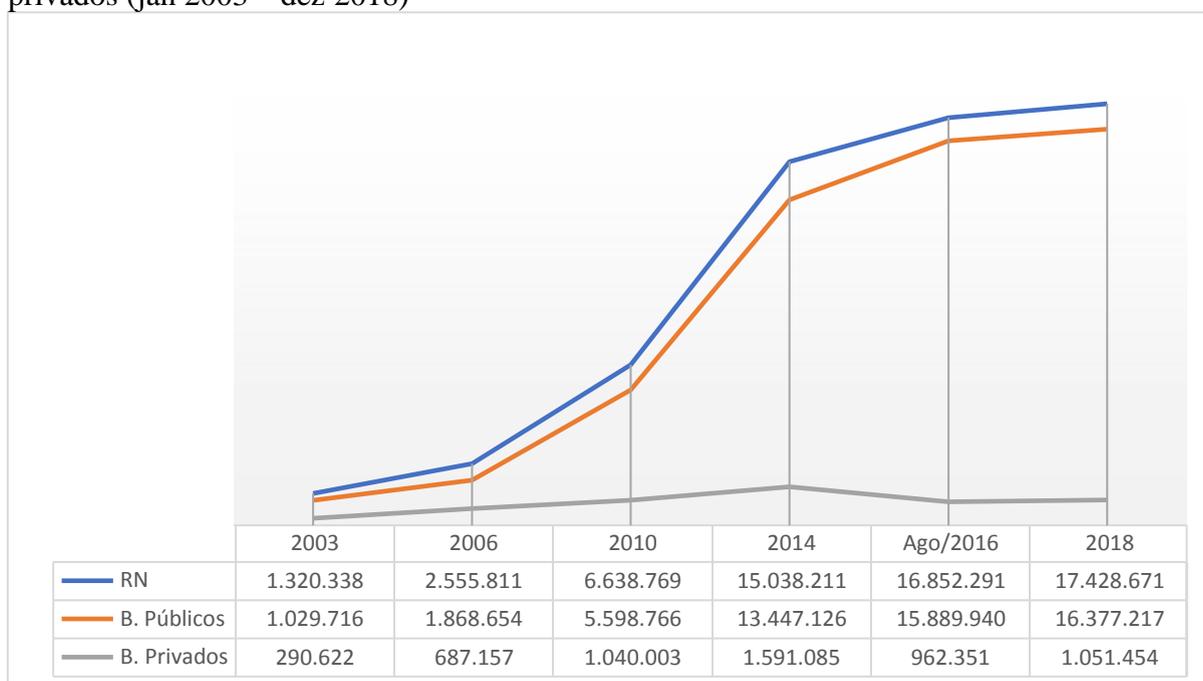
Por fim, não se pode furtar da comparação entre a carteira dos bancos privados nas microrregiões de Mossoró e Apodi: entre dezembro de 2014 e dezembro de 2018, a de Mossoró verificou um acréscimo de 6% no volume dos recursos, já a de Apodi assistiu-se ao encolhimento da carteira na ordem de 32%.

⁶⁷ Bancos comerciais público

⁶⁸ Bancos comerciais privados

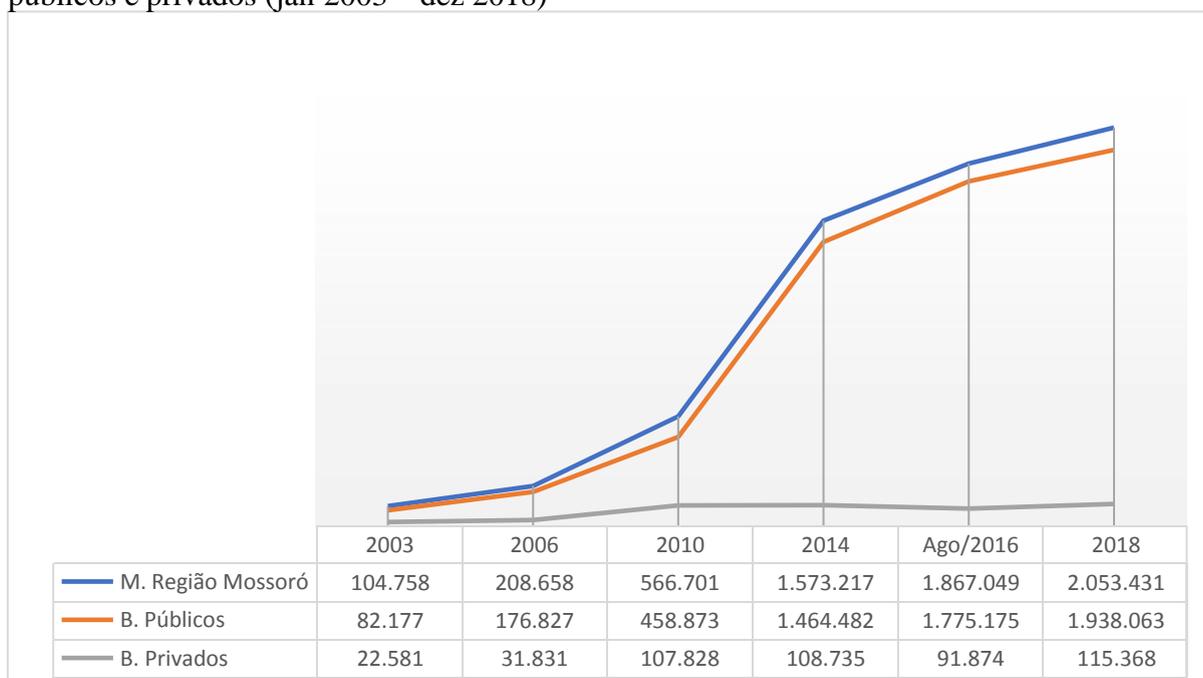
Os gráficos 9, 10 e 11 nos apresentam o comportamento do crédito total, da carteira de crédito dos bancos públicos e dos bancos privados no estado do Rio Grande do Norte, na microrregião de Mossoró e na microrregião da Chapada do Apodi. Tais comportamentos, quando comparados, nos auxiliam na compreensão da distribuição geográfica do crédito.

Gráfico 9 - Comparativo do crédito total no Rio Grande do Norte por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)



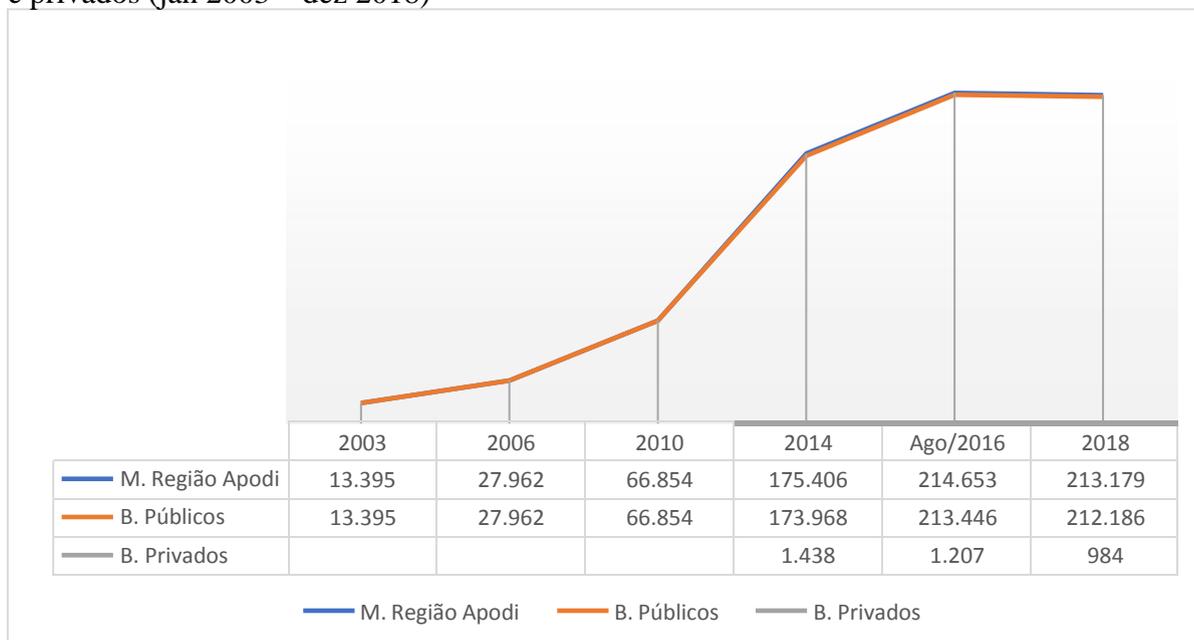
Fonte: Elaboração do autor com dados de ESTBAN (2019)

Gráfico 10 - Comparativo do crédito total na microrregião de Mossoró (RN) por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)



Fonte: Elaboração do autor com dados de ESTBAN (2019)

Gráfico 11 - Comparativo do crédito total na microrregião de Apodi (RN) por bancos públicos e privados (jan 2003 – dez 2018)



Fonte: Elaboração do autor com dados de ESTBAN (2019)

Os gráficos 9, 10 e 11 nos auxiliam a compreender o comportamento do crédito nas microrregiões estudadas. Observa-se que a crédito total, tanto quando analisado o estado, quanto quando se analisa as microrregiões isoladamente, que o crédito total é espelho do volume aplicado pelos bancos públicos. Na microrregião o de Apodi as linhas do gráfico que representam a evolução do crédito total e o volume aplicado pelos bancos públicos confundem-se.

Evidencia-se que a organização do serviço bancário corresponde, de maneira bastante aproximada, à hierarquia de centros dos centros urbanos. As cidades onde estão situadas as matrizes, filiais ou sucursais de bancos são, quase sempre, grandes centros urbanos (AMAZONAS, 1965; CORRÊA, 2006)

Corrêa (2006) acrescenta, ressaltando a repetição da hierarquia dos centros urbanos e observando a existência de cidades que abrigam “sedes de bancos”, outras possuem apenas agências bancárias, outras ainda onde inexitem qualquer equipamento para a prestação dos serviços bancários que “é mediante a atividade bancária, naquilo que ela participa do processo de circulação, que também se viabilizam a divisão territorial do trabalho e a integração espacial de distintas unidades de área” (CORRÊA, 2006, p. 62).

Do mesmo modo, considerando a relação do mercado de crédito com o vigor da atividade econômica, fica evidenciada a preferência pela liquidez dos bancos, especialmente dos bancos privados.

Muito se discute se o desenvolvimento econômico é responsável pelo desenvolvimento do sistema financeiro de determinada região ou se o inverso. Cavalcante (2017) analisando a moeda e espaço na concepção pós keynesiana, resume:

A abordagem regional das relações financeiras sob a perspectiva pós keynesiana indica elementos imprescindíveis para análise: 1) formação de expectativas e preferência pela liquidez nas regiões são fatores imprescindíveis para a análise da dinâmica monetária e financeira; 2) oferta e demanda por moeda são interdependentes e, portanto, não há precedência da demanda por serviços financeiros sobre a oferta (e vice-versa), o que torna importante analisar as relações entre agentes (sistema financeiro, indivíduos, famílias e firmas); e 3) há dinâmicas regionais concentradoras e centralizadoras que imprimem, sob uma hierarquia definida, desníveis considerados nas relações financeiras. (CAVALCANTE, 2017, p. 39)

Essas “dinâmicas regionais concentradoras e centralizadoras” a que se refere Cavalcante (2017), ficaram patentes na análise dos dados até agora apresentados neste trabalho. Os bancos públicos são, em grande parte, responsáveis pela concessão do crédito no país, onde as regiões Sudeste e Sul (mais desenvolvidas) juntas, concentram aproximadamente 60% do volume de total crédito e os bancos privados atuam de forma mais maciça.

Fica evidenciada a relação entre a expansão territorial do sistema bancário brasileiro e a ocorrência de uma metropolização financeira em São Paulo. No tocante ao comando das operações financeiras, o estado se destaca por controlar o processo de financeirização e creditização do território. (SANTOS E SILVEIRA, 2001)

A expansão do alcance das redes bancárias – principalmente através da difusão das agências – e com a concentração do comando do sistema bancário em algumas praças financeiras – sobretudo São Paulo – pode-se falar num verdadeiro processo de “financeirização do território”, já que as variáveis financeiras (créditos, depósitos, seguros, investimentos, e a própria moeda, em suas diferentes formas), acabam por invadir mesmo os mais recônditos cantos do espaço nacional. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 195)

Mudando a escala, quando se analisa a espacialização do crédito nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, no Oeste Potiguar, observa-se igualmente uma concentração do crédito e dos serviços bancários na mais desenvolvida, Mossoró, que manifesta a sua centralidade em torno das suas funções e se configurar como centro comercial, universitário, hospitalar, cultural.

Scott e Storper (2013) analisando políticas de desenvolvimento, nos apresentam suas contribuições que evidenciam o papel das economias de aglomeração, tida como “os ganhos econômicos advindos da concentração geográfica das atividades produtivas” (DALBERTO e STADUTO, 2013, p. 541).

Em princípio, a teoria do desenvolvimento deve incorporar o papel das cidades e regiões como elementos ativos e causais no processo de crescimento econômico. Este argumento tem

consequências para uma política de desenvolvimento, especialmente quando se considera a promoção de economias de aglomeração positiva e o impulso ao crescimento nas regiões mais pobres. (SCOTT e STORPER, 2013, p. 363)

Desse modo evidencia-se a região, entendida como “qualquer área de extensão subnacional funcionalmente organizada no entorno de algum polo regional” (SCOTT e STORPER, 2013, p. 364), sendo impulsionadora do processo de desenvolvimento geral. Nas palavras de Oliveira (2013, p. 385), Scott e Storper (2013) demonstram a importância das “variáveis endógenas de crescimento e das economias externas às empresas, juntamente com a importância da centralidade ou aglomeração e das formas de regulação social; tudo isso considerando, ao mesmo tempo, a dimensão global”.

A discussão a respeito da concentração e centralização regional de Mossoró não pode tangenciar aos dois circuitos da economia (SANTOS,2008). O superior originado da modernização tecnológica, onde o essencial das suas relações ocorre fora das cidades, no país e no exterior. Já o inferior, formado por atividades de pequena dimensão com interesse das populações pobres. As relações entre os dois circuitos mostram-se dependentes e complementares, não são excludentes nem tampouco isolados entre si.

A cidade Mossoró é um exemplo dessa convivência entre os circuitos, atraindo grandes empresas nacionais e estrangeiras da indústria de exploração, da fruticultura, e do sistema financeiro e ao mesmo tempo é a cidade do comércio de rua, da oferta de serviços de saúde mais complexos que extrapolam a atenção básica.

Em um contexto de desigualdades, vê-se a necessidade das instituições de microfinanças. Nitsch e Santos (2001), apontam que:

O vasto processo de liberalização financeira e o fim da “repressão financeira”⁶⁹ na grande maioria dos países subdesenvolvidos não foi suficiente para alterar substancialmente a discriminação dos micros empreendimentos no sistema financeiro formal. A busca de alternativas a essa situação gerou a chamada *microfinance revolution* dos últimos 20 anos. Evidências empíricas em inúmeros países demonstram a possibilidade de instituições financeiras especializadas em microfinanças operarem de forma permanente e autossustentada. (NITSCH; SANTOS, 2001, p. 172)

Para Domingues (2015), com a “incorporação da perspectiva institucional na geografia econômica busca compreender e analisar as diferentes modalidades por meio das quais as instituições configuram regiões e criam territórios”.

⁶⁹ Poupadores e contribuintes são obrigados a se contentar com uma combinação de retorno e risco determinados pelo governo, que, supostamente sabe onde é melhor investir. (FINANCEIRA, 2012)

A geografia econômica, que para Oliveira (2013, p. 386 – 387) trata-se de um conjunto de abordagens que, “apesar sua diversidade, conta elementos comuns que concentram sua atenção nos aspectos sociais, organizacionais e institucionais do desenvolvimento regional”. Nesse sentido, Domingues (2015), tratando da constituição dos territórios, aponta:

A constituição dos territórios não se limita à existência de recursos naturais e de infraestrutura. Se, por um lado, há de se reconhecer o peso relativo dos recursos naturais para algumas atividades, por outro, a dinâmica econômica inclui, hoje, questões sobre o papel, impacto e evolução das instituições no processo de desenvolvimento e diferenciação das regiões. (DOMINGUES, 2015, p. 15)

Este trabalho levantou dados referentes a inclusão financeira, através do Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMOP) em duas microrregiões da mesorregião do Oeste no estado do Rio Grande do Norte, a microrregião de Mossoró e da Chapada do Apodi, para de forma específica analisar a “unicidade da técnica e do tempo” (SANTOS, 1996) para os beneficiados do programa, incorporando elementos das políticas institucionais no necessárias do desenvolvimento econômico de pequenas cidades.

4 PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: POLÍTICA PÚBLICA DE FINACEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NAS MICRORREGIÕES DA CHAPADA DO APODI E MOSSORÓ NO OESTE POTIGUAR

Santos (1996) nos apresenta a dinâmica dos bancos, que para ele são a expressão do que chamou de “três unicidades”: a da técnica, fundamentada, principalmente, pelas “técnicas da informação”; a do tempo, possível ante a técnica que permite essa percepção de um tempo único, simultâneo; e a do motor único, observada na onipresença das empresas globais a todos os lugares. Este conjunto de características que dá identidade à globalização fez com que duas variáveis ganhassem enorme força: as finanças e a informação (SANTOS, 1996).

Há quem prefira dizer que o tempo se unifica, mas não é disso que se trata. O que realmente se dá, nestes nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. O evento é uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povo - ando-o com um novo acontecer. Quando, no mesmo instante, outro ponto é atingido e podemos conhecer o acontecer que ali se instalou, então estamos presenciando uma convergência dos momentos e sua unicidade se estabelece através das técnicas atuais de comunicação. (SANTOS, 2006, p. 128)

Silveira (2010), pensando um esquema de análise da região e da globalização, considera o espaço geográfico sinônimo de território usados. Anota que “no período da globalização,

ocorrem bruscas mudanças de funções no território que significam, ao mesmo tempo, transformações regionais (SILVEIRA, 2010, p. 75).

Santos (2006, p. 130) ensina que “a informação ganhou a possibilidade de fluir instantaneamente e que sem a qual não haveria um sistema técnico universalmente integrado, nem sistemas produtivos e financeiros transnacionais”.

Moreira (2009, p. 152) explicando a técnica e tempo em Santos, resume: “mais que artefato ou mediação na relação homem-meio, a técnica é o processo constitutivo do território, técnica e território vivendo uma relação recíproca de constituição”.

Contel (2006) destaca que, em relação ao território, “a técnica da informação permite uma unificação do controle das demais técnicas preexistentes, que gera a possibilidade de manipulação dos tempos produtivos dos territórios nos quais ela se instala”.

Organismos multilaterais internacionais (como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) trabalham para tornar mais veloz e onipresente a circulação do capital financeiro, e desregular os mercados nacionais dos países, para adequá-los às inconstâncias destas corporações globais.

Técnicas da informação e técnicas financeiras unidas têm a condição de promover o funcionamento de tudo ao mesmo tempo e em todos os lugares, contando com “um meio geográfico extremamente eficiente para a transmissão de informações e ativos financeiros, o meio técnico científico informacional. (CONTEL, 2016, p. 71)

O trabalho traz ao tema Domingues (2015) que, ao discutir o papel das instituições no território e, analisando a perspectiva institucional e a geografia econômica, apresenta que a “perspectiva de análise da economia institucionalista entende a importância de se considerarem as instituições possíveis agentes estruturadores e de transformação, por meio da adoção de políticas públicas capazes de definir usos e base material do território” (DOMINGUES, 2015, p. 8). Tal assertiva, segundo apontou, remete ao conceito de território como sendo “resultado da ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Rodrigues (2015) esclarece:

A fundamentação dessa visão está na evidência dos conceitos de ambiente institucional e arranjo institucional. O primeiro é compreendido como sistema formal e informal de normas e convenções, que atua como suporte para o aproveitamento de recursos específicos no território, permitindo evidenciar mecanismos de coordenação horizontal para os diferentes setores de atividade. A noção de arranjo institucional, por sua vez, denota uma forma particular de organização – como no caso específico do planejamento regional –, as agências reguladoras dos recursos hídricos, as companhias de desenvolvimento regional – Chesf, Sudene, Codevasf – etc., que vêm

apoiar a formação de um território como o Nordeste brasileiro. (RODRIGUES, 2015, p.10)

Dessa forma, conclui que a Geografia Econômica almeja compreender como as organizações econômicas surgem, funcionam, evoluem e criam arranjos influenciados pelo ambiente institucional.

Oliveira (2013, p. 387) ressaltando a importância das instituições, anota que que elas estruturam os incentivos que atuam na interação humana, seja ela política, social ou econômica”, apontamos importantes programas de governo adotados no país, entre eles o Programa Bolsa Família (PBF), institucionalizado em 2004 a partir da unificação dos programas federais Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, contribuindo assim para mudanças no campo da governabilidade e manejo de recursos das políticas de transferência de renda.

Arrais (2016) apresenta a capilaridade territorial e a dimensão regional do programa. Para o autor, a “permeabilidade entre a dimensão política e a dimensão econômica fez o Bolsa Família constituir-se no programa social de maior capilaridade nacional, adquirindo, em função do curto tempo de existência, destacada centralidade na política nacional (ARRAIS, 2016, p. 222).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi concebido prevendo medidas institucionais para a melhoria do ambiente de investimento. Leitão (2009), tratando da dimensão territorial do programa assevera:

Apesar de ser essencialmente voltado para a dinamização da economia nacional, esse programa sintetiza, em sua última instância, a estratégia de atuação territorial da atual gestão federal, ao prever investimentos setoriais em infraestrutura energética, logística e urbana no país em suas regiões (LEITÃO, 2009, p. 30)

Leitão (2009, p. 31), ainda constata “uma clara correspondência do programa com a abordagem territorial assumida na retomada da iniciativa de planejamento regional do Brasil, espelhados nos Planos Plurianuais do governo federal na década de 1990”.

Silva e Andrade (2014), relacionando o Estado ao mercado imobiliário à luz do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), apontam que o espaço urbano capitalista é produzido e reproduzido por agentes sociais concretos através de práticas complexas. Entre eles destacamos os proprietários fundiário, promotores imobiliários e o Estado.

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), lançado em 2009 com o objetivo de implementar o Plano Nacional de Habitação, no contexto da crise mundial como uma resposta do governo para impulsionar o mercado da construção civil, gerar empregos e ao mesmo tempo agir na intenção de diminuir o déficit habitacional

facilitando o acesso das famílias de baixa renda à casa própria. (DA SILVA e DE ANDRADE, 2014, p. 112)

O PMCMV demonstra que o Estado tem papel decisivo na produção do espaço, cabendo-lhe o poder de intervir na produção do espaço urbano, cabendo a ressalva que, mesmo em menor escala, o programa também financia ou concede incentivos fiscais à produção de habitações no meio rural.

4.1 A evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

RODRIGUES, J. N. (2014, p. 156) ressaltando a importância do debate acerca das políticas públicas no Brasil e no mundo à luz da geografia, pontua que “as assim denominadas práticas de territorialização supõem que é localmente, e não mais a partir das escalas de decisão de escopo nacional, que determinados problemas devem ser identificados e suas soluções elaboradas”.

O microcrédito no Brasil, foi desenvolvido inicialmente pela União Nordeste de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), funcionou nas cidades de Recife (PE) e Salvador (BA) entre os anos de 1973 e 1991, é, a partir desde 2005, operacionalizado pelo Programa Nacional de Microcrédito ao Produtor Orientado (PNMPO).

Desde logo, faz-se mister diferenciar os conceitos de microfinanças e microcrédito. Definindo microfinanças, Soares e Sobrinho (2008, p. 23), referem-se a ela “como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional e nacional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

O Microcrédito tem como o objetivo de “fomentar o acesso ao crédito da população excluída do sistema financeiro nacional. Diferente do primeiro, fornece subsídios a pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, através das instituições micro financeiras” (NUNES; SALES; CARVALHO, 2019, p. 3).

Dessa forma o microcrédito se insere no conceito de microfinanças, sendo parte complementar, da mesma forma que outros serviços financeiros como seguros, consórcio, depósito bancário, entre outros.

Segundo Barone (2002), até a instituição do microcrédito como programa de governo em 2005, passou por diversas iniciativas isoladas de bancos e outras instituições que foram desde a experiência do *Accion International* à metodologia dos grupos solidários de aval praticada no Brasil.

Destacaram-se ainda, segundo o portal do BNDES, o “Banco da Mulher, na década de 1980, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Crediamigo, uma iniciativa do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na década de 1990” (BNDES, 2016).

Barone (2012, p. 12) aponta que as operações de microcrédito se diferenciam das do crédito tradicional do sistema financeiro, “por adotar a concessão assistida⁷⁰, e o sistema de garantia que tem por base o capital social das comunidades (relações de confiança, reciprocidade e participação), podendo ser oferecidas individualmente ou coletivamente por aval solidário⁷¹”. Tradicionalmente o crédito é oferecido pelo sistema financeiro considerando, nas palavras de Nitsch e Santos (2010, p. 175), “três critérios básicos: capacidade e disposição de pagamento do futuro cliente, garantias reais e pessoais e de uma consulta a órgãos de informações bancárias e comerciais do tipo SPC”.

Para Costa (2010) a política expansionista adotada a partir do primeiro governo Lula, além de promover a democratização do acesso ao crédito e a outros serviços bancários, serviria também para gerar renda e oportunidades de trabalho. Apontou ainda que medidas dessa política tinham como objetivo:

Garantir direitos de cidadania à parcela da sociedade brasileira anteriormente tratada como composta de “cidadãos de 2ª categoria” pelo mercado financeiro, reduzindo essa exclusão dos trabalhadores informais, das micro e pequenas empresas e da população de baixa renda (COSTA, 2010, p. 17)

Num primeiro momento os bancos, tanto público quanto privados, enxergaram na bancarização dessa camada da população uma “oportunidade negocial” através da fidelização, na medida em que se abriam novas perspectivas de negócios com a ampliação das suas bases de clientes. Nessa perspectiva, o mesmo Costa (2010), elenca os movimentos da Caixa Econômica Federal, para pagamento de “260 milhões de benefícios como: FGTS, Previdência Social, Abono Salarial, PIS/Quotas e Rendimentos, Seguro-Desemprego, Bolsa-Escola, Bolsa-

⁷⁰ Modalidade em que um agente de crédito avalia as potencialidades do proponente, sua condição de pagamento e, após a liberação, esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio

⁷¹ Com relação às garantias, a lei que criou o Programa autorizava utilização do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – Funproger e permitia a realização de operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, sem a exigência de garantias reais, que podiam ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, definidas pelas instituições financeiras operadoras. Em 2018, os artigos da lei que contemplavam a matéria, foram revogados pela lei nº 13.636, de 20 de março daquele ano, que autorizou a contratação das operações admitindo as seguintes garantias: o uso, em conjunto ou isoladamente, de aval, inclusive o solidário, de contrato de fiança, de alienação fiduciária ou de outras modalidades e formas alternativas de garantias.

Alimentação, Bolsa-Renda, Auxílio-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Agente Jovem”. Corroborando, Sampaio (2014) aponta que:

Na década de 1990, a ideia do microcrédito como uma atividade sem fins lucrativos cede espaço para uma nova ideia: o microcrédito com fins lucrativos, como uma atividade que compatibilizaria os objetivos de desenvolvimento econômico inclusivo e de transformação social com a atividade empresarial financeira, não dependente de capital subsidiado. (SAMPAIO, 2014, p. 126)

Costa (2010) apontou que a atividade do microcrédito no Brasil mostrava-se rentável, tinha baixa inadimplência, viável, ressaltando a necessidade de uma metodologia adaptada às condições locais.

Concluindo o seu trabalho “Da repressão financeira ao microcrédito”, Nitsch e Santos (2010, p. 182) avaliam que “O microcrédito não é uma panaceia; porém, bem utilizado e observados seus limites ele pode ser um instrumento indispensável, entre outros, de fomento do desenvolvimento econômico e social”.

Sobre o PNMPO, Barone e Sader (2008, p. 1262) registram:

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), coordenado e executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, incorpora tanto instituições que só podem trabalhar com microcrédito (Oscips e SCMs), quanto instituições habilitadas a outras operações financeiras (cooperativas de crédito singulares e instituições financeiras). Sua finalidade específica, estabelecida em lei, visa disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado. Todavia, na prática, o seu papel reside basicamente em funcionar como instituição articuladora entre as instituições de microcrédito produtivo orientado, os bancos e outros operadores de recursos públicos, prover apoio, fomento, disseminação e estruturação do setor de microfinanças. Nesse sentido, exerce outras funções que se sobrepõem às funções já exercidas pelo BNDES, duplicando estruturas institucionais e dividindo esforços. (BARONE; SADER, 2008, p. 1262)

O PNMPO como objetivo, busca incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, visando seu fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares e conta com as características inovativas apontadas por Morduch (1999, apud AMBRÓZIO E GONZALES, 2019, P. 123), quais sejam, os empréstimos em grupo; o uso agente de crédito; empréstimos progressivos; frequência de pagamentos; e foco nas mulheres.

Assim, é destinado a empreendedores populares, com um faturamento de no máximo 120 mil reais por ano, se constituindo em um crédito especializado para específico setor da economia: os micros e pequenos empreendimentos, formais e informais (BARONE; SADER, 2008).

O relatório “Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (IGMPO): informações consolidadas do exercício 2018”, aponta que naquele ano 118 instituições estavam aptas a operacionalizar contratos de microcrédito através do PNMPO. Entre elas: agências de fomento, bancos comerciais públicos e privados, cooperativas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP). Só no primeiro bimestre de 2018, a carteira ativa de microcrédito no Brasil somava R\$10,356 bilhões, distribuídos em 4.739.929 operações. (IGMPO, 2018)

O Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil, quantifica os tipos de instituições autorizadas a operacionalizar o PNMPO no país a partir de 2005. Os dados estão expressos na tabela 13 contemplam o período de 2005 a 2018.

Tabela 14 - Quantidade de instituições autorizadas a operacionalizar o PNMPO no período entre 2005 e 2018 no território nacional, por tipos de instituições (Un)

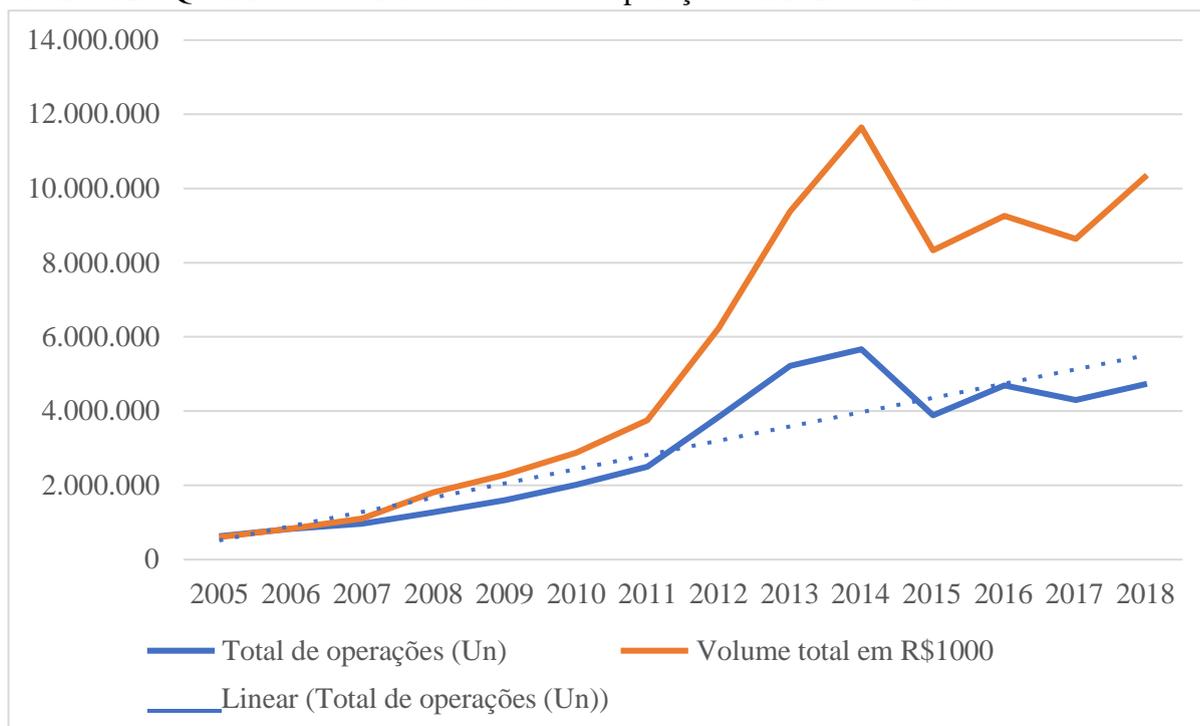
Ano	Bancos	Cooperativas Crédito	Sociedades de crédito às microempresas e empresas. de pequeno porte	Cooperativas de crédito investimento e financiamento
2005	150	1.412	47	45
2006	154	1.424	51	48
2007	153	1.447	49	51
2008	158	1.442	42	55
2009	156	1.398	43	56
2010	157	1.366	42	61
2011	161	1.308	40	60
2012	161	1.253	39	58
2013	157	1.190	37	59
2014	153	1.146	40	56
2015	153	1.098	39	53
2016	154	1.059	38	53
2017	152	1.005	38	56
2018	152	964	36	57

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de SGS (2020)

Observa-se na tabela 14 uma expressiva quantidade de cooperativas de crédito autorizadas a operacionalizar o PNMPO, mesmo considerando a redução de 1.412 cooperativas em 2005, para 964 unidades delas no ano de 2018, redução também verificada nas sociedades de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte que contavam com 47 e foram reduzidas a 36 no mesmo período. No sentido oposto, as Cooperativas de crédito, investimento e financiamento evoluíram de 45 para 57 instituições, ao mesmo tempo que os bancos autorizados contaram com uma diminuição de duas instituições no mesmo período, passando de 152 para 150.

O gráfico 12 apresenta a evolução do valor total acumulado concedido entre 2005 e 2018, e a quantidade de operações igualmente acumulada, além de uma linha de tendência do volume acumulado das operações.

Gráfico 12 - Quantidade e valor acumulado de operações entre 2005 e 2018



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de IGMPO

Nota: Os dados de 2015 contemplam até o terceiro trimestre. Não estando disponível no sítio do Ministério do Trabalho e do Emprego os dados consolidados do ano.

Os dados de 2009 consolidam os números do PNMPO desde 2005, revelando que a carteira da modalidade já contava com mais que 745.000 clientes ativos e 1.629.373 clientes acumulados no período, representando a concessão de R\$ 2.284 bilhões em crédito (IGMPO, 2009)

Importante observar no gráfico 12 que entre 2005 e 2007 as linhas que indicam a quantidade total de operações e o volume total investido permaneceram “coladas”, tendo a partir de 2007 o volume investido passado a evoluir de forma mais acentuada que a quantidade de operações, dando um novo “salto” positivo em 2011, mantendo a tendência até 2014. Esse comportamento indica uma elevação no valor médio por operação, mantendo a mesma proporção até 2017 e voltando a crescer mais que a quantidade de contratos em 2018, o que também fica demonstrado com o auxílio da linha de tendência da quantidade de operações.

Das pessoas jurídicas, as microempresas, assim como os microempreendedores individuais, podem ter acesso ao microcrédito. Quando somados os saldos do volume tomado

pelas microempresas e igualmente somado o volume do aplicado ao microcrédito tomado por empresa do mesmo porte, verifica-se que o saldo do microcrédito representa 4,6% do volume total do crédito concedido às empresas daquele porte.

Não se pode abandonar os dados apresentados sem compará-los com a quantidade dos tomadores por porte das empresas. Entre os anos de 2012 e 2018 a quantidade do segmento microempresa evoluiu 125%. No mesmo período, observa-se uma retração no número de tomadores “empresas de pequeno porte” da ordem de 36%. Observados os saldos das operações por porte, verifica-se uma pequena elevação no segmento microempresa (1,9%) e decréscimo no saldo das operações destinadas às empresas de pequeno porte (29%).

Tabela 15 - Quantidade de tomadores, saldo de operações, quantidade de operações e valor médio das operações por porte entre os anos de 2012 e 2018

Ano	25709⁷² Un (mil)	25710 Un (mil)	25711 R\$ (milhões)	25712 R\$ (milhões)	25713 Un (milhões)	25714 Un (milhões)	25715 R\$	25716 R\$	25834 R\$ milhões)
2012	1.437,00	1.838,60	43.627,60	166.155,40	8,1	23	5.404,30	7.227,10	235,5
2013	1.615,00	1.852,30	63.159,80	182.950,30	7,7	24,3	8.186,90	7.534,80	186,5
2014	2.057,20	1.711,60	58.797,90	194.065,40	9,8	23,7	6.017,10	8.188,90	282,9
2015	2.239,20	1.670,60	60.421,30	183.690,60	10,4	22,3	5.831,40	8.226,70	196,5
2016	2.600,00	1.644,80	52.077,80	147.377,90	10,6	20,1	4.913,30	7.333,50	218,2
2017	2.998,30	1.386,90	42.344,40	128.629,60	13,1	15,9	3.220,50	8.077,30	277,9
2018	3.242,90	1.351,00	44.496,10	128.536,70	14,5	14,4	3.073,70	8.914,70	287,4

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SGS

⁷² Os códigos abaixo e que encimam os dados da tabela 14, obedece a um código específico, que individualiza informação referente a um ano entre 2012 e 2018 (linhas)

25709 - Quantidade de tomadores de crédito pessoa jurídica por porte – microempresa

25710 - Quantidade de tomadores de crédito pessoa jurídica por porte - pequeno porte

25711 - Saldo de crédito de pessoa jurídica por porte - porte microempresa

25712 - Saldo de crédito de pessoa jurídica por porte - pequeno porte

25713 - Quantidade de operações de crédito de pessoa jurídica por porte - microempresa

25714 - Quantidade de operações de crédito de pessoa jurídica por porte - pequeno porte

25715 - Valor médio das operações de crédito de pessoa jurídica por porte – microempresa

25716 - Valor médio das operações de crédito de pessoa jurídica por porte - pequeno porte

25834 – Saldo de crédito pessoa jurídica por modalidade de crédito – microempresa - microcrédito

A quantidade de operações, entre um e outro segmento, seguiram no sentido oposto. Se por um lado as microempresas contrataram 80% a mais no período, as empresas de pequeno porte contrataram 60% a menos. Esse comportamento, com reflexo no valor médio das operações, pode indicar uma opção dos agentes financeiros de diminuição dos riscos, na medida em que “pulveriza” o número de contratações diminuindo o valor médio contratado com as microempresas. Por outro lado, a concentração no volume de operações com as empresas de pequeno porte elevou-se, uma vez que o valor médio das operações evoluiu 33%.

O Ministério da Economia publicou de 2007 a 2018, exceto os anos de 2016 e 2017, relatórios intitulados “Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – IGMPO”. Para IGMPO (2007, p.1) “O Índice do Volume de Crédito Concedido para o Microcrédito Produtivo Orientado cresceu 82,68% de 2005, quando o PNMPO foi inaugurado, para 2007, chegando ao final de 2007 com a concessão de R\$ 1.1 bilhão de reais”.

Entre outros, o relatório apresenta dados considerando, não apenas por situação jurídica, microempreendedores formais, ou que atuam na informalidade. Também estão classificados com relação ao gênero e finalidade (capital de giro, investimento fixo e misto) e setor econômico. A tabela 16 apresenta essas informações de forma condensada.

Tabela 16 - Distribuição do público do PNMPO por formalidade, gênero, utilização e setor econômico (em %)

Ano	Situação jurídica		Gênero		Destinação			Setor econômico		
	Formal	Informal	Masculino	Feminino	Capital de giro	Investimento. Fixo	Investimento. Misto	Agrícola.	Industrial	Comércio e Serviço.
2007	4,24	94,68	35,7	63,3	77,8	17,3	4,9	1,69	4,97	92,16
2008	3,63	96,37	36	64	-	-	-	0,7	2,8	96,5
2009	3,31	96,69	40,37	59,63	81,08	6,95	11,96	0,30	2,38	96,28
2010	3,34	96,66	36,11	63,89	92,2	6,93	0,87	0,22	3,03	96,21
2011	3,56	96,44	35,69	64,31	91,04	8,24	0,72	0,22	2,27	97,27
2012	5,21	94,79	37,45	62,55	91,91	7,18	0,91	0,37	3,13	89,37
2013	2,53	97,47	37,95	62,05	83,36	16,12	0,52	0,27	1,54	62,40
2014	5,76	94,24	38,69	61,31	79,67	12,95	7,38	0,34	1,79	74,89
2015 ⁷³	4,45	95,55	37,87	62,13	82,72	11,65	5,62	0,28	1,68	75,74
2018	5,00	95,00	33,00	67,00	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de IGMPO

⁷³ Dados do terceiro trimestre

As mulheres, desde o início da série, são a maioria da clientela microempreendedora das operações de microcrédito. Da mesma forma, quando considerada a situação jurídica, verifica-se que os informais são os que lançam mão, majoritariamente do crédito para capital de giro, denotando concentração desses recursos no setor terciário informal e que as atividades desenvolvidas carecem de menor inversão em capital fixo. Acrescenta-se ainda que nas cidades pequenas e médias o setor terciário configura-se como principal alternativa à geração de renda das famílias. O setor de comércio e de serviços, somados, demandaram 86,75% do volume total dos recursos.

Embora inexistam os relatórios de Informações Gerenciais dos anos de 2016 e 2017, (IGMPO, 2018, p. 19) nos revela que “o saldo das operações de microcrédito no ano de 2016 foi de 9.263 bilhões de Reais e 8.644 bilhões de Reais em 2017”.

IGMPO a partir de 2009 passou a apresentar dados considerando a distribuição do microcrédito produtivo orientado por “região” (IGBE, 1970). A tabela 17 nos apresenta a evolução da participação percentual na modalidade de crédito por região entre 2009 e 2018.

Tabela 17 - Evolução da distribuição do microcrédito pelas cinco regiões brasileiras no período de 2009 a 2018

	Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro Oeste	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2009	5.714.855	0,84	582.012.855	85,55	47.140.885	6,93	37.614.459	5,53	7.870.593	1,16
2010	5.809.510	0,73	715.742.760	89,71	25.624.500	3,21	43.228.893	5,42	7.415.594	0,93
2011	15.633.764	1,22	1.038.176.249	81,34	97.599.547	7,65	103.948.827	8,14	21.019.337	1,65
2012	69.157.532	3,00	1.468.916.286	63,69	280.383.79	12,16	406.258.153	17,62	81.579.655	3,54
2013	67.720.430	2,32	1.870.934.699	64,05	325.141.20	11,13	560.364.181	19,18	96.881.041	3,32
2014	41.608.127	1,32	2.255.933.187	71,65	322.001.02	10,23	442.407.350	14,05	86.760.784	2,76
2015	37.222.999	1,26	2.120.347.003	71,88	322.001.02	10,92	399.850.771	13,56	70.385.228	2,39
2018	51.853.005	0,50	8.933.947.170	86,25	685.383.91	6,62	632.107.556	6,10	54.440.033	0,53
MP ⁷⁴	36.840.028	1,39	2.373.251.276	76,76	263.159.40	8,60	328.222.524	11,19	53.294.033	2,03

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de IGMPO

Analisando a tabela 17, verifica-se que a região Nordeste, sempre contou com maior volume de desembolso do programa, apresentando um volume médio dos anos analisados, da ordem de R\$ 2.373 bi, seguido pelo desembolso na região Sudeste, com volume médio R\$ 328 ml. O desempenho da região deve-se “à operação do BNB, que é o maior ofertante de microcrédito produtivo orientado no país (IGMPO, 2014). Quando observados os dados de 2010 isoladamente, a região Nordeste contou com aproximadamente 90% de todo volume desembolsado no país. Já as participações médias das regiões Centro Oeste e Norte nunca

⁷⁴ Nota: MP: Valor e percentual médio

apresentaram percentual de participação expressivo, quando comparada às demais, 2,03% e 1,39% respectivamente.

Mesmo o BNB mantendo a sua posição como o maior ofertante nacional de microcrédito, tendo no período ofertado R\$ 5.76 bilhões, representando 61% da carteira total, destaca-se a execução da CEF em 2013, especialmente no último trimestre quando ofertou R\$ 1 bilhão em microcrédito produtivo orientado, volume 138% superior ao ofertado no trimestre imediatamente anterior (IGMPO, 2013, p. 9).

Tal performance foi garantida pelo “Caixa Crescer”⁷⁵, à época, uma subsidiária vinculada a CEF, responsável pela captação, orientação e acompanhamento dos clientes atendidos pelo microcrédito produtivo. Se por um lado a Caixa Econômica Federal contou com o Caixa Crescer, o Banco do Nordeste contou com o CREDAMIGO⁷⁶.

O Crediamigo volta-se a pessoas que trabalham por conta própria, geralmente empreendedores que atuam no setor informal da economia e desenvolvem atividades relacionadas à produção de bens ou artesanatos em casa, assim como em pequenas fábricas, classificadas como indústrias as marcenarias, carpintarias, padarias, produções de alimentos, entre outros. Na prestação de serviços estão salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharias e outros. Recebem destaque especial pelo volume de clientes o comércio, sendo representado pelos vendedores ambulantes em geral, mercadinhos, armarinhos, armazéns, vendedores de cosméticos e outros. (SANTOS, 2016, p. 6)

Tomando como base os quartos trimestres dos anos de 2009 a 2018 exceto, como já afirmamos anteriormente, os dos anos de 2016 e 2017, a tabela 18 espelha a distribuição do microcrédito entre os estados da região Nordeste.

⁷⁵ Programa de microcrédito produtivo orientado da Caixa Econômica Federal

⁷⁶ O microcrédito produtivo e orientado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é considerado o maior do Brasil em termos de volume de recursos emprestados e da quantidade de clientes ativos, constituindo-se em uma referência nacional e reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso. Destaque-se que o Crediamigo está em fase de expansão para ganhar uma parcela substancial do mercado de microfinanças brasileiro, mantendo sua hegemonia e liderança neste segmento. É destinado aos empreendedores dos setores formais e informais da economia e está presente em 1558 municípios da área de atuação do BNB, representando a região Nordeste, norte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo, assim como Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em novembro de 2011 apresentou quantidade superior a um milhão de clientes ativos, acompanhada por uma carteira ativa de 995 milhões de reais. (SANTOS, 2016, p.6)

Tabela 18 - Distribuição geográfica do microcrédito nos estados da região Nordeste tendo como base os quartos trimestres dos anos 2009 a 2018 (R\$ 1000)

Ano	BR	NE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2009	671.480	582.009	30.643	68.585	142.613	105.827	47.762	53.710	68.899	33.691	30.279
2010	820.583	715.740	36.842	89.926	205.249	124.221	45.435	54.269	92.903	37.878	29.017
2011	1.276.347	1.038.171	53.963	136.325	316.430	133.795	77.551	80.330	132.435	56.287	51.055
2012	2.306.297	1.468.912	77.411	232.648	432.082	178.034	112.510	105.676	165.850	86.644	78.057
2013	2.912.625	1.862.514	94.772	273.954	564.181	235.970	138.033	141.429	209.149	113.089	91.937
2014	3.148.440	2.255.659	106.745	337.698	684.597	278.664	170.403	173.823	260.087	132.950	110.692
2015	2.827.275	1.849.263	107.733	271,352	647.370	274.075	159.203	175.706	233.410	134.155	117.340
2018	10.356.731	8.932.883	433.588	1.290.010	2.918.423	1.095.048	699.156	650.852	1.028.027	513.462	304.317

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de IGMPO

A tabela 18 também auxilia numa melhor visualização da representatividade da região Nordeste e da importância da atuação do BNB, especialmente, ao relativizar com os números totais do Brasil e, na região, a expressividade dos números obtidos no estado do Ceará, onde o saldo verificado em 2018 representa aproximadamente 28% de todo volume ofertado no país e 32% na região Nordeste. O volume ofertado no estado da Bahia, segundo maior da região, não alcança 45% do volume do estado do Ceará.

Dissonante dos outros dez estados onde o INEC/BNB atua, o estado do Ceará concentra uma expressiva parcela do saldo das operações do Programa (tabela 18). Esta pesquisa buscou identificar uma explicação institucional para o fato. Sem sucesso, restaram transcritas nos apêndices “C” e “D” as impressões dos entrevistados. Vale ressaltar que foi apontado na realização das entrevistas, que no primeiro semestre de 2020, o INEC/BNB do rio Grande do Norte obteve resultados mais expressivos que os do estado vizinho.

Vale a pena destacar a participação do Banco do Nordeste (BNB), através do Crediamigo, que ratificam a posição da região Nordeste na linha de crédito. “O Banco manteve, também, sua posição de destaque no segmento do microcrédito ao financiar, por meio do Crediamigo, programa de microcrédito urbano, R\$ 8.95 bilhões, em um total de 4,24 milhões de operações”. (BNB,2018, p. 3)

Ainda sobre a atuação dos bancos públicos no âmbito do PNMPO, a tabela 19 nos traz dados consolidados em 2018 da participação por constituição jurídica.

Tabela 19 - Saldo total e demonstrativo da participação das instituições (2018)

Instituições	Nº de contratos (Um)	Carteira ativa (R\$ 1)	(Valor Médio R\$ 1)
Agência de Fomento	98.488	83.770.546	850
Bancos Comerciais	6.740	23.249.884	3.499
Bancos Públicos	4.455.721	9.425.780.654	2.115
Cooperativas	94.707	369.581.951	3.902
OSCIPs	84.205	454.157.407	5.393
SCMEPP	68	191.255	2.812
TOTAL	4.739.929	10.356.731.697	2.184

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do IGMPO (2018)

Como fica demonstrado na tabela 19, o número de operações de microcrédito “em ser” contratadas pelos bancos públicos, bem como o volume de recursos aplicados, é em muitas vezes superior aos contratos das outras instituições, o que evidencia a decisão política na condução de programas de microfinanças, supomos que pesa como um dos motivos, a maior capilaridade das suas redes de atendimento comparadas com as demais instituições. Não se pode aqui, do mesmo modo, negar a afirmação contida em Kraychete (2005) que pontua: “A constituição de um mercado de microfinanças não se torna uma realidade como consequência de leis emanadas do mercado e manipuladas por alguma mão invisível. Como qualquer outro

mercado, o das microfinanças é um espaço social e politicamente construído. (KRAYCHETE, 2005, p. 205)

Voltando-se um pouco mais para o papel do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB) no PNMPO, encontramos dados da operacionalização do programa a partir de 2012. Esses dados estão expressos na tabela 20, que em 2012 consolidam os saldos desde 2005.

Tabela 20 - Saldo das carteiras de microcrédito dos bancos públicos entre os anos de 2012 e 2018 em R\$1000

Ano	BASA	BNB	CEF	BB
2012	32.212	4.320.193	310.142	763.040
2013	62.835	5.760.056	1.923.949	1.323.225
2014	68.854	7.124.844	1.147.855	2.182.134
2015	57.939	5.912.485	719.868	937.774
2016	79.500	8.188.640	390.000	560.000
2017	85.990	8.289.840	-	305.200
2018	29.881	8.953.728	55.787	319.937

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do IGMPO, BASA, BNB, CEF e BB

Do mesmo modo que a tabela 19 evidenciou a importância dos bancos públicos na operacionalização do PNMPO, a tabela 20 clarifica a importância dos bancos públicos, especialmente do BNB que se destaca entre todas as instituições habilitadas a operar o programa. O volume de microcrédito concentrado no Banco do Nordeste do Brasil, indica que para efeito da continuidade deste trabalho, a partir deste ponto, focaremos nessa instituição.

No decorrer deste capítulo buscou-se evidenciar a importância do PNMPO no cenário do mercado de crédito nacional. Torna-se inquestionável o seu papel como fomentador da economia, na produção e reprodução do espaço e financeirização do território. Afinal, segundo a tabela 18, são praticamente R\$ 9.0 trilhões investidos a dinamizar os setores produtivos, mesmo que se considere desvio de destinação.

Nos últimos 20 anos os avanços tecnológicos e mudanças moderna têm determinado a reestruturação de sistemas bancários, seus produtos e serviços, além promover novas formas de se “fazer negócio”. A inclusão financeira é aqui entendida como estratégia de ampliação da base de clientes das instituições financeiras e não como tão somente como a possibilidade de levar serviços financeiros a pessoas ainda não bancarizadas. Tomemos por exemplo a inclusão dos beneficiados pelo Programas Bolsa Família. Neris (2014, p.737) apresenta dados de pesquisa realizada pelo IPEA (2014):

Cinquenta e oito por cento dos entrevistados possuíam conta em alguma instituição financeira; Dois dados chamaram a atenção: o percentual elevado de entrevistados que abriram novas contas nos últimos três anos, 12,71%, e, no outro extremo, os 28,60% que nunca tiveram uma conta. Os dados revelam que 20,16% dos

entrevistados são beneficiários do Bolsa Família. Dentre eles, 49,22% têm uma conta financeira, resultado abaixo do observado entre os não beneficiários do Programa (60,27%). Esse era um resultado esperado, tendo em vista que o Programa tem foco nos mais pobres, que tendem a ser mais afetados pela exclusão financeira do que as demais faixas de renda. No entanto, quando olhamos para o percentual de beneficiários que têm conta há menos de três anos, ele é maior do que para os não beneficiários (14,84% para os beneficiários e 12,12% para os não beneficiários), o que dá indícios de que a inclusão financeira parece ter sido mais forte entre os mais pobres no período recente. Por outro lado, o percentual de quem já teve conta, mas no momento não está incluído, é maior para os não beneficiários do Programa, novamente apontando para o possível papel do Bolsa Família tanto na inclusão social quanto na financeira. Percebeu-se a predominância do atendimento em casas lotéricas em relação a outras modalidades, especialmente para os beneficiários do Bolsa Família. Os correspondentes bancários, tendo como principal exemplo os da Caixa Econômica Federal (que é o agente operador do Programa Bolsa Família), são muito importantes para a inclusão financeira no país, especialmente entre os grupos mais vulneráveis da população. (NERIS (2014, p.737)

Evidencia-se mais uma vez o papel do governo, através de programas institucionais no processo de inclusão financeira das populações criando novas territorialidades. No caso específico deste trabalho, a unicidade da técnica e do tempo a que se refere Santos (1992), estão expressas no acesso dos beneficiados do programa aos serviços bancários, objetivamente ao acesso ao atendimento de suas necessidades de forma não presencial.

O trabalho identificou ausência de informações já sistematizadas acerca da inclusão financeira promovida com o acesso ao PNMPO nas microrregiões de Mossoró e de Apodi, indicando a necessidade de levantamento de dados primários, que se apresentou prejudicado, até o momento, ante as medidas de isolamento social determinadas pela pandemia de COVID19. Tais restrições, aliadas às dimensões das microrregiões, inviabilizaram parcialmente o levantamento desses dados.

Assim, com relação a “unicidade da técnica e do tempo” (SANTOS, 1996) para os beneficiados do PNMPO nas microrregiões da Chapada do Apodi e Mossoró no Oeste Potiguar, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com base no roteiro, que segue juntado a este trabalho (apêndice a). As entrevistas, realizadas com os Coordenadores do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), vinculados às agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), nos municípios de Apodi e Mossoró, foram transcritas na íntegra (apêndice c) e (apêndice d).

Os beneficiados/tomadores foram contactados por telefone para responder a um questionário pré-elaborado (apêndice b) com base nas pesquisas de Neri (2008). O questionário, além de dados pessoais do tomador, também buscou identificar o perfil etário (idade e tempo de atividade) como fito de traçar o perfil desses tomadores e identificar a “longevidade do negócio”; o gênero (no caso de pessoas físicas), importante para se identificar a participação do homem e da mulher na composição da carteira; se reside ou se a sede do negócio se encontra em imóvel próprio, alugado, de familiar ou outro, objetivando ter um perfil dos custos com os

negócios; a atividade explorada; destinação do crédito; mercado fornecedor dos principais insumos e bens de produção; mercado consumidor, se local, regional ou nacional.

Cordeiro (1986) apontava que as Reformas Gerais do Sistema Monetário-Creditício (1964) e a Financeira (1965) “criaram novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento dos vários tipos de créditos para atender a expansão dos novos setores industriais, reproduzindo uma estrutura financeira nos moldes dos países avançados”.

Bader e Savoia (2013, p. 208), estudando a logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira, consideram a inclusão financeira como uma oportunidade de negócios que pode “levar serviços financeiros a pessoas até então excluídas do sistema bancário apontando que as expectativas da sociedade moderna e o avanço tecnológico têm direcionado os modelos de negócios, portfólio de serviços e produtos oferecidos”. Em suas palavras demonstravam a visão dos bancos privados sobre o PNMPO.

4.2 O que nos revelam as entrevistas com os representantes das unidades do INEC/BNB em Mossoró e Apodi?

O trabalho optou pela realização de pesquisa semiestruturada. Sobre o uso de entrevistas nas pesquisas qualitativas, especialmente as semiestruturadas, Duarte (2004, p. 215) diz que elas “são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Para Leonardo e Brito (2001), a garantia de confiabilidade das pesquisas passa, necessariamente, pela explicitação das relações existentes entre os procedimentos adotados na coleta de material empírico, a literatura científica, o objeto de pesquisa e os resultados obtidos a partir dessas relações (LEONARDOS, BRITO, 2001).

A opção pela realização de entrevista semiestruturada deu-se em razão da possibilidade de se levantar dados primários – esses não disponíveis de forma sistematizada – sobre o trabalho desenvolvido pelo INEC/BNB através dos seus escritórios nos municípios de Mossoró e Apodi, no Rio Grande do Norte.

Os entrevistados foram selecionados por terem, ante a função exercida, capacitação para oferecer à pesquisa dados e considerações relevantes e entrevistou a totalidade dos coordenadores das unidades do instituto no recorte pesquisado. Os representantes da instituição

foram originalmente contactados por telefone, quando foram apresentadas as características gerais do trabalho.

Ato contínuo, encaminhou-se mensagens, via correio eletrônico, detalhando os dados que seriam solicitados no decorrer das entrevistas, essas realizadas nas sedes das unidades em Apodi e Mossoró nos dias 8 de janeiro de 2021 e 26 de janeiro do mesmo ano, respectivamente. O roteiro foi elaborado e submetido à orientação da pesquisa e, só após as considerações apontadas, foram aplicadas e transcritas (apêndice C) e (apêndice D).

Das entrevistas (apêndice C e D) destacamos que os entrevistados, antes do exercício da coordenação das unidades, experimentaram a realização das funções inerentes às atividades dos agentes de microcrédito em suas respectivas unidades, o que, a princípio, confere a ambos autoridade para discorrer sobre as atividades negociais desenvolvidas pelas unidades.

Durante a realização das entrevistas, buscamos identificar a maneira utilizada pelo Instituto para prospectar novos cliente e assim ampliar a base de crédito. Para os entrevistados o maior meio de divulgação do Programa é o “boca a boca. As campanhas de divulgação com vistas a ampliação da base clientes, nas duas unidades, também contam com a realização de mutirões, num trabalho porta a porta e que, não raro, conta com o apoio institucional das Prefeituras Municipais e de agentes de saúde.

O instituto, segundo apurado, emprega força de trabalho com foco na atividade fim, negocial. A unidade de Mossoró, por exemplo, conta com 20 (vinte) agentes de crédito. Na unidade de Apodi são nove. Esses funcionários atendem às demandas, não só dos municípios onde as unidades estão localizadas. A unidade de Mossoró, que conta com um “posto de atendimento avançado” no Município de Areia Branca, atua, além de nesses dois municípios, em Governador Dix-sept Rosado, Upanema, Baraúna, Grossos, Tibau Serra do Mel. Dos municípios elencados, Upanema, embora sob a influência de Mossoró (REGIC, 2018), está localizado na microrregião do Médio Oeste Potiguar. Já a unidade de Apodi, que em no Município de Caraúbas, também conta com um “posto de atendimento”, atua ainda nos municípios de Felipe Guerra, Itaú e Severiano Melo.

Com relação aos números de clientes e dos saldos das carteiras de crédito das unidades, apuramos que a unidade de Mossoró, impulsionada pela economia do município, apresenta números mais robustos que os da unidade de Apodi. (Tabela 21)

Tabela 21 - Quantidade de operações e de clientes, volume de crédito nas unidades Mossoró e Apodi do INEC/BNB

Unidade	Quantidade operações Un	Quantidade de clientes Un	Meta 2021 de clientes Un	Saldo das operações R\$1,00	Mata de Saldo 2021 R\$1,00
Mossoró	36.000	13.000	21.000	47.000.000	83.000.000
Apodi	-	6.900	9.000	20.000.000	27.000.000

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de Souza (2021) e Câmara Neris (2021).

Os dados da tabela 21 demonstram o vigor da economia de Mossoró espelhado, especialmente no volume de crédito e quantidade de clientes, tanto realizado, quanto orçado para este ano. Considerando o mês de janeiro de 2021, o volume de crédito a ser alcançado pela unidade de Apodi, representa um acréscimo de 35,0%. Já o acréscimo em Mossoró é de 76,5% e quando considerado o número de clientes o acréscimo em Apodi é de 30,0%, em Mossoró de 61,5%.

As operações contratadas pelas unidades são majoritariamente para capital de giro e investimento fixo destinado a aquisição de bem de produção que, não necessariamente, precisa ser dedicado 100% à atividade fim. Diferente do que ocorre com outras linhas de crédito, especialmente para investimento fixo, disponíveis no mercado, as contratações não são precedidas de um projeto ou plano de negócios. Entretanto, o agente de crédito, diante das informações prestadas pelo beneficiado/tomador, elabora uma proposta de crédito já indicando “limite pré-aprovado” (CAMARA NERI, 2021), mas que só se consolida após aprovação comitê de crédito da unidade.

O Banco Central do Brasil, através do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) divulga mensalmente a taxa média dos juros bancários praticadas no país. O Crediamigo opera com quatro taxas de juros, também mensais: a destinada ao crédito contratado em grupo que é de 2,2%, as operações individuais para capital de giro ou capital fixo que é de 2,4%, a taxa do Crediamigo Mais que é de 1,9% e, por fim para crédito comunidade, taxa de 0,90%.

O mercado de crédito opera, basicamente, com dois tipos de garantias, além dos seguros garantia: as garantias reais, que podem ser representadas por hipotecas, penhor e recursos líquidos internalizados nas instituições – apenas para citar -, e as garantias fidejussórias, aquelas prestadas por pessoas, aval e fiança. As operações do Crediamigo admitem apenas garantias pessoais, fidejussórias.

Neri (2008) apresenta pesquisa onde os dados ressaltam a participação das mulheres na titularidade das operações de microcrédito. Dados da unidade de Apodi confirmam a informação: da carteira de 6.900 cliente aqui na unidade, 4.500 são mulheres e 2.400 são homens. A pesquisa investigou se há uma política institucional do INEC/BNB que privilegia

esse público. Ante a negativa os entrevistados apontaram que as mulheres se apresentam como mais empreendedoras na busca pela sua independência, já os homens buscam renda num emprego fixo. Também acenaram para a possibilidade de, como a maior parte das operações serem fruto de prospecção nas comunidades e os homens “saírem para trabalhar o negócio finda sendo feito com a mulher” (Souza, 2021).

A pesquisa também buscou identificar o grau de instrução dos beneficiados/tomadores. Ele é caracterizado pela participação majoritária de pessoas que cursaram até o ensino fundamental, os mais jovens nas maiores cidades (Mossoró e Apodi) são mais escolarizados, com nível médio e, em minoria nível superior.

Sendo o Crediamigo voltado para a população urbana, as atividades agrícolas não são contempladas pela linha de crédito. A pesquisa apurou que em sua maioria as atividades que mais demandam o crédito nas unidades pesquisadas, são as relacionadas ao comércio, serviços e, por fim e menos expressiva, as atividades da indústria. Com relação ao faturamento, em média se encontram na faixa dor R\$ 14 mil no ano.

Com relação à inclusão financeira, pesquisa investigou se, além do crédito, o INEC/BNB agrega algum outro produto ou serviços bancários aos beneficiados/tomadores como meios de pagamento e recebimento, por exemplo. Apuramos que aos tomadores é aberta uma conta corrente (sem cobrança de tarifa) que pode ser movimentada através do aplicativo do BNB e por cartão de débito. Durante um período, em parceria com uma terceira instituição, o instituto oferecia maquinas de cartão de crédito, mas atualmente essa parceria está suspensa.

Com relação a utilização da conta corrente vinculada à operação, a pesquisa quis saber se as parcelas das operações eram debitadas automaticamente nas contas. Foi apurado que, mesmo que o beneficiado tomador conte com saldo em conta suficiente para a liquidação de parcela, o serviço de “débito automático em conta” não é utilizado pela instituição. As parcelas são liquidadas através de boletos bancários, que compõem um carnê, “entregue ao cliente no ato da contratação” (Souza, 2021).

Os clientes do Crediamigo, pelo que foi apurado nas entrevistas, mostram-se fidelizados ao Programa, mais que 90% deles renovam os seus empréstimos, mesmo que com valores inferiores, eventualmente.

A pesquisa buscou informações com relação a qualidade do crédito, entendida como a taxa de adimplimento das operações. A taxa média da inadimplência de todas as operações bancárias no país, verificada em janeiro de 2021 foi de 1,86% (SCR/BCB, 2021). As taxas de inadimplência das operações de microcrédito em Apodi verificada em 8 de janeiro de 2021 era de 1,75%, já em Mossoró 2,45%, em 26 de janeiro do mesmo ano. Para os entrevistados o

principal fator que leva as operações de microcrédito a situação de inadimplência é o desvio de finalidade dos recursos. Não se desconsidera, segundo ainda os entrevistados, os erros de avaliação dos agentes de microcrédito quando da elaboração da proposta.

As operações de crédito contratadas pelo INEC/BNB estão limitadas a R\$ 21 mil. As demandas a partir desse valor, não podem ser atendidas pelo microcrédito e os clientes são orientados a buscarem relacionamento com instituição bancária.

4.3 O que nos revelam os contatos realizados com os beneficiados/tomadores de empréstimo no Crediamigo?

Como já relatado, a pesquisa foi prejudicada no momento em que necessitou ir ao campo. Primeiro ocorreram adiamentos da realização das entrevistas com os representantes do INEC/BNB e, mais tarde, quando da realização de entrevistas semiestruturadas com os beneficiados/tomadores do programa. Mesmo assim, e sem que se possa falar em levantamento estatístico, a pesquisa conseguiu contactar alguns poucos tomadores. Uma síntese desses contatos, em sua maioria realizados através de telefone, é apresentado adiante. Salientamos que para preservar as pessoas fizemos uso de pseudônimos para apresentar a síntese de alguns desses diálogos abaixo:

Maria, 48 anos, é do município de Areia Branca, vende água mineral.

“O ganho por garrafão é muito pouco, mas o giro é grande. Desde que comecei a pagar o “imposto” (contribui como MEI) que sou cliente desse banco. O valor é muito pequeno, mas não demora a sair, ajuda... comprei mais vasilhames e com o dinheiro das vendas já comprei outra moto para entrega, a outra estava velha e quebrava muito”. Comecei com 10 garrafões, hoje tenho 120. Pego o dinheiro desde 2017... é pagando e pegando outro” (MARIA)

Já Caçula, 38 anos, fabrica pré-moldados em cimento na garagem da casa dos avós (figura 10), ofício que aprendeu com um tio. Toma empréstimo há 4 anos para capital de giro, fatura R\$ 4.000 a R\$ 5.000 por mês fabricando vigas, pergolados, trilhos e jarros. O cimento, sua principal matéria prima, adquire nas lojas de material de construção da cidade, outros minerais (areia e brita) adquire de caçambeiros que pegam nas pedreiras ou vão extrair do rio Apodi Mossoró. Ele nos fala:

Com o início da “doença” (referindo-se à COVID19) teve aumento no cimento, a saca saiu de R\$ 22 para R\$ 29 da noite para o dia. “Com o dinheiro da “doença” (auxílio emergencial) as pessoas estão reformando as casas, fazendo um puxado... no Crediamigo me ofereceram R\$ 7.000, peguei na hora... é bom demais comprei material (brita e areia) e já paguei duas de cada... foi ligeiro, já “misturei” tudo e vendi. Agora tá diminuindo mais, mas se puder, pego mais empréstimo, estou precisando fazer mais formas”. (CAÇULA)

As vendas de Caçula são em sua maioria no varejo e à vista, exceto quando recebe encomendas de construtores locais.

Fotografia 1- Fachada de fábrica de pré-moldados em Apodi-RN



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020)

Nicole, 63 anos, é doceira em Felipe Guerra. Tem três filhos, todos adultos. Faz doces desde que saiu do “sítio e veio morar na rua”. Criou os filhos vendendo doces “e tudo que desse para ganhar algum dinheiro”, diz ela.

[...] Criar os filhos sem o pai é difícil. “Naquele tempo (referindo-se um período de 30 a 35 anos) pegava caju no sítio de (nome de um parente) e comprava açúcar no mercadinho. Fazia fogo no chão – o gás é muito caro, né? – criei todinhos e ainda ajudo um parente ou outro. Formei duas filhas e um tem seu próprio negócio. Quando veio esse empréstimo, saí da “caderneta” e compro os fardos de açúcar. O leite pago toda semana. O menino do empréstimo (agente de crédito) vem aqui, dá dica. Estou tirando os papéis para poder botar os produtos para vender”. (NICOLE)

Os papéis a que se refere, é a documentação que permitirá a comercialização como artesã, possibilitando que os produtos sejam vendidos em lojas sem passar pela burocracia dos órgãos de fiscalização tributária e da vigilância sanitária.

João Pedro, 35 anos, vende acessórios para celular nas ruas do Centro de Mossoró.

Chego a faturar perto de R\$ 3.000 por mês, mas a sobra é muito pouca, só dá mesmo para o aluguel e a feira. Tem semana que o apurado não dá para nada. O Crediamigo me ajudou muito, o juro é baixo... antes, ficava na mão dos “bolivianos” (agiotas de língua hispânica), hoje pago pouco juro e toda vida que termina um empréstimo já faço outro, o valor é baixo, mas ajuda”. (JOÃO PEDRO)

Isabela, 32 anos, cabeleireira, mora e tem seu “comércio” em uma casa alugada no bairro Bom Pastor, em Mossoró. Para ela o Programa foi uma “oportunidade de crescer o negócio, pois além de poder comprar produtos mais baratos, pode comprar no “atacado”. Além do serviço de cabeleireira, Isabela comercializa produtos de beleza e higiene pessoal. Mãe de 3 (três filhos), fatura entre R\$ 1.600 e R\$ 2.000 por mês e, segundo ela, “[...] o lucro é de R\$ 1.000, R\$ 1.200 por mês. Com o dinheiro que sobra, ajudo no alimento e nas roupas da casa” (ISABELA).

Todos os municípios das microrregiões atendidos por telefonia móvel, o que auxilia no processo de comercialização dos produtos, quer seja utilizando o aplicativo WhatsApp para comunicação, quer no recebimento pela comercialização dos produtos por cartão de crédito/débito.

Ressaltando mais uma vez que os dados apresentados, fruto de contatos com os tomadores/beneficiados, não podem ser considerados sob ponto de vista estatístico. Eles foram colhidos a partir do roteiro da entrevista semiestruturada que seriam realizadas, adaptado e utilizado como questionário. Foi possível realizar a aplicação de 30 questionários, distribuídos pelos municípios das microrregiões nas quantidades descritas no quadro 2. Tal distribuição, insiste-se, não obedeceu a qualquer técnica estatística, uma vez que não nos foi possível identificar o número de contratações por município no período estudado. Por tratar-se da microrregião com maior população, nos foi possível aplicar o questionário em 24 (vinte e quatro) beneficiados/tomadores da microrregião de Mossoró. Nos municípios da Chapada do Apodi os 06 (seis) questionários restantes.

Quadro 2 - Distribuição dos questionários por municípios das microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi

Microrregião	Quantidade	Municípios	Quantidade
Mossoró	24	Mossoró	19
		Baraúna	1
		Areia Branca	1
		Serra do Mel	1
		Tibau	1
		Grossos	1
Chapada do Apodi	6	Apodi	3
		Caraúbas	1
		Felipe Guerra	1
		Gov. Dix-sept Rosado	1

Fonte: Elaborado com dados do autor

O quadro 3 apresenta a consolidação dos dados levantados com a aplicação dos questionários. Tais questionários foram começaram a ser aplicados em setembro de 2020, atividade que se estendeu até março de 2021.

Quadro 3 - Dados consolidadas dos questionários aplicados aos beneficiados/tomadores do PNMPO nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi

Idade/tempo de atividade	Com relação a idade, os beneficiados/ tomadores (pessoas físicas), os questionários apontaram que 21 (75%) tinham até 50 anos de idade; 5 deles entre 50 e 60 anos e dois mais que 60 anos. Das pessoas jurídicas, duas contavam com menos que 5 anos de atividade.
Gênero	Com relação ao gênero, 22 do gênero feminino e 6 do masculino
Residência/Sede	Das pessoas físicas, 16 residem em imóvel alugado, 4 em imóvel próprio, 06 em imóvel de familiares, 2 declararam outros. A sede das pessoas jurídicas, em imóveis dos titulares (próprios ou alugados)
Dependentes	Dos beneficiados/tomadores, 23 declaram ter dependentes financeiros
Setor Econômico	Das pessoas físicas, 08 são pequenos comerciantes (seis deles de alimentos), 16 são prestadores de serviços (9 de serviços pessoais), 4 na indústria (desses, 3 são dedicados ao ramo de confecções). Das pessoas jurídicas, as duas são pequenas oficinas que fazem reparos em veículos automotores
Situação jurídica	Das pessoas jurídicas (duas), ambas são microempreendedores individuais (MEI). Os demais beneficiados/tomadores ainda atuam na informalidade
Faturamento anual	São 26 os beneficiados/tomadores que se concentram na faixa de faturamento entre R\$12.000 e R\$25.000, 01 não soube declarar e outro (uma pessoa jurídica) fatura mais que R\$25.000
Instituição financeira	O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atende a totalidade das pessoas físicas (28), ao Banco do Brasil coube o atendimento das pessoas jurídicas (2)
Destinação	O capital de giro representa a maior quantidade de beneficiados/tomadores (24), misto 3 e investimento 1.
Volume	Em todas modalidades de destinação, os valores das operações são majoritariamente num valor inferior a R\$5.000 (25) apenas 3 (uma pessoa jurídica e duas pessoas físicas) contam com operação superior a esse valor
Garantias	As garantias são pessoais, 18 delas com aval solidário, as demais com garantia fidejussória individual
Uso do crédito	Utilizando-se do programa pela primeira vez, identificamos 5 pessoas, 17 renovam constantemente as operações e seis declararam fazer uso eventual.
Bancarização até a adesão ao programa	As pessoas jurídicas não eram bancarizadas até aderirem ao programa e ingressaram no sistema bancário através da instituição com quem opera o PNMPO. Entre as pessoas físicas 15 já eram atendidas em outras instituições (especialmente para recebimento de algum benefício social)
Tempo de atividade (PF)	A maioria encontra-se em atividade entre 2 e 4 anos (18), entre 4 e 6 anos, cinco, na atividade há mais que seis anos (1) e a menos que dois anos, quatro.
Uso de cartão de débito/crédito antes da adesão ao PNMPO	Apenas os 5 entre os beneficiados por programas sociais informaram ter acesso a cartão de débito
Acesso remoto	Apenas uma das pessoas jurídicas declarou utilizar fazer acesso remoto (utiliza computador)
Produto de seguridade	Apenas uma pessoa jurídica declarou utilizar-se de seguro (patrimonial)

Dificuldade para acesso ao crédito	Mesmo com a possibilidade do aval solidário, dos 5 dos 8 beneficiados/tomadores que declararam dificuldade para acesso ao PNMPO, apontaram como empecilho a necessidade de garantia, três apontaram algum tipo de inadimplência
Matéria prima e venda	Majoritariamente as matérias primas são adquiridas no próprio município ou cidade da mesma região (quando da aplicação do questionário, Mossoró se configura como o maior fornecedor de matéria prima) e a comercialização dos produtos e serviços, é realizada no próprio município
Meio de recebimento	As vendas em sua maioria são à vista ou na “caderneta”. Dos que se utilizam de “máquina de cartão”, nenhum dos 13 beneficiados/tomadores que oferecem essa opção ao cliente utilizam-se das “maquinetas” das instituições onde contrataram o microcrédito para realizarem suas vendas. A venda “na caderneta” ainda é utilizada por 4 beneficiados tomadores
Pagamentos de boletos, água, luz etc	Dos trinta questionários aplicados, apenas 12 declararam pagar boletos, água luz, etc. Desses, apenas 1 faz uso do acesso remoto à instituição financeira para efetuar o pagamento dos seus compromissos, os demais fazem uso de correspondentes bancários

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

O quadro 3 é a síntese do questionário aplicado com os beneficiados/tomadores do Crediamigo nas duas microrregiões. Por mais que esteja sendo repetitivo, ressaltamos mais uma vez que os dados não podem ser considerados à luz da estatística, motivo que nos leva a concluir que a análise dos dados apresentados não se faz necessários, pois eles, estão sendo apresentados, apenas para que se tenha alguma compreensão do programa na percepção dos beneficiados/tomadores e, como demonstração dos rumos que o trabalho tomaria, não fosse, em dois momentos, o recrudescimento da pandemia de COVID-19. Num cenário de pandemia, as instituições brasileiras vêm adotando medidas para minimizar os seus efeitos na população dos seus nacionais e estrangeiros. Tais iniciativas estão fincadas, na Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública e, especialmente, na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, regulamentada pela Portaria 356, de 11 de março de 2020.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Decreto Nº 29.524 DE 17/03/2020, que dispõe sobre medidas temporárias para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública, provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19), também consagrou medidas com fito na proteção da vida e contenção da pandemia. No mesmo sentido a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, editou a Portaria 346/2020-GP/FUERN, suspendeu as atividades presenciais de ensino, pesquisa, e extensão em todos os seus campi, tudo com fulcro nas medidas de isolamento/distanciamento social preconizadas pela Organização Mundial de Saúde.

As características das atividades para progresso do trabalho (visitas aos beneficiados, às agências bancárias que operacionalizam o programa, deslocamento entre municípios da região), afrontam as recomendações de distanciamento social consagradas pela Organização Mundial de Saúde.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho se desenvolveu com o objetivo de compreender em que medida o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) influencia a criação de novas territorialidades nas microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi; identificar como as variáveis consideradas pelos bancos na composição de suas carteiras de microcrédito se apresentam na configuração do território; e, por fim, pesquisar, na visão dos beneficiados/tomadores, as alterações promovidas pelo PNMPO no território enquanto política pública de desenvolvimento.

Iniciou-se por justificar o recorte espacial e temporal, fazendo uma breve caracterização desse espaço e ressaltando que a pesquisa se amparou na ciência geográfica, submetendo, assim, o crédito aos processos das relações espaciais sob o olhar da Geografia Econômica, que, num contexto da Ciência Econômica, é caracterizada por Claval (2005), por “explora a influência da cultura no domínio do consumo, além de estudar os circuitos econômicos, onde as decisões dos agentes da economia sempre têm dimensões espaciais”. Também por apresentar a relevância do tema, especialmente com fito nos ensinamentos de Santos (1996), Silveira (2006, 2007, 2011), Santos e Silveira (2001, 2003) e Contel (2011, 2016 e 2017). Adiante descreveu os procedimentos metodológicos para que os objetivos.

Na segunda sessão discutiu o papel dos bancos em relação ao crédito, espelhado na capacidade dessas instituições de emitir moeda além de, especialmente, apresentar a evolução do mercado de crédito no Brasil, abordando medidas da política macroeconômica a partir de 2003, contemplando os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), o primeiro e segundo governo de Dilma Vana Rousseff (2011 – agosto 2015), interrompido em razão do impedimento imposto pelo Congresso Nacional, além do governo Michel Miguel Elias Temer Lulia, que se estendeu até dezembro de 2018.

A terceira sessão, levou à compreensão da recente “financeirização do território” brasileiro, ao promover levantamento de dados que demonstram a distribuição espacial do crédito e da instalação das agências bancárias e, especificamente, quando tratou da distribuição geográfica do crédito no Rio Grande do Norte e investigou as alterações promovidas nas

Microrregiões de Mossoró e Chapada do Apodi, demonstrando a centralidade e a área de influência da cidade de Mossoró (REGIC, 2018).

O quarto, e penúltimo tópico, discutiu a territorialização financeira da população nos municípios das microrregiões, como forma de testar as hipóteses do trabalho - a de que a distribuição espacial do crédito nas microrregiões sofre influência da centralidade da cidade de Mossoró, que no pensamento econômico, espelha a “preferência pela liquidez”; e, de que as instituições financeiras utilizam-se da oferta de crédito para levarem a população a consumir maciçamente outros produtos e serviços financeiros.

No decorrer do trabalho restou evidente a interdependência entre oferta e demanda de crédito, além de demonstrada a financeirização do território brasileiro através da ampliação da base das carteiras de crédito dos bancos comerciais e múltiplos, bem como da Caixa Econômica Federal, que segue a lógica da preferência pela liquidez, derivada do pensamento econômico. A dinâmica econômica da cidade de Mossoró, até por já estar inserida num contexto do comércio internacional (salicultura, fruticultura irrigada, etc.) é distinta da dinâmica verificada nas demais cidades. Mossoró, como tratado neste trabalho, exerce influência em toda região estudada, tal distinção espelhada na preferência pelos bancos, públicos e privados, de se instalarem e manterem agências naquela cidade. Observa-se que além da cidade de Mossoró, apenas a de Apodi conta com uma agência física de banco privado nas microrregiões. Nas palavras de Silveira (2011, p. 6) apresenta “uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas”.

Depreende-se que o PNMPO é fator de bancarização da população e oportuniza a “alavancagem dos negócios”, notadamente pela falsa percepção que tem a população da cobrança de juros baixos, e o acompanhamento dos negócios por parte da instituição. Apenas uma instituição financeira concentra praticamente toda carteira de PNMPO nas microrregiões. Essa instituição, segundo Neri (2008) recebia em média R\$ 50 de margem de contribuição por anos de cada beneficiado. O baixo valor da margem de contribuição para os padrões cobrados no mercado, justificaria a maciça quantidade de operações contratadas pela instituição que se obriga a ampliar a sua base de clientes.

A análise do papel do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, através do INEC/BNB, demonstra-se inconcluso, ante a impossibilidade, em decorrência da pandemia de COVID-19, de perscrutar questões como, o “mito” de que as taxas de juros das operações para capital de giro e capital fixo, são praticados abaixo dos preços do mercado. Desmistificada a variável das taxas de juros, por hipótese apresentam-se as seguintes variáveis para a exitosa experiência, na perspectiva da instituição: a) o acompanhamento realizado pelos agentes de

crédito; b) o curto espaço de tempo entre a apresentação da proposta e a liberação dos recursos; c) a desburocratização na concessão do crédito; e d) a dedicação, exclusiva, do INEC/BNB à captação de clientes visando a ampliação da carteira de créditos da entidade e posterior fidelização do cliente ao BNB.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana et al. **As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. 2011. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6889>. Acesso em 06 jan. 2021
- AGLIETTA, Michel; BRENDER, A. A globalização financeira. **A economia mundial 2000**, p. 52-67, 1999.
- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu S.; SILVA LIMA, Vitória TL. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da reeleição ao processo de impeachment. **Revista Encontros**, v. 14, n. 26, p. 102-113, 2016. Disponível em <http://cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/747>. Acesso em 20 jun. 2020
- ALVES, G. A. P. **Crise do Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: Elementos de Análise de Conjuntura do Capitalismo Brasileiro**. In: CORSI, F. L.
- AMBRÓZIO, Lucas; GONZALEZ, Lauro. O Programa Minha Casa Minha Vida e as Tecnologias de Microcrédito: Contribuições para uma Agenda de Pesquisa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 120-135, 2019. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6157>. Acessado em 03 mai 2020
- ARAÚJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. 2011. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1620/1/td_1604.pdf. Acessado em 15 mai 2020
- ARAÚJO, V. L. **Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010**. Brasília: IPEA, 2012. 34p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1717.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 200-226, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742016000300200&script=sci_arttext. Acesso em 13 abr. 2021
- ARRUDA BOECHAT, Cássio; TEIXEIRA PITTA, Fábio; DE ALMEIDA TOLEDO, Carlos. "Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Estatísticas**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://anfavea.com.br/estatisticas-copiar>. Acesso em 12 mar. 2020.
- BADER, Marcos; SAVOIA, José Roberto Ferreira. Logística da distribuição bancária: tendências, oportunidades e fatores para inclusão financeira. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 208-215, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural até 2012.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acessado em 12 mar. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caixa Econômica Federal e outras caixas.** 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/caixas.asp?idpai=SFNCOMP&frame=1>. Acesso em 10 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimo consignado:** característica, acesso e uso. Brasília: BCB, 2018. 118p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relcidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística Bancária Mensal por município.** 2020. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística monetária e de crédito.** 2020. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/docs_estatisticasmonetariascredito/glossariocredito.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é banco (instituição financeira).** 2019. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da economia bancária 2017.** Brasília: BCB, 2018. 127p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2017.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da economia bancária e crédito 2018.** Brasília: BCB, 2019. 215p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária 2006.** Brasília: BCB, v. 42, 2007. 151p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006p.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária e crédito 2013.** Brasília: BCB, 2014. 121p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2011.** Brasília: 2012.151p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/RELECON11-REBC_2011.pdf. Acesso em 21 mar. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira (RIF)**. Brasília: BCB, n.1, 2010. 128p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira (RIF)**. Brasília: BCB, v. 3, 2015. 167p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994**. Brasília: BCB, 1994. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_O.pdf. Acesso em 02 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Vários anos. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, v. 40, 2004. 227p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004p.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília: BCB, v. 43, 2007. 198p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/histbole/Bol200703p.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília; BCB. v. 46, 2010. 236p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília: Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, v. 44, n. 12, 2008. 221p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/histbole/Bol200812p.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estudos especiais do Banco Central, ed. 64. 2019 **Concorrência bancária e custo do crédito**. Disponível em https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE064_Concorrencia_bancaria_e_custo_do_credito.pdf. Acesso em 20 nov. 2020

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística Bancária Mensal por município**. 2020. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira (RCF)**. Brasília. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/index.html>. Acessado em 10/05/2020

BANCO DO BRASIL. **Relatório anual 2016**. Disponível em <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2016.pdf> Acesso em 08 ago. 2020.

BANCO DO BRASIL. **Relatório anual 2017**. Disponível em <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2017.pdf> Acesso em 08 ago. 2020.

BANCO DO BRASIL. **Desempenho econômico-financeiro**. 2013. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2012/port/ra/14.htm#.XqeF-mhKjIU>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BANCO DO BRASIL. **Desempenho econômico-financeiro**. 2014. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2013/port/ra/09.htm>. Acesso em 10 fev. 2020.

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, v. 13, n. 4, p. 4-17, 2004. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/587/pdf>. Acessada em 22 fev. 2020.

BANCO ITAU. **Relatório anual 2013**. São Paulo: Itaú Unibanco S.A, 2014. 666p. Disponível em: <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2013/pdf/pt/2013RAO.PDF>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores de Desenvolvimento Mundial**. 2020. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&type=metadata&series=NY.GDP.FCS.T.KD#>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Relatório de sustentabilidade 2016**. Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/sustentabilidade/relatorio-s-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2016>. Acesso em 08 ago. 2020

BANCO DA AMAZÔNIA. **Relatório de sustentabilidade 2017**. Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/sustentabilidade/relatorio-s-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2017>. Acesso em 08 ago. 2020

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Perfil socioeconômico do Rio Grande do Norte**. 2015, Fortaleza (CE). Disponível em <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4476032/RN+Pertil+2015.pdf/2428e17c-4129-5e20-5303-22c5ce6938a3>. Acessado em 02 fev. 2020

BANCO, DO NORDESTE DO BRASIL. Quadro macroeconômico: Brasil e Nordeste–2000 a 2010. **Fortaleza: BNB**, 2012. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf/d6a134e4-99c0-472f-a244-d771397550c5. Acessado em 04/04/2020

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de sustentabilidade 2018**. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/320335/3959651/Relatorio_de_Sustentabilidade2018_BancodoNordeste.pdf/39e6932a-991d-160e-e3da-54db33aa42af. Acessado em 18 mai 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação**. 2016. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>. Acesso em 23 fev. 2020.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório anual 2017**. Brasília: BNDES, 2018. 80p. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-anual-integrado/relatorio-anual-2017>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BANCO SANTANDER. **Relatório anual 2016**. 2017. 72p. Disponível em

https://cms.santander.com.br/sites/WPS/documentos/arq-central-de-resultados-anuais-acordeao-2016-download-1/18-08-28_191825_ra+2016_santander+%281%29.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

BARONE, Francisco Marcelo et al. Introdução ao microcrédito. **Brasília: Conselho da Comunidade Solidária**, v. 65, 2002. Disponível em

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/microcredito.pdf. Acessado em 18 ago. 2020

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em 18 ago. 2020

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. 1-62, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

BIANCHINI, V. **20 anos de Pronaf, 1995-2015: Avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113p. Disponível em: <http://atividaderural.com.br/artigos/568ba26e514e2.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JR, Rudinei. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, v. 18, n. 33, 2000. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10643>. Acessado em 27 mai. 2020

BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Revista Geografias**, p. 26-36, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13293>. Acesso em 15 mar. 2021

BRAGA, J. C. S. (1997). Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: J. L. Fiori & M. C. Tavares, **Poder e dinheiro: uma política de globalização**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.

BONICENHA, Rodrigo Cardoso. Financeirização e Território: uma revisão da literatura recente. **XVII Enanpur**, 2017.

BORÇA JUNIOR, G. R.; GUIMARÃES, D. Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista BNDES**, v. 43, p. 119-159, 2015. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/6243/1/RB%2043%20Impacto%20do%20ciclo%20expansionista_P.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei 1.939 (1982)**. Altera classificação da Receita e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1939.htm. Acessado 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da fazenda. **Ações de apoio à Produção Agropecuária – Safra 2008/2009**. Brasília: SPE, 2009. 8p. Disponível em http://www.fazenda.gov.br/noticias/2009/abril/Medidas_area_agricola_abril.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 10.735 (2003)**. Dispõe sobre a arrecadação de recursos voltados para o PNMPO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.735.htm. Acessado 10.mai.2020

BRASIL. **Lei 11.110 (2005)**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm. Acessado 10.mai.2020

BRASIL. **Lei 13.636 (2018)**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13636.htm. Acessado 10.mai.2020

BRASIL. Senado Federal. **Crise econômica mundial, exportação de commodities e primarização**. Em discussão, 2012. Disponível em <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/inovacao/crise-economica-mundial-exportacao-commodities-primarizacao.aspx>. Acesso em 12 jan. 2021

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 95, p. 5-15, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100001. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nação, câmbio e desenvolvimento**. Editora FGV, 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Análise do desempenho 2018**. Brasília: CEF, 2019. 30p. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-demonstrativo-financeiro/Relatorio_Analise_Desempenho_2018.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de sustentabilidade caixa 2016**. Disponível em https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_Caixa_2017.pdf. Acesso em 08 ago. 2020

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de sustentabilidade caixa 2017**. Disponível em https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_Caixa_2017.pdf. Acesso em 08 ago. 2020

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda habitacional no Brasil**. Brasília: Caixa, 2012. 170p. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/demanda_habitacional.pdf. Acesso em: 21 dez. 2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de sustentabilidade Caixa 2014**. Brasília: CEF, 2015. 96p. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_2014.pdf. Acesso em 10 fev. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de sustentabilidade Caixa 2015**. Brasília: CEF, 2016. 119p. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

CÂMARA NERIS, Jéssica Luana Oliveira: depoimento. Entrevistador: Iran Barroso. INEC/Mossoró-RN, 2021 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D deste trabalho.

CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **A conjuntura e a política econômica do governo (2011-2014)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 25-48. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a-conjuntura-politica_ebook.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 127-153, 2019. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/35617>. Acesso em 02 jan. 2021.

CARVALHO, S. C. et al. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais e da Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2016. 54 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6779/1/TD_2209.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

CAVALCANTE, Anderson. A dinâmica espacial da exclusão financeira e as moedas sociais. **DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA**, v. 1, n. 1, p. 29-55, 2017. Disponível em <http://200.181.121.137/index.php/fronteiracidania/article/view/2170>. Acessado em 25 mai. 2020

CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. **GeoTextos**, v. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3028>. Acesso em 03 abr. 2021

CLARK, Gordon L. Fatos estilizados e diálogo próximo: metodologia em geografia econômica. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197021/001096545.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 jul. 2021

CLICK, V. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. **Ensaio FEE**, v. 15, n. 1, p. 9-23, 1994. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1663>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Síntese da conjuntura brasileira. **Boletim Quinzenal**, Rio de Janeiro: CNC, 2016. 5p. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/sintese-da-conjuntura-30062016?page=5>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-135730/en.php>. Acesso em 02 jan. 2021

CONTEL, Fabio Betioli. As finanças e o espaço geográfico: contribuições centrais da geografia francesa e da geografia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 59-78, 2016. Disponível em <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/29>. Acesso em 02 jan. 2021

CONTEL, Fabio Betioli. GT10-1053 REDES URBANAS E MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: ATORES, NORMAS E FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. **Anais ENANPUR**, v. 14, n. 1, 2011.

CONTEL, Fabio; MONTENEGRO, Marina. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **EURE (Santiago)**, v. 43, n. 130, p. 115-139, 2017.

CORAZZA, G. Passado e futuro dos bancos comerciais. **Ensaio FEE**, v. 21, n. 1, p. 101-118, 2000. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1962>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 16, p. 17, 1986. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/tegal1/Geografiasocioeconomica/Geografi aeconomica/OSPRINCIPAISPONTOSDECONTOLEDAECONOMIA.pdf>. Acessado em 12/08/2020

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, p. 35-41, 1992. Disponível em <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/download/1507/1396>. Acessado em 30/08/2020

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal2/Geografiasocioeconomica/Geografia economica/01.pdf>. Acessado em 21 nov. 2020

CUNHA, A. M. et al. Ciclos Financeiros e o Comportamento do Crédito no Brasil entre 2004 e 2015. 2016. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182019000100011. Acesso em: 21 jan. 2020.

CURADO, M. L.; NASCIMENTO, G. M. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/746>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CRUZ, A. I. G. et al. **Economia brasileira: conquista dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro**. Brasília: BNDES, 2012. 2012. 30p. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/1/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

DA COSTA, Fernando Nogueira. Microcrédito no Brasil. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, n. 175, 2010. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a>. Acessado em 18 ago. 2020

DA COSTA NETO, Yttrio Corrêa. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf. Acessado em 08 mai. 2020

DALBERTO, Cassiano Ricardo; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Uma análise das economias de aglomeração e seus efeitos sobre os salários industriais brasileiros. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 17, p. 539-569, 2013.

DA SILVA, Medelin Lourena; DE ANDRADE, Nayan Rodrigues. Estado e mercado imobiliário: o Projeto “Minha Casa Minha Vida–Coelha” em Viçosa–MG. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 107-119, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3332/333231477009.pdf>. Acesso em 14 abr. 2021

DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 113-132, 2013. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672009.pdf>. Acessado em 04 ago. 2020

DEEPASK. **Minha Casa Minha Vida: Veja quantidade de imóveis entregues e recursos aplicados por cidade do Brasil**. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Programa-Minha-Casa-Minha-Vida:-Veja-quantidade-de-imoveis-entregues-e-recursos-aplicados-por-municipio-do-Brasil>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DE FREITAS, Carlos Alberto Chamone. **Sistema Construtivo para Habitações Populares**, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9GBRGW/1/monografia_carlos_alberto_chamone_de_freitas.pdf. Acessado em 08.jun.2019

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, v. 15, n. 1, 2012.

Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/868>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSIDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**. Nota Técnica. São Paulo: DIEESE, n. 135, 2014. 31p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSIDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Desempenho dos bancos em 2014**. São Paulo: DIEESE, 2015. 11p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf>. Acessado em: 03 fev. 2020.

DE PESQUISA, Relatório. Regiões de influência das cidades 2007. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2008. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/#>. Acessado em 30 ago. 2020

DE SOUZA, Ariane Vanessa de Oliveira et al. Teoria estruturalista: uma visão do conflito organizacional. **Revista da micro e pequena empresa**, v. 10, n. 1, p. 2-11, 2016.

DIAS, Leila Christina; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 97-117, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/06.pdf>. Acessado em 10/05/2020

DINIZ, Eduardo Henrique. **Uso da Web nos serviços financeiros**. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3197>. Acessado em 12/03/2020

DOMINGUES, Rita Alcântara. A perspectiva institucional e a geografia econômica. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, n. 2, p. 7-19, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012015000200007&script=sci_arttext. Acessado em 22/11/2020

FERNANDES, A. C. **Regulação bancária e a concessão de crédito veículo no Brasil. 64f. Dissertação** (Mestrado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2375/2/AlexandreCardosoFernandesDissertacao2018.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

FERRAZ, João Carlos; RAMOS, Luma. Inclusão financeira para a inserção produtiva de empresas de menor porte na América Latina: Inovações, determinantes e práticas de instituições financeiras do desenvolvimento. **Informe regional**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/43249>. Acessado em: 08 mai. 2020

FLIGENSPAN, F. B. A indústria brasileira no período 2007-2014: perdas e ganhos num ambiente de baixo crescimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 421-448, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8656994>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GALEANO, E. V.; FEIJÓ, C. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 201-220, 2012. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/213>. Acesso em: 03 jan. 2020.

GAMA, Fábio Júnior Clemente; BASTOS, Suzana Quinet Andrade; HERMETO, Ana Maria. Moeda e crescimento: Uma análise para os municípios brasileiros (2000 a 2010). **Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 515-551, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512016000200515&script=sci_arttext. Acessado em 25 mai. 2020

GENTIL, D.; HERMANN, J. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 793-816, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8652131>. Acesso em: 28 jan. 2020.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. O conceito de meio técnico em Milton Santos. **Geoambiente On-line**, n. 21, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/27897>. Acesso em 06 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 97-98, 2002. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13428>. Acesso em 12 jul. 2020

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

INDEXMUNDI. <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=240&mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto-brent>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2009, PIB varia - 0,3% e atinge R\$ 3,24 trilhões**. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14125-asi-em-2009-pib-varia-03-e-atinge-r-324-trilhoes>. Acesso em 18 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha ano em R\$ 6,8 trilhões**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 5938**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 04 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pesquisa/38/47001?ano=2010> Acessado em 06 mai 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico (tabela 202)**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938> Acessado em 06 mai 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de recuperação automática (tabela 5938)**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202> Acessado em 06 mai. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acessado em 06 mai 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Territorial Brasileira (DTB)**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=downloads>. Acessado em 06 mai 2020

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A produtividade da Indústria em 2009**. São Paulo, 2010. 15p. Disponível em: https://iedi.org.br/admin_ori/pdf/20100406_produtividade.pdf. Acessado em 10 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta Conjuntura**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=59. Acesso em: 02 fev. 2020.

IVO, G. A. et al. A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 32, n. 95, 2016. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/3357. Acesso em: 06 fev. 2020.

JUNIOR, Cleofas Salviano. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acessado em 07 mai. 2020

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Saraiva Educação SA, 2017.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. 2005. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24590>. Acessado em 10 mai. 2020

LAVORATTI, L. Concorrência e explosão do crédito. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 20-35, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/23365/22541>. Acesso em: 25 fev. 2020.

LEITÃO, Karina Oliveira. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-04032010-140034/en.php>. Acesso em 10 de mai. 2021.

LOPREATO, F. L. C. **Dívida pública: o limiar de mudanças?** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2015. 48p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2026.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

LOUREIRO, Eleonora; MADEIRA, Gabriel; BADER, Fani. Expansão dos correspondentes bancários no Brasil: uma análise empírica. **Texto para discussão**, n. 433, 2011. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps433.pdf>. Acessado em 13 ago. 2020

LUNDBERG, E. **Bancos oficiais e crédito direcionado** - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? Brasília: BCB, n. 258, 2011. 39p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. Atlas, 2007.

MARTINS, N. M.; FERRAZ, C. A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 269-289, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/230>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MATIAS, A; QUAGLIO, G. M. A evolução recente do financiamento imobiliário no Brasil. **IBEF News**. São Paulo, p. 46-50, 2012. Disponível em: <http://www.ibefsp.com.br/wp-content/uploads/2012/03/revista-164.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MARQUES, Tomás Costa de Azevedo. **Um estudo comparado entre o programa Missão Caixa na Venezuela e o programa Caixa Aqui no Brasil: políticas públicas de inclusão financeira na América Latina**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-03042019-115545/en.php>. Acessado em 28 mai. 2020

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032014-103250/?gathStatIcon=true>. Acesso em 10 jan. 2020

MEDEIROS, A. P.; OLIVEIRA, G. X.; BENDER FILHO, R. Crédito Consignado: Segmentos e Efeitos Econômicos. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Santa Catarina, v. 17, n. 2, p. 783-810, 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/16604>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MELLO, G.; ROSSI, P. **Do industrialismo à austeridade**: a política macro dos governos Dilma. Campinas: IE Unicamp, 2017. 37p. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3538/TD309.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MENDONÇA, M. J; SACHSIDA, A. **Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2013. 38p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1276/1/TD_1837.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020.

MIGUEL, A. C. Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5182>. Acesso em 12 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: informações consolidadas do exercício (IGMPO) 2007 - 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/sistema-de-informacoes-do-pnmpo/>. Acessado em 03.mai.2020

MONTENEGRO, Marina; CONTEL, Fabio. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **EURE (Santiago)**, v. 43, n. 130, p. 115-139, 2017. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0250-71612017000300115&script=sci_arttext&tlng=e. Acesso em 04 jan.2021

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2015. 66p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020

MOREIRA, E. M. Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2845>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOREIRA, Ruy. A NATUREZA DO ESPAÇO. Técnica e tempo, razão e emoção. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 151-153, 2009.

NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo**. FGV Editora, 2008. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/22015>. Acessado em 12 set. 2020

NERI, Marcelo CO. Programa Bolsa Família e a inclusão financeira. **O Brasil Sem Miséria**, v. 1, p. 727-744, 2014. Disponível em <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/curso/Microfinance/es85-O-Programa-Bolsa-Familia-e-a-Inclusao-Financeira-Marcelo-Neri.pdf>. Acessado em 15 mar. 2021

NITSCH, Manfred; ASNTOS, Carlos A. Da repressão financeira ao microcrédito. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 21, n. 4, 2001. Disponível em <https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/view/1000>. Acessado em 18 ago. 2020

NOVAS, Grasiella Drumond Bowen Vilas. **Os impactos das transformações econômicas no território local: estudo de caso da Região Metropolitana da Grande Vitória**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NUNES, Rodolfo Vieira; SALES, George André Willrich; CARVALHO, Ricardo Donizetti. A Evolução do Microcrédito e o Empreendedorismo no Brasil durante o Período de Instabilidade Econômica de 2014 a 2016. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2019.

OLIVEIRA, G. C. **A estrutura patrimonial do sistema bancário no Brasil no período recente (I-2007/I-2014)**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/129911/1/844407909.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, G. C.; ROLIM, L.; BLIKSTAD, N. Regime de metas para a inflação e medidas macroprudenciais: uma análise à luz da experiência brasileira recente (2008-2013). **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 127-154, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/24546>. Acesso em: 27 fev. 2020.

OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W. **A dinâmica do mercado de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2016. 140p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7284/1/td_2243.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

OLIVEIRA, Guillermo. Comentarios al texto “Regiones, globalización, desarrollo. **La geografía y la economía en sus vínculos actuales: una antología comentada del debate contemporáneo**, p. 385 – 405. 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10045/48887>. Acesso em 20 jul. 2021

OLIVEIRA, G.C. **O desempenho do sistema bancário no Brasil no período recente (2007-2015)**. Texto para Discussão. Brasília: IPEA, 2017. 48p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8042/1/td_2327.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

OLIVEIRA, R. F.; SCHIOZER, R. F.; LEÃO, S. Atuação de bancos estrangeiros no Brasil: mercados de crédito e derivativos de 2005 a 2011. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 162-198, 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/4927>. Acesso em: 04 mar. 2020.

OREIRO, J. L. Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 35, n. 1, p. 101-131, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35837>. Acesso em: 16 mar. 2020.

PAES, Julieda Puig Pereira. **Bancos estaduais, criação de moeda e ciclo político**. 1996. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5411>. Acessado em 20/10/2020

PAIM, B. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3499>. Acesso em: 17 mar. 2020.

PAULA, L. F. R. **Comportamento dos bancos em alta inflação: teoria e experiência brasileira recente**. 203f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285724/1/Paula_LuizFernandoRodriguesDD.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

PAULA, L. F.; JÚNIOR, A. J. A. **Comportamento dos Bancos e Ciclo de Crédito no Brasil em 2003-2016: Uma análise pós-keynesiana**. 2017. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/comportamento-dos-bancos-e-ciclo-de-credito-no-brasil-em-2003-2016-10.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132423>. Acesso em: 05 fev.2020

PEGORER, A. F. **A hipótese da fragilidade financeira de Minsky e a regulação financeira**. 109f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2148/PEGORER_Andre_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 fev. 2020.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos MetrÓpole**, v. 12, n. 24, p. 441-465, 2010. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837809006.pdf>. Acessado do 02 ago. 2020.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2726>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; DE PAULA, L F. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. Texto para Discussão. **Instituto de Economia**. Rio de Janeiro, n.9, 2019. 42p. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_009_2019_PRATES_FRITZ_de%20PAULA.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13510>. Acessado em 09/05/2020

RAMOS, S. Y; MARTHA-JÚNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. 65p. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/899862/evolucao-da-politica-de-credito-rural-brasileira>. Acesso em: 14 fev. 2020.

RESGALA, Gustavo. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 19, n. 2, p. 267-287, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513954272005.pdf>. Acessado em 12 jun. 2020

RIGONATO, G. **Desempenho macroeconômico do governo Dilma Rousseff (2011-2016)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000977912&opt=1>. Acesso em: 14 fev. 2020.

RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia: a retomada de um debate. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81093. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SAMPAIO, Paulo Soares. **Microcrédito, desenvolvimento e superação da pobreza: uma análise jurídica do programa nacional de microcrédito produtivo orientado**. 2014. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16238/1/2014_PauloSoaresSampaio.pdf. Acessado do 16 ago. 2020

SANTANA, P. M. O.; COSTA, L. S. S. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, p. 175-189, 2018. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/112>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SANT'ANNA, A. A. et al. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 41-60, 2009. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8561>. Acesso em: 24 fev. 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Reginaldo Souza. As contribuições dos economistas ao estudo da administração política: o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 28, p. 99-116, 2003. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302003000400007&script=sci_arttext. Acesso em 05 jan. 2021

SANTOS, José Rayres Pereira dos et al. Geração, distribuição de renda e microcrédito: o caso do programa Crediamigo na cidade de Crato-Ceará. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 8, 2016.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. _
Capitalismo, Socialismo e Democracia. **Investimento, regulação e mercado**, 1982.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. Regiones, globalización, desarrollo. **La geografía y la economía en sus vínculos actuales: una antología comentada del debate contemporáneo**, p. 363 – 384. 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10045/48887>. Acesso em 20 jul. 2021

SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 175-189. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002018000200175&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 jan. 2020.

SICSÚ, J. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 311-327, 26 jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643071>. Acesso em

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 1, p. 128-151, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/GRkX8Xwf6QfkRVqwWKQQw3j/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01/11/2020

SILVA, F. J. F.; PIRES, L. S. **Evolução do desemprego no Brasil no período 2003-2013: análise através das probabilidades de transição**. Brasília: BCB, n. 329, 2014. 32p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD349.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SILVA, J. A. A política monetária nos governos Lula e Dilma. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6068>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, E. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, p. 207-221, 2013. Disponível em <http://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438.pdf#page=203>. Acesso em 03 fev. 2021

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002015000200039&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2020.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Melo; MICROFINANÇAS, A. D. O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. **Brasília: BCB**, 2008. Disponível em https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf. Acessado em 27/08/2020

SONAGLIO, C. M.; RODRIGUES, B. J. Análise do sistema de crédito agrícola no Brasil nos Governos FHC e Lula. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/3275>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, v. 353, p. 77-116, 1995.

SOUZA, Leandro Tavares de: depoimento. Entrevistador: Iran Barroso. INEC/Apodi-RN, 2021. Arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C deste trabalho.

TIRYAKI, Gisele Ferreira et al. Ciclos de Crédito, Inadimplência e as Flutuações Econômicas no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000100202&script=sci_arttext. Acessado em 01/05/2020

TRIBUNA DO NORTE. **No RN, agências de 53 cidades já forma atacadas**. 27 ago 2017. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-rn-aga-ncias-de-53-cidades-ja-foram-atacadas/390428>. Acessado em 25/05/2020

TRISTÃO, P. A.; BENDER FILHO, R.; CORONEL, D. A. Evolução do crédito industrial no Brasil: uma análise a partir de fatores macroeconômicos. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 05-29, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/24071>. Acesso em: 18 fev. 2020.

WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa; FRAGA NETO, Armínio. **Os bancos estaduais e o descontrole fiscal: alguns aspectos**. 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/705/000059585.pdf>. Acessado em 10/05/2020

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com representantes de instituição de crédito

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
 Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
 Faculdade de Ciências Econômicas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO
 Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia
 BR 110, Km 46 – Rua Prof. Antônio Campos, s/n – Bairro Costa e Silva CEP: 59-625-620 –
 Mossoró/RN - Fone: (84) 3312-2094 Home Page: <http://propeg.uern.br/ppggeo>
 E-mail: geografia@mestrado.uern.br / ppgeouern@gmail.com

Prezado(a) Coordenador(a) do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Este documento refere-se a entrevista semiestruturada visando a obtenção de dados que comporão a dissertação de mestrado com o tema “UNICIDADE DA TÉCNICA E DO TEMPO: GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL”, realizada junto à Coordenação do Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da unidade no INEC em Mossoró-RN e Apodi-RN.

Iran Barroso, mestrando entrevistador e o senhor(a) _____, entrevistado, declaram ter conhecimento de que a entrevista está sendo gravada para utilização integral ou parcial na composição de trabalho acadêmico.

Parte 1 – Identificação da instituição e do entrevistado

1. Nome do entrevistado _____
2. Instituição que representa _____
3. Cargo que ocupa na instituição _____
4. Falar da função que exerce _____
5. Como o entrevistado vê a importância do microcrédito para o desenvolvimento da região _____

Parte 2 – Da atuação geográfica da unidade, dos funcionários e da função do agente de crédito

6. Quais os municípios atendidos pela unidade _____
7. Quantos funcionários na unidade se dedicam exclusivamente ao microcrédito _____
8. Quantos desses funcionários são agentes de crédito _____
9. Falar da função do agente de crédito _____
10. Tempo de operação da linha de crédito na região _____

Parte 3 – Das características gerais e específicas do programa na jurisdição da unidade

11. Como é identificado o público-alvo a ser beneficiado
12. Quais as garantias solicitadas
13. Com relação a renovação das operações, se elas são automatizadas _____
14. Qual a incidência de renovação _____
15. Qual a quantidade de operações na região e por município
16. Qual a taxa de inadimplência e que análise a instituição faz a respeito das motivações que levam à inadimplência
17. Qual o volume do crédito aplicado na região e por município
18. Que percentual na região, e por município, são destinados ao capital de giro e ao capital fixo e misto _____

Parte 4 – Da caracterização dos tomadores

19. Com relação ao gênero, como de distribui a composição da carteira de crédito entre homens e mulheres, faixa etária e grau de instrução na região e nos municípios. Há necessidade de elaboração de projeto pelo tomador
20. Como se distribui a demanda por créditos de acordo com os setores da economia e/ou atividades econômicas
21. Com relação a natureza civil dos demandantes, qual o percentual na região e nos municípios são pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ)
22. Com relação ao faturamento, como os demandantes se distribuem por faixa de faturamento anual:
 - até R\$12.000: _____
 - entre R\$12.001 e R\$25.000: _____
 - acima de R\$25.000: _____
23. A unidade, além do crédito, agrega aos demandantes algum outro serviço financeiro/bancário
24. A instituição disponibiliza meios de auto atendimento para esses demandantes, quais
25. A unidade disponibiliza meios de pagamento/recebimento aos demandantes
24. A unidade aponta experiências mais exitosas entre os demandantes

APÊNDICE B – Questionário com beneficiados/tomadores do Crediamigo

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
 Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
 Faculdade de Ciências Econômicas
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
 Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia
 BR 110, Km 46 – Rua Prof. Antônio Campos, s/n – Bairro Costa e Silva CEP: 59-625-620 –
 Mossoró/RN - Fone: (84) 3312-2094 Home Page: <http://propeg.uern.br/ppgeo>
 E-mail: geografia@mestrado.uern.br / ppgeouern@gmail.com

Prezado(a) beneficiado (a) do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Este documento refere-se a entrevista semiestruturada visando a obtenção de dados que comporão a dissertação de mestrado com o tema “UNICIDADE DA TÉCNICA E DO TEMPO: GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL”, realizada junto à (o) beneficiado(a) do Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da unidade no INEC em Apodi-RN e Mossoró-RN.

Iran Barroso, mestrando entrevistador e o senhor(a) _____, entrevistado, declaram ter conhecimento de que a entrevista está sendo gravada para utilização integral ou parcial na composição de trabalho acadêmico.

Identificação						Idade/tempo de atividade
Gênero	Masc.	Fem.	Município			
Reside/sede em	Casa própria		Casa alugada	Familiar	Outros	
Dependente	Sim		Quantos		Não	
Setor econômico/atividade	Comércio		Serviço		Indústria	
Situação Jurídica	Física	Jurídica	Informal		Não declarou	
Faturamento anual	Até R\$12.000		Entre R\$12.000 e R\$25.000		Maior que R\$25.000	
Destinação	Capital de Giro			Investimento		
Costuma pesquisar taxas de juros de outras instituições	Sim			Não		
O que leva a tomar empréstimo nessa instituição						
Volume	Até R\$5000	Acima de R\$5000	Até R\$5000	Acima de R\$5000	Até R\$5000	Acima de R\$5000

Garantia	Fidejussória individual			Fidejussória coletiva			
Uso do crédito	Uma vez		Sempre renova		Eventual		
Já ficou inadimplente	Sim (motivo)			Não			
Usa o débito em conta para pagar as prestações do empréstimo	Sim			Não (o que usa)			
Até a adesão ao programa, já era bancarizado	Sim, mesma instituição		Não	Tempo de atividade (PF)	Até 2 anos	>2<4	
	Sim, outra instituição				>4<6	>6	
Usuário de Cartão a partir da adesão ao PNMPO	Crédito		Débito		Faz acesso remoto à instituição	Sim	Não
	Sim	Não	Sim	Não		Computador	Mobile
Conta com outra renda além da atividade	Sim		Não		Modalidade	Correspondente	Outros
Consome algum serviço privado de seguridade	Sim		Não			Seguro	Previdência
Tem dificuldade para acesso ao crédito	Sim		Não		Insuficiência de renda	Não possui comprovante renda	
					Não possui comprovante residência	Inadimplente	
					Custo do crédito (tarifas)	Necessidade de garantia	
Onde adquire matéria prima	Na própria cidade	Em cidades próximas		Os seus produtos são vendidos	Na própria cidade	Em cidades próximas	
	Em outros estados	Diversos			Em outros estados	Diversos	
Adquire de %	PJ		PF		Vende a %	PF	PJ
Vendas %	A vista		A prazo		Para as vendas a prazo %	Cartão	Promissória
						Caderneta	Outros
Pagamento de boletos	Banco		Mobile		Computador	Correspondente	
Das vendas por cartão %	Maquineta instituição		Maquineta outra instituição		Aplicativo mesma instituição	Aplicativo outra instituição	

**APÊNDICE C – Transcrição de entrevista semiestruturada com coordenador da
unidade INEC/BNB de Apodi**

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia
BR 110, Km 46 – Rua Prof. Antônio Campos, s/n – Bairro Costa e Silva CEP: 59-625-620 –
Mossoró/RN - Fone: (84) 3312-2094 Home Page: <http://propeg.uern.br/ppggeo>
E-mail: geografia@mestrado.uern.br / ppgeouern@gmail.com

Prezado(a) Coordenador(a) do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Este documento refere-se a entrevista semiestruturada visando a obtenção de dados que comporão a dissertação de mestrado com o tema “UNICIDADE DA TÉCNICA E DO TEMPO: GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL”, realizada junto à Coordenação do Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da unidade no INEC em Mossoró-RN e Apodi-RN.

Iran Barroso, mestrando entrevistador e o senhor(a) _____, entrevistado, declaram ter conhecimento de que a entrevista está sendo gravada para utilização integral ou parcial na composição de trabalho acadêmico.

1. Meu nome é Iran Barroso estou entrevistando com a finalidade exclusiva de coletar dados para a formatação de trabalho “Unicidade da técnica e do tempo: globalização e localização do mercado de crédito no Brasil. O entrevistado, Leandro Tavares de Souza, representa o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), vinculado Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Ele é agente de microcrédito e atualmente coordenador da equipe da unidade de Apodi, Rio Grande do Norte. Inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade e pedir autorização para que a gente grave essa entrevista.
- R. Para nós é um prazer estar contribuindo sobremaneira com sua pesquisa, dessa forma, a autorização já foi dada. Mesmo assim, verbalizo... autorizo a realização da entrevista e me coloco à disposição do entrevistado no que diz respeito à pesquisa, pioneira nesse campo. Obrigado.
2. O senhor pode nos falar um pouco da função, tanto da experiência como agente de microcrédito, quanto como coordenador em Apodi?

R. Enquanto agente microcrédito, nós estamos pouco mais de 03 (três) anos e meio aqui em Apodi, nossa carteira abriga clientes tanto da zona urbana, como também, no meu caso, em sua maioria de zonas semiurbanas - são atividades que pertencem a clientes, que são desenvolvidas zonas urbanas do nosso município. Nosso município é composto de uma forma bem particular por uma população em torno de 50% de pessoas que moram na zona urbana e 50% que moram na área rural. Então temos metade da população de zonas semiurbanos. O meu trabalho não é voltado para atividades rurais, mas atividades urbanas por isso é dada a nomenclatura do cargo de Agente de Microcrédito Urbano. Os clientes desenvolvem atividades do comércio e da indústria. Em se tratando do particularmente da minha carteira, ele atende hoje 260 (duzentos e sessenta) clientes é a maior carteira de clientes da unidade de Apodi. O trabalho, enquanto agente de crédito, consiste em visitar esses clientes, para que eles possam estar montando a proposta de crédito naquilo que eles tenham necessidade seja para capital de giro ou investimento fixo.

3. E enquanto coordenador?

R. O trabalho se multiplica por mais que três. Nós temos três carteiras na unidade, uma estrutura que conta com quinze colaboradores.

4. Como é realizada a captação de clientes?

R. Nós contamos com campanhas publicitárias, realizamos muita propaganda localmente, fazemos mutirões. Nesses mutirões a gente vai às comunidades – carro se som, panfleto, visita de casa em casa. Além da propaganda “boca a boca”, né?

5. Vi nesses dias uma campanha de vocês com Cantor Popular. Creio que era algo como: o empregado vira patrão...

R. Tem esse apelo... desperta uma outra visão nas pessoas. A possibilidade de ter a sua própria renda, até de gerar emprego para outras pessoas.

6. Um pouquinho fora do nosso roteiro. Nós temos três estados com carteiras bem expressivas: Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O Ceará concentra a maioria do saldo. Os outros dois seguem o estado, mas não muito próximo, até bem distante. O que determina esse comportamento?

R. É difícil a gente determinar. Na minha visão é... é lógico, o desenvolvimento daquele estado, as condições de vida das pessoas... foi lá onde começou o microcrédito...

7. Peço desculpas, mas gostaria de fazer um esclarecimento: sempre que eu falar microcrédito, me refiro ao Crediamigo, até pela participação majoritária da linha no mercado. O microcrédito urbano se confunde com o Crediamigo. Obrigado.

R. Então é bem normal que o Ceará se destaque. Enquanto o Rio Grande do Norte (RN) tem uma gerência regional que engloba todas as unidades, todas as cidades... elas são subordinadas a essa gerência que funciona em Natal. Já no Ceará (CE) é outra realidade... são muitas gerências. Mas, é com muito orgulho que no primeiro semestre do ano passado, o RN ficou em primeiro lugar, levando em consideração o número de desembolso, quantidade de operações, entre outras variáveis... superando, inclusive o CE.

8. Só recapitular, pois é importante que pontue: no primeiro semestre o desempenho: o resultado do RN foi superior ao resultado dos demais estados.

R. Pois é. Aí é importante pontuar também que o Crediamigo está presente em todos os estados do Nordeste, além do Espírito Santo e Minas Gerais. Onde tem BNB, tem Crediamigo.

9. Falando de operação de crédito especificamente, quais são as garantias exigidas? O Crediamigo também faz uso de garantia real ou apenas da garantia fidejussória, da garantia pessoal – aval, fiança?

R. O Crediamigo admite apenas a garantia pessoal. Tem os grupos solidários... e quando a operação é individual, a gente pede avalista, um coobrigado.

10. E com relação às renovações, qual a incidência? Renova-se bastante?

R. É assim, felizmente a grande maioria, 95% renova. Nós temos aí aproximadamente esse número. Assim, a gente está sempre superando os 100%, só a renovação, em si, não nos garante ultrapassar essa meta... para ampliar a gente precisa correr...

11. Nos voltando para a qualidade do crédito: qual a taxa de inadimplência ou, se vc preferir, de inadimplência?

R. Nós temos esse número em tempo real. Hoje a nossa taxa de inadimplência é de 98,25%, refletindo uma inadimplência de 1,75%. Nós temos uma planilha de acompanhamento... aqui, por exemplo nós temos acesso, inclusive, aos dados de Caraúbas, os dados de cada agente...

12. Quantas operações nós temos hoje na região atendida pela unidade de Apodi?

R. Olha, eu tenho disponível agora o número de cliente, são 6.900.

13. A gente tem como ver isso por município?

R. Não, nós temos como ver por posto e por unidade... O posto de Caraúbas, por exemplo, que é vinculado à unidade de Apodi...

14. E com relação ao volume do crédito, você tem?

- R. Tenho, tenho... em se tratando de Caraúbas e Apodi, somados... nós temos um volume de R\$20 milhões.
15. Então essa diferença no relatório... me parece que você tem orçado R\$27,0 milhões e um saldo hoje de R\$20,0... considerando que se renovem todas as operações, você teria aí o trabalho de incrementar o saldo em R\$7 milhões, é isso?
- R. Sim, sim... O nosso objetivo diário, Iran, é crescer carteira... e quando a gente diz isso, a gente fala em crescimento de volume aplicado e de ampliação da base de cliente... No final do ano passado nós tínhamos um saldo abaixo dos R\$20 milhões. Mas, mesmo num ambiente de pandemia, onde as pessoas... onde tudo ficou mais difícil... nós ampliamos a nossa carteira de crédito... e com uma baixa inadimplência, como você está vendo.
16. E quanto a composição da carteira segmentando por giro, investimento e misto? Na verdade, a operação é mista, mas a destinação é giro e fixo... essa composição é de quanto?
- R. Esse número eu não tenho... mas posso dizer que aqui na nossa unidade, nós elegemos trabalhar com as linhas isoladamente, giro ou fixo, e não com operações mistas... Hoje quando o cliente nos procura para giro, a gente enquadra logo num grupo ou individual, do mesmo modo com o fixo.
17. Na nossa conversa antes de iniciarmos a entrevista, você falou que o agente de crédito auxilia o cliente na formatação de uma proposta de negócio. Essa proposta é um projeto?
- R. Não. Essa proposta é de inteira responsabilidade do agente. O cliente para precisa estar em atividade há 18 meses... salvo condições especiais quando ele compõe o grupo. Então o agente de crédito faz todo levantamento financeiro, coloca tudo na ponta do lápis... aquele resultado já representa a pré-aprovação do limite. O cliente já sabe quanto ele pode pegar. Ai a gente explica as modalidades – giro e fixo... quer dizer, nós não montamos um plano de negócios para ele, nós montamos uma proposta de crédito. Nessa conversa, em conformidade com a demanda do cliente, a gente – agente de microcrédito e cliente – discute e vê o volume e a modalidade de crédito mais adequada.
18. Qual o custo desse crédito, qual a taxa de juros?
- R. A taxa de juros individual para giro é de 2,4% a.m, no solidário, 2,2%. Fora isso, no crédito amigo comunitário o juro é inferior a 2%, mas o volume também é menor. Fora isso, quando o cliente já é PJ, tem financiamento com taxa um pouco menor que 2%. Além disso podem contar com carência.
19. São os microempreendedores individuais (MEI).

R. Isso, são os MEI.

20. Também giro e fixo?

R. Somente investimento fixo, não cobre capital de giro.

21. Eu encontrei numa pesquisa publicada pelo BNB (NERI, 2008), uma expressiva participação feminina, das mulheres, na composição das carteiras. A questão do gênero é levada em consideração na formatação do limite de crédito? Explico, por exemplo: o valor do prêmio de seguro automóvel dirigido por mulheres, é bastante inferior aos prêmios por veículos guiados por homens. Existe essa distinção quando da formatação do limite no Crediamigo ou as mulheres estão empreendendo mais?

R. Sim, elas procuram mais.

22. Então não há nenhuma diferenciação na mensuração do crédito, no cálculo do risco, que considere a questão de gênero.

R. Não, não há. Absolutamente. A sua pergunta é realmente pertinente. Deixe-me passar um dado. Da carteira de 6.900 cliente aqui na unidade, 4.500 são mulheres e 2.400 são homens. Na minha opinião, na minha visão, a mulher hoje está mais desprendida, e busca sua independência... a mulher está decidida a empreender... “por minha conta e meu risco”. Outra possibilidade é que muitas vezes o homem, mesmo nesse momento em que a gente está vivendo, ele fica meio distante... ai o agente vai visitar a casa, o empreendimento, o negócio finda sendo feito com a mulher.

23. Com relação à faixa etária...

R. Não tenho.

24. E com relação ao grau de instrução?

R. São em sua maioria pessoas com ensino médio e fundamental, a maioria fundamental. Mas a gente encontra gente com nível superior.

25. E o setor da economia ou a atividade...

R. Nessa perspectiva, aqui na região isso é muito misturado... há pessoas que exercem duas atividades... a padaria, você tem indústria e comércio... ai a gente coloca aquela mais expressiva... tem o pessoal dos serviços: taxistas, mototaxistas, manicures... mas a maior parte é comércio.

26. E com relação ao faturamento, temos um percentual?

R. Temos. Nos dividimos no que a gente chama de grau de estruturação. Pessoas com movimento de venda de 15 a 200 mil mensais. Acima disso, eles passam a ser atendidos pelo BNB.

27. Além do crédito, no sentido da bancarização, o agente do microcrédito agrega mais algum produto... a maquineta, um cartão de crédito, boleto... eles funcionam na prospecção de negócios para o BNB?

R. Sim. Além do crédito nós disponibilizamos uma conta sem tarifa... nós trabalhamos também com maquineta... nesse momento está suspenso.... O nosso intuito é trazer clientes para o Crediamigo, o que não impede da gente indicar um ou outro produto.

28. E como esse cliente movimenta a conta corrente aberta? Que instrumento ele usa?

R. Através de cartão de débito... que ele pode utilizar para saque, movimentação em casa lotérica... também tem acesso ao aplicativo do BNB, além do aplicativo do Crediamigo que possibilita a ele pagar as suas parcelas sem a necessidade de se deslocar a um correspondente bancário.

29. Então, as parcelas dos empréstimos são debitadas em conta?

R. Pode... mas há a necessidade dele agendar. Mesmo que ele tenha dinheiro na conta, mas se não agendou, o débito não é feito. Ele recebe um carnê com todas as prestações e agenda. No caso do grupo, há a emissão de um só boleto... aquele titular do boleto se encarrega de receber a prestação dos demais componentes e pagar o boleto, fazer o pagamento da parcela.

30. Nos setores há os que se destacam mais que os outros... com relação aos que não têm experiência exitosa e se tornam inadimplentes, a agência tem uma avaliação individual desses clientes.

R. Normalmente a não aplicação do recurso é o que leva à inadimplência, além de fatores externos, como a pandemia... Por vezes o agente negligencia alguma norma... uma delas diz que o agente não pode emprestar para quem não está em atividade, mas pode acontecer... na maior parte são motivações externas ou do próprio processo de contratação... o agente tem que detalhar a motivação da inadimplência.

31. E com relação as experiências mais exitosas?

R. Temos clientes que iniciaram suas vendas portando sacolas... hoje a gente tem oportunidade de entrar nas suas lojas físicas... abrem filiais em outras cidades... esse é o nosso objetivo: ajudar as pessoas a realizar os seus sonhos: comprar uma moto, reformar o seu comércio, a sua casa...

32. Então deixa ver se entendi: O Crediamigo não financia somente bens de produção, financia também bem de consumo...

- R. Isso, por exemplo, o bem não precisa estar 100% agregado ao negócio... não se configura um impedimento... muito antes pelo contrário, a gente incentiva para que o cliente entenda que nós estamos ao lado dele. financiamos cursos de aperfeiçoamento.
33. Nós chegamos ao fim da nossa conversa... já são mais de uma hora do seu expediente... Gostaria de agradecer em meu nome e da Universidade e nos colocamos à disposição para alguma consideração que eu tenha negligenciado...
- R. Nós que agradecemos o reconhecimento, dizer que ficamos felizes por sermos objeto de sua pesquisa, confiamos no sucesso dela. Gostaria de ressaltar que a pegada do Crediamigo é estar próximo ao cliente, essa é a diferença nossa com relação às outras instituições. Estar próximo ao cliente faz com que ele se sinta com um parceiro. dessa forma a nossa maior missão é apoiar o crescimento da nossa região.

**APÊNDICE D - Transcrição de entrevista semiestruturada com coordenador da
unidade INEC/BNB de Mossoró**

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia
BR 110, Km 46 – Rua Prof. Antônio Campos, s/n – Bairro Costa e Silva CEP: 59-625-620 –
Mossoró/RN - Fone: (84) 3312-2094 Home Page: <http://propeg.uern.br/ppgeo>
E-mail: geografia@mestrado.uern.br / ppgeuern@gmail.com

Prezado(a) Coordenador(a) do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Este documento refere-se a entrevista semiestruturada visando a obtenção de dados que comporão a dissertação de mestrado com o tema “UNICIDADE DA TÉCNICA E DO TEMPO: GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL”, realizada junto à Coordenação do Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da unidade no INEC em Mossoró-RN e Apodi-RN.

Iran Barroso, mestrando entrevistador e o senhor(a) _____, entrevistado, declaram ter conhecimento de que a entrevista está sendo gravada para utilização integral ou parcial na composição de trabalho acadêmico.

1. Sou Iran Barroso, vou entrevistar com o objetivo exclusivamente acadêmico, para compor o trabalho Unicidade da técnica e do tempo: globalização e localização do mercado de crédito no Brasil, a senhora Jéssica Luana Oliveira Câmara Neris que ocupa o cargo, a função de Coordenadora da unidade do INEC em Mossoró. Inicialmente gostaria, desde já, de em nome da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e do meu próprio nome, agradecer as contribuições. Aproveitando, peço autorização para que gravemos a nossa entrevista.
- R. Nós que agradecemos a UERN a oportunidade de estarmos num ambiente universitário, contribuindo para a disseminação do conhecimento. É sempre um prazer falar sobre o microcrédito. Desde já, autorizo a gravação da nossa entrevista.
2. A senhora pode falar um pouco da sua experiência com o microcrédito – desde já, aproveitando, esclareço que sempre que falar microcrédito, estarei me referido, até pela sua importância no contexto do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), estarei me referindo ao CrediAmigo do Banco do Nordeste do

Brasil (BNB) - do seu trabalho no INEC, da importância do microcrédito no desenvolvimento da região? R. Quando iniciei ano passado a coordenação tinha uma quantidade de clientes e devido a pandemia esse número baixou. Não muito, já que eles (os agentes de crédito) trabalham com a mercadoria essencial que é o dinheiro, ou seja, o número de clientes reduziu. Em outros casos o cliente permanece, mas reduziu o valor do crédito (pelo menos ficaram em ativo), pois tinham receio de pegar um valor maior com isso a carteira tende a decrescer”. Quando assumi em agosto de 2020, tinha um total de pouco mais que 12.200 clientes e encerrou o ano de 2020, com quase 13 mil. Significa que de agosto até dezembro tiveram (as carteiras de crédito) um crescimento de mais de 700 clientes.

3. Qual o volume aplicado?

R. Quarenta e sete milhões de Reais.

4. Isso só em Mossoró?

R. Não. A nossa unidade atua em Mossoró, Governador (Governador Dix-sept Rosado), Upanema, Baraúna, Areia Branca e ai já entra para Grossos, Tibau Serra do Mel.

5. Areia Branca funciona como um posto avançado, uma unidade avançada de...

R. Isso

6. Qual o seu orçamento, qual a meta da unidade para 2021?

R. Em 2021 a meta está bem audaciosa, mas em Mossoró a gente acredita que o CrediAmigo atende a somente 13% do mercado estimado, ainda há muito a crescer. E a meta para este ano é chegar com 17 mil clientes ativos, uma média de 300 clientes ao mês para esta unidade. E desembolso em R\$83 milhões até o final do ano.

6. Então você espera praticamente dobrar o seu orçamento de desembolso...

R. Sim, porque quando entrou na pandemia e quando menos esperava consegui encerrar o ano com a meta alcançada, então tanto podemos alcançar como podemos superar.

7. O Rio Grande do Norte (RN) ele... bom, a gente observa historicamente, um volume muito maior de crédito no estado do Ceará (CE), depois Piauí (PI) e no Rio Grande do Norte (RN). Você consegue enxergar o porquê dessa situação, existe um diagnóstico institucional que aponte a motivação desse comportamento?

R. O Ceará tem muitos clientes que são informais, o artesão. Enfim, o micro onde o CrediAmigo mais abraça, não é? O pequeno empreendedor... porque, o nosso limite crédito chega até R\$21. Por isso a gente vê o CE nessa posição, tem mais público. O RN não. Mossoró e Natal tem “grandes empresas” que muitas vezes a gente até inicia com ela, mas logo logo a gente não comporta, não tem como atender à demanda dela

depois e ai vai para o BNB. A gente vai orientando, falando para o cliente se formalizar... e assim que ele está formalizado, a gente logo indica ele para o BNB... pare que ele possa crescer e tenha limite de crédito de acordo com a sua necessidade.

8. Sobre a quantidade de funcionários, não é... é, são funcionários, não é? Quantos colaboradores tem a unidade? Quantos estão voltados exclusivamente para o crédito, digo, para a área comercial?

R. São os agentes de crédito, eles estão na ponta vão lá no campo e traz para a unidade. Hoje tem 20 agentes de crédito contratados, porém na ativa temos 18, uma está de licença maternidade e outro auxílio-doença.

9. Como é definido esse público alvo do beneficiário? Pois todos sabem do INEC, da linha de crédito, esse multiplicador de um pequeno negócio para outro. Mas como é que o INEC identifica esse público-alvo?

R. Usamos uma metodologia. Iniciamos com a abertura do mercado, encontramos uma área que ainda não está com o CrediAmigo... e com o agente de crédito é feito o mapeamento daquela área, ou seja, é feito realmente uma pesquisa porta a porta. Muitas vezes procura o prefeito da cidade ou secretário e até mesmo os agentes de saúde, essas pessoas conhecem todo mundo, que conhecem muito bem o bairro enfatizando que procuram sempre fazer as parcerias e pegam todos os relatórios com os agentes de saúde. Os agentes (de microcrédito) emprestam crédito, orientam, fiscalizam e passam na casa deles entre 30 a 45 dias para ver se realmente investiram, e se está dando certo ou se precisam de mais capital.

10. É a questão da assistência né?”

R. Sim, é.

11. Eu vi nesses dias uma campanha de vocês, o “virar patrão”, né?

R. Isso, a gente busca sempre isso... que o cliente cresça e desenvolva. Tem muitas histórias de sucesso como por exemplo, o cliente começou com R\$300 e hoje já é cliente do Banco. Isso é o que nos motiva deixa a gente muito feliz... aquele cliente fica tão agradecido...

12. Sobre às garantias: Há alguma linha de crédito vinculado ao CrediAmigo, quer para capital de giro, quer para investimentos que solicita garantia real?

R. A única Garantia que temos é o aval solidário se é em grupo, um é avalista do outro, se é do produto ou individual, fixo, pede-se avalista.

13. As renovações de crédito se dão de forma automáticas, ou há a necessidade de contratar uma nova operação?

R. Cada crédito com eles é um novo crédito, os agentes puxam o relatório daquele cliente que está encerrando a linha de crédito, aí o agente vai ao cliente e vai fazer aquele processo novamente. Por que? Porque a cada renovação ele é avaliado a cada renovação conquistar, a ideia é não o endividar, a ideia é ir dando uma injeção de acordo com a atividade dele e a necessidade de um crescimento.

14. A linha de crédito tem um diferencial mesmo em relação ao capital de giro, essa facilidade da garantia... Mas assim. Qual a taxa de juro para capital de giro e para investimento?

R. Nós temos três taxas de juros – perdão, quatro - quatro taxas de juros: a que mais trabalhamos que é a taxa do grupo que é de 2,2% ao mês, depois a taxa individual pode ser aplicada a capital de giro ou capital fixo que é de 2,4%, a taxa do CrediAmigo mais que é de 1,9% e o crédito comunidade onde trabalham, mais interior, Upanema, Baraúnas. Trabalhamos com um grupo de 11 a 30 pessoas no mínimo, a taxa começa de 0,90. Nesse grupo ele (os beneficiados/tomadores) quem escolhe as pessoas, eles têm presidente, secretário e tesoureiro e entre eles aprovam os valores deles que tem um limite máximo que é de R\$ 1.100,00 e mínimo que é R\$100 eles quem decidem quanto é... eles se conhecem. Eles sabem como administrar e ficam felizes quando o banco vai até eles. Nós temos bancos comunitários aqui na unidade: 02 em Upanema, 01 Maísa e 01 Governador.

15. Qual a incidência de renovação?

R. Quando eles começam a chegar ao limite de trinta aí eles começam a criar um novo banco.

16. Quantas operações tem hoje vinculado a unidade.

R. Trabalhamos por CPF, ou seja, cada CPF renovado é uma operação feita.

17. É aquele número de beneficiados os clientes que se tem...

R. Nós temos dois tipos de operação: o cliente que está ativo a operação. Nós emprestamos para o cliente tipo, o cliente fez um grupo e uma operação e fez outra individual. Se for operação por produto, tem mais de 36 mil, se for cliente ativo tem quase 13 mil. Isso só Mossoró... a meta junto com o posto de Areia Branca é 21 mil.

18. E a inadimplência?

R. Ela está em 2,45.

19. Fechou nesse patamar no ano passado?

R. Fechou 5% maior e já reduzimos, agora ficou 2,45.

20. Isso como reflexo do próprio mercado...

R. Sim, o período em dezembro vem o 13º (décimo terceiro salário dos funcionários).

21. Vocês atendem também a microempreendedores individual. Quanto se empresta para esse microempreendedor? Quando se empresta para investimento? Que produtos podem ser adquiridos com esse crédito para investimento? Devo usar tão somente para comprar uma máquina ou posso usar para um outro bem de capital?

R. Todo crédito que vai ser investido o cliente tem de expressar para que vai ser: se ele vai investir na reforma do local, comprar maquinários, produtos e também mercadorias para poder complementar. Eles fazem dois créditos um para o capital de giro e o outro para investimento, o investimento engloba reforma e maquinário.

22. A reforma pode ser no próprio imóvel da residência.

R. Sim, mas quando é alugado é preciso ter uma análise maior e por isso o crédito muitas vezes é negado.

23. Comparando com crédito que se tem no mercado, a garantia mesmo nesses casos de reforma e ampliação é a garantia pessoal?

R. Sim é o aval solidário.

24. Em uma pesquisa feita por Neri (2008) e publicada pelo BNB, foi observada uma quantidade enorme de mulheres como titulares desse crédito isso se dá em função de quê? É uma preferência da instituição?

R. Não. Na opinião se deve porque as mulheres buscam independência financeira e inovação. O homem procura mais o fixo tem um certo receio de investir e a mulher tem menos medo de arriscar e tem mais habilidade para multiplicar. Isso no meu ver... a mulher tem menos medo de arrisca... já depende do marido...

25. Qual o nível de instrução dessas pessoas beneficiadas/clientes?

R. A grande maioria é nível médio e de mais idade prevalece o ensino fundamental, principalmente fora (cidades da região)

26. Para a concessão do crédito, há necessidade de elaboração de algum projeto?

R. Não, pois eles seguem as etapas da metodologia: visita prévia, elaboração da proposta.

27. Sobre o setor da economia, o que é mais predominante o comércio ou indústria?

R. O comércio. O comércio em si é o mais forte...

28. Tem uma história, não sei se é verdade, que se você chegar alinhado na calçada da “Loja Tal” (nome fictício de uma unidade de uma cadeia de lojas nacional) e perguntar: “quem tem CrediAmigo aqui?” Dizem que chove de gente.

R. É verdade (risos) se não todos, mas uns 90% (risos). Até pensei que o mercado aqui já havia saturado, mas não...é nisso que a gente se ampara para fazer esses 17 mil clientes ativos até o final do ano (risos)

29. A formalização das pessoas através do MEI's é bastante expressiva. Como é distribuído isso na unidade entre as pessoas físicas e pessoas jurídicas?

R. Digamos, setenta por cento física. Por que assim, o CredeAmigo trabalha 100% a pessoa física, a jurídica já é atendida pelo BNB. A jurídica, a gente insere o CNPJ dele, mas o crédito sai na física.

30. E com relação ao faturamento dessas pessoas?

R. Na distribuição até R\$12.000 ou R\$25.000, uma média de R\$14.000 anual.

31. Com base na inclusão financeira, inclusão bancária. Além do crédito o INEC promove alguma inclusão bancária, abre conta, oferece meio de pagamento, meio de recebimentos, maquineta. O INEC faz esse trabalho ou só quando o cliente está amadurecido e passa para o BNB?

R. O CrediAmigo abre a conta e tem os aplicativos, tanto do próprio CrediAmigo, onde ele encontra dados do empréstimo, estágio das operações, quanto o aplicativo do BNB, onde ele encontra as funcionalidades do aplicativo de um banco. Quanto a maquineta eles não usam. Teve uma empresa que fez parceria com o BNB, mas só conseguiu nos atender por uma semana, depois disso não conseguiu acompanhar o ritmo (risos). Atrasava muito e estava ficando ruim para a gente, não conseguiam dar suporte...

32. O débito das parcelas dos empréstimos é feito na conta corrente, débito automático?

R. Não, as parcelas são pagas através de carnês. O cliente, ao contratar o empréstimo, já sai daqui com o carnê. Quando é grupo, é emitido apenas um boleto por parcela mensal para todo grupo. Fica mais fácil fiscalizar, pois se um não pagar, os outros vão cobrar. Assim se controla...

33. Entendi. a inadimplência é da operação, todos ficam inadimplentes... A inadimplência segue aquelas faixas contábeis de 0 a 15 dias, 15 a 60, CL, prejuízo..., é isso?

R. É sim.

34. Alguma experiência exitosa da unidade de crédito, sobre a qual deseja comentar?

R. Sim!!! Antes de coordenar a unidade, fui agente de crédito em Baraúna, né? O senhor João (nome fictício), da cidade de Baraúna, foi identificado como um possível cliente no setor onde ele mora. Conheci ele, a esposa. Depois do agente de crédito explicar tudo a esposa aceitou um empréstimo no valor de R\$300,00, isso em 2007. Hoje ele tem um mercadinho com 8 funcionários e toda família dele também está no crede amigo cada

um com seu investimento. Ele é uma história de sucesso em Baraúna e já está sendo encaminhado para o Banco do Nordeste.